



**Rony Caminiti Ron-Rén Junior**

**“Não me sinto um perfil padrão de policial,  
graças a Deus”: O fazer e o ser policial em  
contextos de pacificação**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira

Rio de Janeiro  
Março de 2017



**Rony Caminiti Ron-Rén Junior**

**“Não me sinto um perfil padrão de policial,  
graças a Deus”: O fazer e o ser policial em  
contextos de pacificação**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Liana de Andrade Biar**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Palloma Valle Menezes**

FGV

**Profa. Monah Winograd**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

## Rony Caminiti Ron-Rén Junior

Graduou-se em Letras Português – Inglês em 2013 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. De 2013 a 2014 atuou como professor de português para estrangeiros na Washington and Lee University, através do programa Fulbright – Foreign Language Teaching Assistant. Atualmente atua como professor de inglês e de português para estrangeiros.

### Ficha Catalográfica

Ron-Rén Junior, Rony Caminiti

“Não me sinto um perfil padrão de policial, graças a Deus” : o fazer e o ser policial em contextos de pacificação / Rony Caminiti Ron-Rén Junior ; orientadora: Maria do Carmo Leite de Oliveira. – 2017.

113 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Polícia. 3. Unidade de Polícia Pacificadora. 4. Identidade. 5. Categoria de pertença. 6. Account. I. Oliveira, Maria do Carmo Leite de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para minha tia, Mônica Caminiti (*in memoriam*), por acender em mim a paixão pela pesquisa e pelos estudos da linguagem, e pelas longas tardes de conversa das quais sinto tanta saudade.

Aos meus avós, Lourdes e Zeca, por me ensinarem a importância dos estudos e por fazerem de tudo (e mais um pouco) para que eu tivesse acesso a um mundo além do nosso bairro.

## Agradecimentos

Aos meus pais, em especial, à minha mãe pelo apoio incondicional e por toda a ajuda nos momentos de fraqueza e cansaço.

A toda minha família, pelas eternas orações e a torcida incansável a cada nova etapa profissional e acadêmica.

Aos meus amigos do GAIA: Amanda, Jéssica, Natália, Livia, Raphael, Lays e Camila. Obrigado pela eterna amizade, pelos encontros que ajudaram a desanuviar a preocupação com os estudos.

Um obrigado especial à Camila por tanta coisa! Mas aqui agradeço especialmente por despertar o meu desejo em estudar os policiais e pelas conversas diversas que me ajudaram a entender melhor as vidas e angústias dos policiais fluminenses.

Aos meus queridos colegas de profissão e grandes amigos da LEB: Tota, Bárbara, Cris, Mariana, Jaque, Bianca e Patrícia. Com vocês posso falar grandes besteiras, ou discutir gramática, linguística e tantas outras coisas. Isso tudo enquanto comemos batata frita, não há encontros melhores!

Ao Max, Fábio, Felipe, Daniel, Mateus, Júlio e William, por entenderem meus longos sumiços e me receberem bem sempre que eu reaparecia, cheios de novidades e coisas interessantes para compartilhar.

Ao Cristóvão, por me trazer paz nos momentos de tensão, por entender minhas ausências e pelo companheirismo impecável.

Aos meus chefes, Marcia Sales e Flávio Barreto, por sempre me apoiarem na minha caminhada acadêmica e vibrarem junto comigo nos momentos de conquista.

À minha eterna orientadora, professora Silvia Becher (*in memoriam*), que me introduziu aos estudos sobre mentoria e que, antes de partir, me orientou a escolher a PUC-Rio como programa de pós-graduação. Ela não poderia estar mais certa, pois no PPGEL encontrei o lugar que desejava para aprofundar meus estudos.

À minha orientadora, Maria do Carmo Leite de Oliveira, um exemplo de pessoa, professora e orientadora. Minha decisão de pedir que me orientasse não poderia ter sido mais feliz e certa. Espero um dia chegar à sua altura.

Às minhas amigas de grupo de pesquisa: Amanda Dinucci, Amanda Costa, Carla e Carol, pelos debates acadêmicos, pelas conversas maravilhosas, pelas ajudas prestadas e os docinhos divididos. Fico feliz em estar num grupo desses!

Aos meus demais amigos da PUC que, por serem tantos, achei melhor não citar nominalmente. Com vocês, dividi minhas angústias, meus medos, minhas experiências e meus PDFs. O melhor de tudo é que a recíproca sempre foi verdadeira também!

Aos professores que tive no PPGEL ao longo desses dois anos: Adriana, Maria Paula, Érica, Liana, Liliana e Maria das Graças. Aprendi muito ao longo desse curto espaço de tempo e devo muito desse conhecimento às aulas que tive com essas ótimas professoras.

Aos membros da comissão examinadora: Palloma Menezes e Liana Biar. Obrigado por aceitarem participar da defesa e compartilharem seus conhecimentos em prol da melhoria da minha pesquisa.

Aos policiais que aceitaram participar da pesquisa, por nos mostrarem uma perspectiva diferente da prática policial e por serem tão solícitos conosco, antes, durante e após as entrevistas.

À Chiquinha e demais membros da secretaria do Departamento de Letras da PUC-Rio, pelo carinho e pela paciência em explicar tantas regras e prazos por tantas vezes.

À CAPES e à PUC-Rio, pelas bolsas concedidas. Sem elas, minha manutenção no PPGEL teria sido seriamente afetada. Com elas, pude dedicar boa parte do meu tempo às leituras, aulas, eventos e produções acadêmicas.

## Resumo

Ron-Rén Junior, Rony Caminiti; Oliveira, Maria do Carmo Leite. **“Não me sinto um perfil padrão de policial, graças a Deus”: O fazer e o ser policial em contextos de pacificação.** Rio de Janeiro, 2017. 113p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, criou-se a necessidade de se repensar o modelo de atuação policial nas comunidades atendidas pelo programa. Se antes as incursões policiais tinham como objetivo principal o combate ao tráfico, agora, com a instalação de uma edificação física da polícia, a construção de laços de proximidade entre policial e comunidade tornou-se crucial. Contudo, implementar um programa que pressupõe mudança radical na forma como o policial historicamente vem atuando não é uma tarefa fácil, sobretudo quando há falta de clareza sobre o que constitui um policiamento de proximidade. Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para um melhor entendimento desse novo modelo de policiamento a partir da voz de policiais atuantes no programa das UPPs. Com base em dados gerados a partir de entrevistas semiestruturadas e à luz dos estudos da análise de categoria de pertença e de *accounts*, foi possível identificar os diferentes discursos atrelados à categoria de policial e o modo como o contraste desses discursos serve à categorização negativa de quem não realiza as atividades tradicionais de policiamento. O contraste entre as atividades/ discursos aponta não só para uma visão da ineficácia da lógica da guerra à prática policial, mas também para a permanência do jargão da cultura combativa na fala dos entrevistados. Os resultados apontam também para uma visão de que a estigmatização da identidade de policial de proximidade se deve ao fato de que as métricas de desempenho são orientadas por uma cultura de combate ao crime. Com isso, o trabalho de prevenção do crime não é reconhecido.

## Palavras-chave

Polícia; Unidade de Polícia Pacificadora; identidade; categoria de pertença; account; estigma.

## Abstract

Ron-Rén Junior, Rony Caminiti; Oliveira, Maria do Carmo Leite (Advisor). **“I don’t feel like I’m a typical police officer, thank God”: The doing and the being of police officers in pacifying contexts.** Rio de Janeiro, 2017. 113p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

After the implementation of the Pacifying Police Units, it has become necessary to rethink the model of police action in the communities. If police raids had, as their main objective, the fight against drug trafficking, now with the installation of a physical police base, the construction of proximity ties between police and community has become crucial. However, implementing a program that presupposes radical change in the way the police has historically been performing their duty is not an easy task, especially when there is a lack of clarity about what community policing means. This research aims to contribute to a better understanding of this new policing model based on the voices of police officers who work or have worked in the Pacifying Police Units program. Based on data generated from semi-structured interviews and in the light of studies of membership categorization analysis and accounts, it was possible to identify the different discourses linked to the police category and the way in which the contrast of these discourses helps produce negative categorization of those who do not conform to traditional police practice. The contrast between activities /discourses not only points to a view of the inefficacy of a war mindset to police practice, but also to the permanence of a combative jargon in the interviewees' speech. The results also indicate that the stigmatization of community police identity occurs due to the fact that performance metrics are guided by a culture of crime fighting. Thus, crime prevention tasks are not recognized.

## Keywords

Police; Pacifying Police Unit; identity; membership categorization; account; stigma.

# Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	Caminhos da pesquisa.....	16
1.1.1	Objetivos e relevância da pesquisa.....	19
1.2	Itinerário da dissertação.....	20
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
2.1	Análise de Categorias de Pertença.....	22
2.1.1	Análise de Categorias de Pertença para além de Sacks.....	25
2.1.2	A organização multicamadas do trabalho categorial e categorias onirrelevantes.....	28
2.2	Agência e linguagem.....	29
2.2.1	O paradigma estrutura social x agência.....	30
2.2.2	O estudo da agência na/pela linguagem.....	31
2.3	Accounts.....	31
2.3.1	Accounts e face.....	33
2.3.2	Accounts e etnometodologia.....	35
2.3.3	Accounts e retórica.....	37
2.4	Moralidade.....	38
<b>3</b>	<b>PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>40</b>
3.1	A escolha pela pesquisa qualitativa e interpretativista.....	41
3.2	O universo da pesquisa.....	42
3.2.1	As Unidades de Polícia Pacificadora.....	43
3.2.2	Formas de Atuação.....	48
3.3	Os participantes da pesquisa.....	50
3.4	A entrevista na pesquisa qualitativa.....	53
3.5	O tratamento dos dados.....	55
3.6	Procedimentos analíticos.....	56

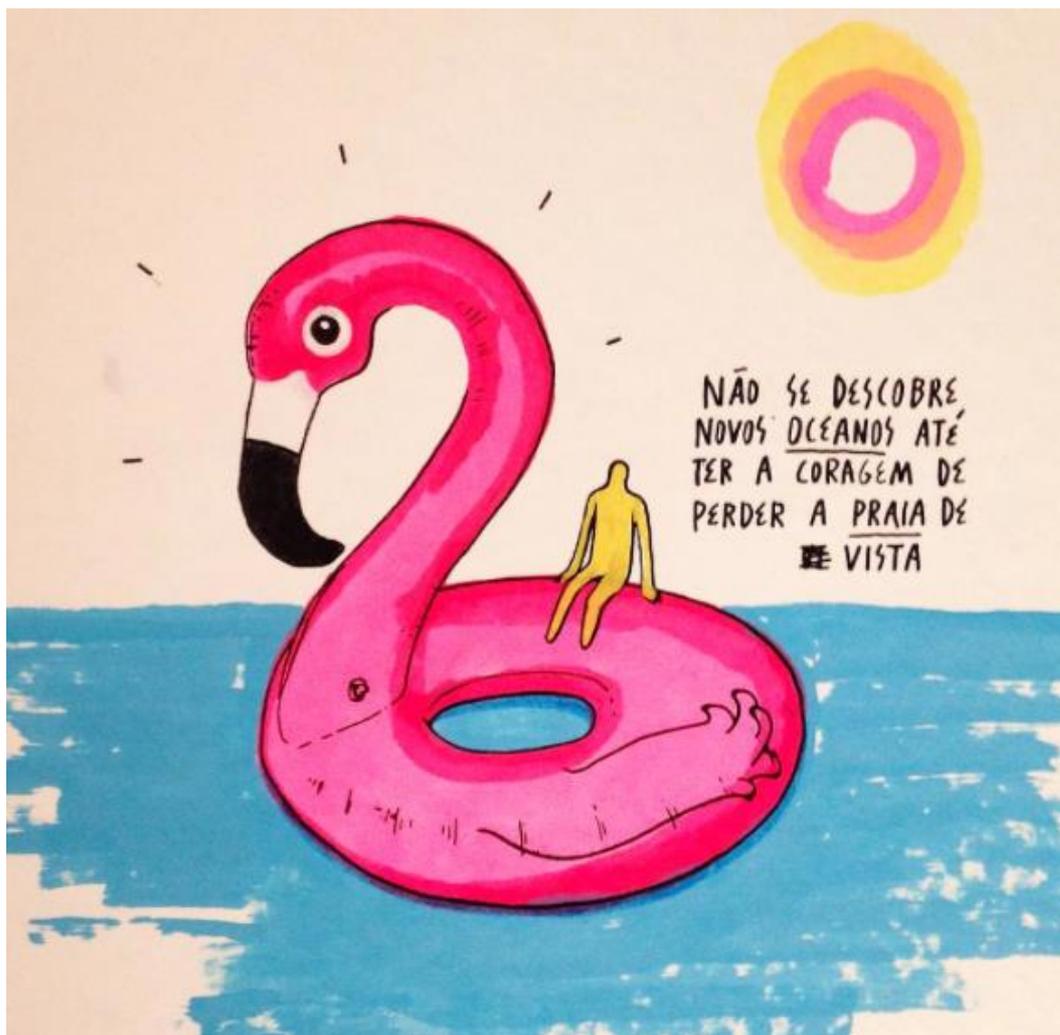
<b>4</b>	<b>“CONQUISTAR MENTES E CORAÇÕES” – A LÓGICA DE GUERRA E O MODELO DE POLÍCIA DE PROXIMIDADE .....</b>	<b>57</b>
4.1	A ineficácia da lógica de guerra .....	59
4.2	Guerra e proximidade – relações antagônicas ou complementares? .....	66
<b>5</b>	<b>“O TRABALHO QUE EU FAÇO É TRABALHO DE POLÍCIA ENTENDEU?” – ESTIGMA E LIMITES DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>74</b>
5.1	Estigma e conformidade .....	76
5.2	Avaliação e Fazer Policial .....	83
5.3	Limites de Atuação.....	86
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
6.1	Perspectivas para futuras pesquisas .....	96
6.2	Fechando a dissertação.....	97
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>99</b>
<b>8</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>109</b>

## **Lista de quadros**

QUADRO 1 – Diferenças entre justificativas e desculpas	30
QUADRO 2 – Relação de UPPs implantadas	41
QUADRO 3 – Informações sobre os participantes	47

## **Lista de siglas**

ACP	Análise De Categoria De Pertença
CPP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora
DCP	Dispositivo de Categorização de Pertença
GPAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
GPP	Grupamento de Polícia de Proximidade
GTPP	Grupamento Tático de Polícia de Proximidade
PM	Polícia Militar/Policial Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro



Arte de Felipe Guga com base na frase de André Gide.

# 1

## Introdução

Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

Os recentes levantes policiais reivindicando melhores salários e condições de trabalho em estados como o Espírito Santo e Rio de Janeiro suscitaram mais uma vez os debates sobre as funções de polícia militar e sua estrutura. Sempre que grandes acontecimentos, em geral de cunho negativo, envolvendo policiais militares ganham as manchetes de jornais e preenchem as redes sociais, discussões sobre a natureza de seus trabalhos, seus atributos e suas características hierárquicas ganham grande espaço nos veículos de comunicação impressa e digital e entre a própria população. Embora os debates quase nunca terminem em consenso, é possível dizer que há uma visão hegemônica de polícia militar que constitui, no senso comum, o que se entende como o “real” trabalho policial. Diariamente somos expostos, através dos jornais impressos, programas de televisão, sites de notícias, e redes sociais diversas a vários exemplos de obediência aparentemente cega às ordens superiores, de uso excessivo e inadequado da força, e da falta de tato e preparo dos policiais ao lidar com os cidadãos, principalmente aqueles que fazem parte de segmentos historicamente hostilizados, como os negros e moradores de comunidades. No entanto, é importante que almejemos ir além de uma perspectiva althusseriana de polícia como unicamente um aparelho repressivo do Estado. Muniz (1999, p.44-45, 47) critica o que ela chama de estudos com “inspiração claramente marxista” (p.44), por entender que:

a polícia é apresentada como uma das muitas respostas instrumentais concebidas para atender a um único e universal propósito: servir aos interesses dos poderosos (onde quer que eles estejam) e ‘fazer o serviço sujo’, oprimindo aqueles que deveriam permanecer alienados do valor do seu trabalho e dos meios de produção. Nesta linha de entendimento, não parece fazer nenhum sentido estudar as polícias como uma realidade em si mesma. Elas não teriam nada de essencial a revelar que não pudesse ser demonstrado pela identificação antecipada dos interesses da elite governante. Suas missões e objetivos estariam a priori esclarecidos, ou melhor, determinados pela racionalidade conspiratória de um Estado inexoravelmente comprometido com os grupos poderosos. Na condição de agentes reprodutores, as polícias estariam somente

‘cumprindo ordens’ em quaisquer situações a elas apresentadas.

Em um mundo político tão mal-intencionado, as iniciativas policiais - tanto aquelas ações consideradas convencionais e propositadas quanto as violentas e ilegais - são, invariavelmente, interpretadas como derivadas das necessidades oportunistas do sistema capitalista. Se as explicações sobre as polícias são buscadas fora delas, parece óbvia a conclusão simplista de que, em qualquer tempo e lugar, elas estariam atualizando, de forma mimética e mecânica, sempre os mesmos propósitos repressivos, variando apenas as aparências que mascaram as suas verdadeiras e originais intenções. [...] Neste cenário, as posições políticas são retratadas com uma tal ordem de rigidez que parece impossível vislumbrar, nas ruas, interações cordiais entre polícia e segmentos da população ou mesmo o estabelecimento de outras alianças que não aquelas traçadas pelos donos do poder.

De certa forma, o grande número de pesquisas sobre polícia feitas a partir de uma abordagem marxista<sup>1</sup> contribuiu na construção do que a escritora nigeriana, Chimamanda Adichie, chama de “o perigo de uma história única”. Em sua fala, viralizada a partir do compartilhamento de um vídeo do *TedTalks*<sup>2</sup>, a autora nos alerta para o perigo de simplificarmos o outro como apenas uma coisa, a partir da constante reiteração de um feixe de características que acabam adquirindo um status de totalidade no senso comum. Assim, a autora nos conta como seus colegas americanos atribuíam a ela uma identidade de mulher africana estereotipada, na qual acabava por representar uma visão simplista e midiática de uma cultura que pretensamente abarcaria todo um continente, isto é, a mulher negra que teve uma vida sofrida, que não tinha acesso à cultura e a meios de informação. De forma semelhante, acredito que há uma grande narrativa em torno da prática policial que corrobora a criação e a manutenção de uma história única. Não desejo criar, com essa afirmação, dois mundos distintos nos quais estariam, de um lado os policiais, com plenos entendimentos das diversas facetas que compõem a natureza de sua prática profissional, e do outro a sociedade que injustamente julga o fazer policial. Como alguns dos policiais entrevistados relataram, muitos já entravam no curso de formação com essa visão única de polícia, com foco na guerra e o combate ao inimigo, e assim muitos continuam. Reportagem recente publicada pelo jornal *O Globo*<sup>3</sup> (além dos próprios dados apresentados na dissertação)

<sup>1</sup> Muniz (1999) sugere que a precedência dos estudos policiais a partir da perspectiva marxista, iniciados na década de 70, tenha ocorrido como forma de os pesquisadores, de alguma forma, contribuírem na luta contra o regime militar.

<sup>2</sup> Cf. ADICHIE, C. N. **O perigo de uma única história**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>>, acesso em: 11 janeiro 2016

<sup>3</sup> FAUSTINI, M. **“Conflito não pode ser maior que sonhos”, diz PM do Morro dos Prazeres**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/conflito-nao-pode-ser-maior-que-sonhos-diz-pm-do-morro-dos-prazeres-20913629>> Acesso em 15 fevereiro 2017

mostra, contudo, que o programa das Unidades de Polícia Pacificadora possui um papel relevante na “destruição” de histórias únicas, tanto de policiais quanto dos moradores das comunidades. Amplia-se então o leque de histórias que podem ser contadas:

O policial militar Otávio Dantas, antes de entrar para a corporação, pensava que o papel da polícia era apenas o de combater.

— A maioria da sociedade pensa isso — afirma ele, refletindo sobre o que é usar uma farda.

Ao passar a conviver com moradores do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, como mediador de conflitos e organizador de ações culturais pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela, ele mudou sua visão.

— Hoje eu sou muito mais sensível para compreender o comportamento desses moradores — diz Otávio, lembrando a alegria do momento em que as crianças começaram a chamá-lo de professor e não mais de policial.

Como diz Chimamanda, “a única história cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”. Portanto, considero vital o constante trabalho de denúncia das más práticas policiais em todos os seus âmbitos, mas entendo que ao olhar a prática e a identidade policial para além dos estereótipos, contribuo para a diminuição de incompletude dos repertórios narrativos que circulam acerca do que é o fazer e o ser policial. Entendo também que a escolha pela perspectiva microssocial como ponto de partida para a análise dos dados, com foco nos componentes linguístico-discursivos da fala dos policiais entrevistados, é ideal para que pontos de resistência ao modelo dito “tradicional” de polícia sejam trazidos à luz.

Na próxima seção apresento os caminhos percorridos, desde o interesse sobre a temática policial, até a definição dos objetivos da dissertação.

## 1.1

### Caminhos da pesquisa

A noção de história única, explorada na seção anterior, representa também uma história pessoal. Acredito que por muitos anos só enxerguei a figura do PM como repressor, agressor, mero cumpridor de ordens que não conseguia refletir sobre as ações que realizava, etc. Assim como Farias (2014), eu via apenas a farda e com ela

vários atributos negativos vinham à tona, mas nunca havia enxergado a pessoa que a vestia. A história única impessoaliza a figura do policial e cria uma falsa noção de homogeneidade. Não importa quem seja, será como os outros e fará o mesmo que todos. Foi apenas a partir da leitura da dissertação de mestrado de uma amiga sobre a inserção de policiais militares na PMERJ que a história única começou a se desconstruir para mim. Em sua pesquisa, Farias (2014) relata não só os elementos motivadores para a inserção no contexto policial (notadamente o desejo por estabilidade em um cargo público), mas também apresenta os dilemas e sofrimentos pelos quais esses novos policiais passam. Pode parecer um tanto ingênuo de minha parte, mas até aquele momento nunca havia pensado nos traumas psicológicos aos quais tantos policiais são expostos diariamente, principalmente nas ações de combate, quando acabam por matar alguém ou ver algum colega sendo morto. Não havia refletido sobre o medo constante que sentem de serem identificados como policiais fora de seus locais de trabalho ou de terem de resolver uma situação para a qual não se sentem devidamente preparados. Bombardeado de notícias e relatos que construíam uma ideia única de policial, obliterei suas humanidades e heterogeneidade.

A temática policial passou, então, a despertar meu interesse. Ao participar das reuniões do grupo de pesquisa “Discurso, Interação e Práticas Profissionais”, que possui, como um de seus interesses, a interface entre estudos policiais e interação, acabei me envolvendo ainda mais com o tema e com as vastas possibilidades de se estudar os discursos e as práticas de policiais. O grupo de pesquisa, coordenado pela professora doutora Maria do Carmo Leite de Oliveira, já possui duas dissertações de mestrado que abarcam a temáticas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Uma sobre o ponto de vista dos policiais que atuavam nas UPPs, intitulada “Ninguém gosta do policial: o discurso de policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora e seus recursos retóricos” (Almeida, 2014), e outra sobre a visão dos moradores de uma comunidade atendida pelo programa, nomeada “Prática policial e ordem moral: um estudo da relação moradores-polícia em uma comunidade em processo de pacificação” (Oliveira, 2016). Há ainda uma tese de doutorado a ser concluída sobre interações filmadas nas comunidades por policiais e moradores. Decidimos então, em um primeiro momento, que minha pesquisa focaria o aspecto formativo dos policiais de UPP. Como já vinha estudando sobre os processos de mentoria informal<sup>4</sup> em

---

<sup>4</sup> A mentoria é uma relação comumente profissional, na qual dois indivíduos desenvolvem uma relação cooperativa. A mentoria pode ocorrer entre um profissional mais experiente e outro novato na

ambientes educacionais, passei a ter como objetivo contribuir para um melhor entendimento sobre os processos de desenvolvimento profissional informais, conhecidos na literatura das ciências sociais como “currículo oculto” ou “pedagogia oculta”<sup>5</sup> (Poncioni, 2005; Caruso, 2006; Cortes & Mazzurana, 2015; Musumeci, 2015). Os policiais entrevistados foram selecionados com base em suas funções, estando eles ligados ao ensino de polícia de proximidade pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), ou atuando como líderes de grupos de proximidade nas comunidades (cf. seção 3.3 para maiores detalhes sobre os entrevistados). As perguntas norteadoras buscavam saber quem eram esses policiais, como eles entendiam suas funções e o próprio programa de polícia de proximidade, além de tentar entender como os profissionais buscavam preencher os hiatos deixados pela formação oficial que tiveram (cf. Anexos<sup>6</sup>).

Se antes a ideia parecia boa, durante as entrevistas ficou evidente que as perguntas sobre as relações estabelecidas entre policiais e sobre as formas como eles se ajudavam a fim de estabelecerem práticas de polícia de proximidade não os instigavam tanto a falar quanto outros temas. Após a geração dos dados, percebeu-se que os policiais muitas vezes não entendiam as trocas de informações, conselhos e sugestões entre pares como um momento de aprendizagem ou então não produziam respostas que fossem além do que já era esperado, confirmando que há uma relação de ajuda entre policiais novatos e mais experientes, por meio de dicas e narrativas de experiências policiais. Muitos, contudo, mitigavam a importância dessa relação, por mais que tentássemos instigá-los a darem detalhes sobre as formas como as trocas de saberes ocorriam cotidianamente. Os policiais demonstravam que o mais importante na construção de seu fazer policial de proximidade era ser dotado de características existentes antes mesmo dos cursos de formação como pró-atividade e pensamento

---

organização ou função, ou pode ocorrer entre pares de mesmo nível. Em sua vertente informal, as relações florescem espontaneamente, a partir de uma identificação mútua e sem um programa formalizado de mentoria ou apadrinhamento por parte da organização. A mentoria, diferentemente das conhecidas práticas de *coaching*, pode não ter metas estabelecidas, prazo para cumpri-las ou algo do tipo. Muitas práticas de mentoria informal se desenvolvem, por exemplo, em um único evento interacional no qual os profissionais estão engajados e se auxiliam (Kram, 1985; Ragins, Cotton e Miller, 2000).

<sup>5</sup> O currículo oculto abarcaria procedimentos informais de formação da prática policial que ocorrem na interação entre policiais novatos e seus pares mais experientes, através da troca de experiências e visões sobre o “fazer policial”, além de representar, segundo os autores citados, o reforço de práticas mais tradicionais de policiamento e a desarticulação entre teoria e prática profissional.

<sup>6</sup> Por se tratar de pesquisa realizada com base em entrevistas semiestruturadas, as perguntas presentes no anexo eram por vezes alteradas, outras vezes retiradas, assim como houve perguntas feitas a alguns participantes e não a outros.

crítico, ou relatavam que aprendiam com a prática diária, não detalhando no que consistia essa aprendizagem cotidiana.

Blommaert & Jie (2010, p.56), ao debaterem a noção de boa ou má entrevista, apresentam uma visão bastante esclarecedora, com a qual me alinho, sobre o evento de fala *entrevista de pesquisa*:

O que é uma *boa* entrevista e o que é uma *má* entrevista? Quando uma entrevista gera os “dados” que você procura? A resposta a essas questões não é, de forma alguma, simples, pois cada pesquisa possui objetivos e instrumentos de avaliação que são específicos ao tipo de pesquisa que pretende realizar. Contudo, a regra geral é: toda entrevista gera *algo*, e muitas vezes gera algo de formas inesperadas<sup>7</sup>. (grifos do autor)

Portanto, havendo o aparente obstáculo inicial, parti para a análise preliminar dos dados, tentando buscar em suas recorrências temáticas e linguísticas, aquilo que os participantes tinham demonstrado como relevante a eles. Com isso, os objetivos da pesquisa, além da própria análise de dados, possuem caráter fortemente *data-driven* (Ostermann, Oliveira e Souza, 2015, p.15) pois foram sendo delineados “a partir de eventos e fenômenos que são evidenciados nos próprios dados gravados e transcritos”.

### 1.1.1 Objetivos e relevância da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para um entendimento do que seja um policiamento de proximidade, a partir da voz de policiais que atuam ou já atuaram no programa das Unidades de Polícia Pacificadora. Tendo em vista o objetivo geral, elenco dois objetivos intermediários que serão explorados ao longo da dissertação: (i) identificar os discursos atrelados à categoria de polícia; (ii) identificar como os policiais que se alinham ao modelo de policiamento de proximidade se sentem vistos por seus pares.

---

<sup>7</sup> Do original: “What is a *good* interview and what is a *bad* interview? When does an interview yield the ‘data’ you’re after? The answer to that is by no means simple, as each time there will be real yardsticks and objectives, specific to the piece of research you intend to do. But the rule of thumb is: every interview yields *something*, and often it yields something in unexpected ways.”

A dissertação mostra-se relevante por contribuir para um aumento da pesquisa de natureza interdisciplinar em estudos da linguagem, especialmente em relação à interface entre polícia militar e estudos discursivos. No tocante à literatura de estudos policiais, Caruso (2006) ressalta que apesar do tema “polícia” possuir número significativo de trabalhos, quase sempre o foco é em relação a críticas e denúncias sobre as organizações policiais e as práticas de seus profissionais. Assim, a pesquisa contribui para a construção de um entendimento da identidade e das práticas policiais a partir de uma visão êmica, isto é, com base nas vozes daqueles que estão constantemente construindo e reconstruindo o fazer e o ser policial. Por último, entendo como qualidade e não um defeito o fato de a pesquisa ter sido feita apenas com policiais que, em alguma medida, apoiam o projeto de proximidade e o veem como uma alternativa viável à diminuição da criminalidade no estado do Rio. Mais do que a UPP em si, os policiais entrevistados defendem uma prática policial mais humana e ética, voltada às relações com o cidadão e a tarefa de atendê-lo e auxiliá-lo quando necessário, independentemente de estarem inseridos em contextos de pacificação. Ao focar em um grupo distinto de atuação nas comunidades atendidas pela UPP, a pesquisa se beneficia de um entendimento mais profundo sobre esse grupo e a forma como atuam nas comunidades.

## 1.2 Itinerário da dissertação

Se na seção anterior descrevi os caminhos da pesquisa, agora passo ao itinerário da dissertação, propriamente dita.

Após a introdução, apresento, no capítulo 2, as bases teóricas que fundamentam a análise dos dados, a saber: análise de categorias de pertença, agência, *accounts* e moralidade. Em seguida, no capítulo 3, pormenorizo o universo da pesquisa, apresentando os participantes e maiores informações sobre o contexto das UPPs. Justifico também a escolha metodológica pela pesquisa de cunho qualitativo e interpretativo e pelo uso da entrevista semiestruturada como instrumento de geração de dados. Os capítulos 4 e 5 são dedicados à análise de dados. No primeiro, analiso como a lógica de guerra arraigada na cultura policial emerge nos discursos dos entrevistados, no segundo me dedico a explorar como os policiais constroem suas

identidades estigmatizadas e as formas como entendem que o estigma é perpetuado na instituição. Por último, apresento, no capítulo 6, minhas considerações finais sobre a pesquisa, tecendo comentários gerais sobre os temas analisados e indicando possibilidades para futuras pesquisas.

## 2

### Fundamentação Teórica

Nesse capítulo apresento as principais bases teóricas, notadamente inspiradas nos estudos da etnometodologia de Garfinkel, que fundamentam a análise dos dados. Em um primeiro momento, apresento a noção de categoria de pertença elaborada por Sacks (1995), as nomenclaturas apresentadas pelo sociólogo a fim de tentar descrever e analisar o maquinário utilizado pelos indivíduos no processo de categorização de membros, e os desenvolvimentos sobre o tema realizados por diversos pesquisadores, após sua morte. Em seguida, apresento brevemente o conceito de agência sob uma perspectiva sociológica e sua codificação pela linguagem, bem como formas de se empreender análises discursivas de tal conceito. Posteriormente, me atendo aos estudos sobre *accounts* a partir de três pontos de vista não excludentes: a noção de *account* como conciliadora de distúrbios interacionais e mantenedora/reparadora de face; a noção de *account* como prática de produção de sentido e a noção de *account* como estratégia argumentativa. Por último, me debruço sobre os estudos acerca da moralidade, que atravessam os tópicos supracitados. Apresento a noção de moralidade a partir de uma perspectiva discursiva e interacional, distanciada da abordagem individual e interna de moralidade, comumente utilizada nos estudos da filosofia e psicologia.

#### 2.1

#### Análise de Categorias de Pertença

Se alguém lhe dissesse: “minha mãe é muito católica”, que atributos poderiam ser inferidos em relação à pessoa sobre quem se fala? Embora sem um contexto claro que nos permita uma análise contundente, poderíamos supor uma série de características que podem estar atreladas à categoria *mãe*, como ser zelosa, presente, disciplinadora, etc. Já a categoria *católica* poderia nos fazer pensar em uma mãe que vai à missa todos os domingos, participa de uma comunidade religiosa e possivelmente cria seus filhos segundo os preceitos da fé que professa. O sociólogo americano Harvey Sacks (1995, p.40) nomeou esse “maquinário central da organização social” de

dispositivo *MIR*, abreviação de *Membership Inference-rich Representative* (Representante Rico em Inferências de Pertença a uma Categoria<sup>8</sup>). Segundo o autor, ao serem categorizados como mães ou católicos, por exemplo, os membros de tais categorias carregam consigo diversas características e ações que são socioculturalmente construídas, com base no senso comum e em normas sociais. Sacks advogava que a sociologia de sua época não era analítica em relação ao uso de categorias, pois estas eram advindas dos próprios analistas e não dos membros cujas ações eram analisadas. É importante, então, que os analistas percebam e utilizem as categorias que são tornadas relevantes durante as ações pelos próprios membros que delas participam, isto é, que se empreenda uma visão êmica nas análises. Se pensarmos que a depender do contexto um mesmo indivíduo pode ser categorizado de diversas formas (eu posso ser o rapaz, o aluno, o professor, o cara da camisa legal, etc.), é então relevante entendermos quais categorias são selecionadas pelos interagentes em um dado momento, como elas são tornadas relevantes e de que forma contribuem na construção de identidades, tanto do categorizador, quanto do categorizado. Segundo Garot e Berard (2010, p. 131):

as categorias de pertença referem-se, em essência, a identidades, e a Análise de Categorias de Pertença se situa no estudo de identidades e no modo como elas são alcançadas ou contestadas, organizadas e entendidas dentro de contextos práticos de interação social e uso da linguagem<sup>9</sup>.

O Dispositivo *MIR* foi o primeiro de outros termos e conceitos utilizados por Sacks para melhor entender como as categorias emergem durante as atividades que os indivíduos realizam. A partir dos estudos do sociólogo sobre o processo de categorização, criou-se uma área de estudos chamada Análise de Categorias de Pertença<sup>10</sup> (ACP), entendida como ramificação da Etnometodologia de Garfinkel, e vista por muitos como irmã mais velha (e menos famosa) dos estudos da Análise da Conversa, também criada por Sacks. Em comum entre as três, há uma abordagem que preza pela perspectiva microssociológica, que é qualitativa, empírica e busca entender

<sup>8</sup> Tradução sugerida por Corona (2011).

<sup>9</sup> Do original: “Membership categories refer to identities, essentially, and MCA centers around the study of identities as they are achieved or contested, organized and understood, within the practical contexts of social interaction and language use”.

<sup>10</sup> Em virtude do baixo número de publicações em português que utilizam a *Membership Categorization Analysis* (MCA), não há, até onde sei, uma uniformidade quanto à tradução das nomenclaturas criadas por Sacks (1995). Opto, portanto, em seguir, até onde for possível, as traduções sugeridas por Sell & Ostermann (2009) e Corona (2011).

os métodos e mecanismos “que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias” (Coulon, 1995, p.30).

Sacks (1995) propõe, a partir do famoso exemplo “X chorou e Y o/a pegou”, apresentar alguns mecanismos através do qual inferimos, por exemplo, que o primeiro indivíduo é um bebê e o segundo a mãe, ou que a mãe que pegou o bebê é mãe desse mesmo bebê e não de outro.

Primeiramente, temos o **Dispositivo de Categorias de Pertença** (DCP), coleção de categorias de pertença que possuem regras de aplicação e são construídos a partir do senso comum dos indivíduos. Embora uma categoria possa estar atrelada a mais de uma coleção, temos, no exemplo supracitado, as categorias *bebê* e *mamãe* que fazem parte da coleção *família*, junto de outras categorias possíveis como *avô*, *avó*, *tio*, *filha*, etc. Segundo Sacks, geralmente uma única categoria é suficiente para produzir uma descrição inteligível de algum indivíduo e quando o fazemos, estamos utilizando a **regra da economia**. Tal regra parece ser bastante utilizada em **pares relacionais padronizados** como *pai-filho*, *professor-aluno*, *marido-esposa*, entendidos como pares que possuem direitos e deveres uns com os outros, sejam tais relações simétricas ou não. Ao dizermos que o bebê chorou e a mãe o pegou, ou que o professor pediu para o aluno ficar quieto, não precisamos, a princípio, utilizar outras categorias de pertença para que possamos construir referências adequadas.

Outra regra de aplicação identificada por Sacks (1995) é a da **consistência**. Segundo o autor, ao utilizarmos uma categoria (*bebê*, por exemplo) de uma dada coleção (*família*) para categorizarmos um membro, as outras categorias pertencentes a essa mesma coleção podem ser utilizadas para categorizar outros membros (*mãe*, *pai*, *irmão*, *tia*, *sobrinho*, etc.). Contudo, como já foi dito, uma categoria pode estar presente em diferentes coleções. *Bebê*, por exemplo, pode pertencer à coleção *estágio de vida*, ou *família* e até mesmo estar dentro da coleção *romance*, se pensarmos na forma como muitos casais se tratam. Como, então, resolvemos essas possíveis ambiguidades? Sacks (1995) nos sugere o **corolário de regras de consistência**, a partir do qual inferimos que se um falante utiliza duas ou mais categorias para descrever pelo menos dois indivíduos e se tais categorias podem ser entendidas como pertencentes a uma mesma coleção, então assim o faremos. É dessa forma que automaticamente entendemos o bebê e a mãe do exemplo como pertencentes a uma mesma coleção, *família*. Mas por que entendemos que a mãe do exemplo é, necessariamente, a mãe do bebê que ela

carrega? Sacks (1995) nos explica que algumas coleções, como *família*, têm como propriedade a **organização duplicativa**, pois são entendidas como um time. A partir da **máxima para a organização duplicativa do ouvinte**, entendemos que os membros que foram categorizados com base em DCPs que possuem a propriedade de organização duplicativa são pertencentes a uma mesma unidade, a um mesmo “time”. Se dissermos, por exemplo, “o zagueiro ajudou o goleiro chutando a bola para fora”, entendemos as duas categorias, *zagueiro* e *goleiro*, como pertencentes a uma mesma coleção *futebol*, que têm a propriedade de organização duplicativa. Portanto, entendemos, a partir da máxima para a organização duplicativa do ouvinte, que o zagueiro e o goleiro são do mesmo time e não rivais.

Uma última questão, embora Sacks (1995) nos apresente muito mais conceitos do que os apresentados aqui, diz respeito ao porquê, quase que automaticamente entendemos, em uma frase do tipo “X chorou e Y o/a pegou”, que X deve ser um bebê ou criança e Y um adulto. Segundo o sociólogo americano, diversas atividades estão relacionadas a certas categorias de pertença e é através dessas **atividades ligadas a categorias** que inferimos as identidades de X e Y no exemplo acima. Isso não significa, contudo, que a relação entre atividades e categorias seja fixa e imutável. Seus sentidos e construções são situados e só podem ser analisados a partir dos contextos em que foram produzidos<sup>11</sup> (Hester & Eglin, 1997b).

### 2.1.1

#### **Análise de Categorias de Pertença para além de Sacks**

Com a morte prematura de Sacks, aos 40 anos, muitos tomaram para si a tarefa de expandir e fortalecer seus estudos profundamente originais. Schegloff, com quem Sacks trabalhava, é reconhecido como uma das maiores referências na divulgação e expansão dos estudos na área de Análise da Conversa. Contudo, ao focar-se no estudo sequencial dos turnos da fala, o pesquisador acabou por deixar em segundo plano os estudos sobre categorias de pertença. É nas universidades inglesas que encontramos a maior parte das pesquisas que pretendem desenvolver o trabalho de Sacks quanto à

---

<sup>11</sup> Embora o exemplo que Sacks utiliza seja didático, ele carece justamente de contexto para uma análise como a pretendida pelo sociólogo (cf. Hester e Eglin, 1997 para essa e outras críticas).

ACP, não sem críticas do próprio Schegloff (2007) ao que ele teme ser um uso “promíscuo” (p.476) dos conceitos pensados por Sacks. Serão apresentados abaixo alguns dos desenvolvimentos propostos para a ACP.

Uma das principais contribuições ao trabalho de Sacks foi a expansão da noção de atividade ligada a categorias. Watson (1976 apud Hester & Eglin, 1997a) propõe que analisemos os atributos ligados a categorias (*category bound predicates*), sendo as atividades ligadas a categorias um tipo de atributo. Os outros atributos incluem “direitos, autorizações, obrigações, conhecimentos, atributos e competências”<sup>12</sup> (Hester & Eglin, 1997a, p.5). Percebe-se então que a análise ganha potencial mais frutífero ao ser expandida à incumbência não só de ações, mas também de qualidades, responsabilidades, habilidades, entre outros.

Outra expansão diz respeito ao recipiente da categorização. As categorias de pertença foram pensadas por Sacks como classificações que podem ser utilizadas para descrever pessoas, apenas. Contudo, já se estudam categorias que descrevem objetos, lugares (denominados de formulações de lugar), categorizações de pertença coletiva (*collectivity membership categorizations*), etc (Schegloff, 1972; Hester & Eglin, 1997a). A partir da análise de dados, também foi possível utilizar a ACP para analisar o processo de categorização de eventos, assim como os atributos ligados a eles. Por exemplo, a categoria *guerra* é acionada pelos policiais durante vários momentos da entrevista e traz consigo um feixe de inferências que podem ser feitas sobre as atividades ligadas a esse “evento”.

Em relação às categorizações de pertença coletiva, Hester & Eglin (1997a) nos explicam que elas podem ser desde concretamente localizadas, como em instituições específicas como a PMERJ, em nosso caso, até mais abstratamente designadas, como a segurança pública, por exemplo. Com base na noção de categorização de pertença coletiva, temos o conceito de grupo auto-organizado, proposto por Jayyusi (1984, p.26). Segundo a autora:

Um grupo auto-organizado é estabelecido com base em um conjunto de crenças, interesses, atitudes, comprometerimentos, inclinações [...] o que é rotineiramente considerado como

---

<sup>12</sup> Do original: “Other predicates include rights, entitlements, obligations, knowledge, attributes and competencies”.

constitutivo do “tipo” são as características tidas como típicas dos membros do grupo.<sup>13</sup>

Embora a polícia, como instituição, não seja um grupo auto-organizado, percebemos, ao olhar para seus membros, que estes se constroem de acordo com certos atributos e valores que não são compartilhados por todos e acabam por estabelecer subcategorias (Jayyusi, 1984) de policial, i.e., policial de asfalto, policial de UPP, policial ostensivo, policial de proximidade, etc.

Para fins de ilustração, destaco um excerto em que um dos policiais de proximidade entrevistado constrói os atributos necessários a um policial que realiza ações de proximidade na comunidade em que está inserido. No trecho escolhido, o policial falava sobre o processo de construção dos projetos de proximidade que havia implantado na comunidade em que atuava. Ele nos conta que o projeto inicialmente tinha 26 participantes, mas apenas 4 pessoas continuam. Abaixo, vemos o *account* que ele produz para justificar a grande redução do número de policiais participantes.

### Excerto 1

1 Almir ↑não é qualquer um que vai fazer esse trabalho  
 2 (0.2) infelizmente não é (0.5)vai falar isso  
 3 “vamos pegar qualquer policial pra botar pra  
 4 fazer trabalho fórum” >não vai fazer< (0.7) não  
 5 vai fazer (0.7) entendeu? então você precisa de  
 6 pessoas (0.3) que tenham (0.3) vocação pra fazer  
 7 aquilo ali que tenham entendimento que tenham a  
 8 capacidade crítica

Se nas 4 primeiras linhas do excerto, o policial reforça enfaticamente a exclusividade do trabalho de proximidade, a partir da linha 5 demonstra sua crença em relação aos pré-requisitos necessários ao trabalho de proximidade e, conseqüentemente não ser visto como “qualquer policial” (l.1 e 3). Apesar de a noção de vocação (l.6) ser altamente criticável, uma vez que predispõe uma naturalização da aptidão à função, entende-se que pensar criticamente e ter vocação

---

<sup>13</sup> Do original: A self-organized group is set up on the basis of some set of beliefs, interests, attitudes, commitments, inclinations [...] What is routinely taken to be constitutive of the 'type', then, are the features taken to be typical of the group's members.

(seja lá o que tal atributo abarque) são as características construídas por esse policial como “típicas dos membros do grupo” ao qual pertence (Jayyusi, 1984, p. 26).

### 2.1.2

#### **A organização multicamadas do trabalho categorial e categorias onirrelevantes**

Housley e Fitzgerald (2015) explicam que o trabalho de categorização deve ser entendido dentro de uma perspectiva de múltiplas camadas, isto é, no processo de interação, diversas categorias e atributos podem ser invocadas, construídas, ratificadas, refutadas, etc. e tais ações são realizadas em um fluxo interacional situado. Os autores também nos chamam a atenção para as categorias formadas em turnos sequenciais (*sequential turn-formed categories*), nas quais as ações que os participantes realizam dentro da interação acabam por categorizá-los sequencialmente como, por exemplo, aquele que pergunta e aquele que responde, sendo tais categorias constantemente (re)negociadas pelos participantes na interação. As categorias formadas em turnos sequenciais possuem relação com o que Zimmerman (1998) chama de identidades discursivas (*discourse identities*), construídas no curso de atividades práticas da fala.

Ao entendermos o trabalho categorial como organizado em diferentes níveis, ressaltamos sua natureza dinâmica, no qual categorias e atributos são continuamente “desenvolvidos, esclarecidos, justificados e até mesmo retrospectivamente modificados” (Housley & Fitzgerald, 2015, p. 14). Contudo, Sacks nos lembra que há categorias que podem ser orientadas pelos participantes como relevantes durante toda a interação. O sociólogo exemplifica as categorias onirrelevantes com base em um estudo realizado em uma sessão de terapia em grupo. Para o autor, as categorias *terapeuta* e *paciente* são onirrelevantes naquele contexto, embora não excluam outras categorias. Em nosso caso, entendo que a categoria de pertença *policial* e o dispositivo de categorização de pertença *membros da comunidade acadêmica* são onirrelevantes no contexto de nossas entrevistas de pesquisa. Os profissionais que entrevistamos sabiam que nosso interesse se pautava em suas atuações profissionais dentro de um contexto de UPP e as perguntas que fazíamos sempre invocavam a categoria policial, implícita ou explicitamente. Por outro lado, os policiais sabiam de nossa filiação institucional e por vezes demonstraram se orientar por ela, em especial através da categoria *professor*,

dirigida a uma das participantes da entrevista. Ressalto, assim como Sacks, que ainda que onirrelevantes, tais categorias fazem parte de uma das várias camadas que compõem o trabalho de categorização realizado pelos participantes da interação.

## 2.2

### Agência e linguagem

O interesse das ciências sociais pelas questões de agência é relativamente recente. Ahearn (2010, p.12) destaca duas possíveis razões para a emergência de estudos que focalizam a agência: os movimentos sociais ocorridos entre a década de 60 e o início dos anos 90, a partir dos quais muitos acadêmicos puderam testemunhar ou até mesmo participar de ações com vistas à transformação social; e as críticas pós-modernas e pós-estruturalistas ao estruturalismo, que não levava em conta as ações dos indivíduos, e às narrativas mestras impessoais, sem tensões ou contradições por parte dos indivíduos e de coletivos (Ahearn, 2010, p.28).

Desde então, diversas definições de agência já foram propostas, sendo as de Ahearn (1999, 2001, 2010) e Duranti (2004) as mais conhecidas e utilizadas nos estudos da linguística sociocultural<sup>14</sup>. Ahearn (2010, p. 28) define agência como “capacidade socioculturalmente mediada de agir”. A breve definição é proposital, segundo a autora, pois não toma posições em diversas questões que geralmente perpassam uma definição de agência, como a intencionalidade das ações, consciência e níveis de agência (individual, supraindividual e subindividual). Embora Ahearn dê margem a uma ampla visão de agência com sua definição, a autora enfatiza que não podemos entendê-la como sinônimo de livre arbítrio ou de resistência. O primeiro, pois se ignoraria a natureza social da agência e a influência da cultura nas ações humanas. Já o segundo por se entender a resistência como uma das formas possíveis de manifestação da agência, sendo a manutenção e o reforço do *status quo* também possíveis. Duranti (2004, p.453), ao propor sua definição de agência, o faz da seguinte maneira:

A agência é entendida como propriedade das entidades (i) que possuem algum grau de controle sobre seus comportamentos, (ii) cujas ações no mundo afetam outras entidades (e suas ações) e às vezes a si mesmas, (iii) cujas ações são objetos de avaliação (e.g. em termos de responsabilidade por um dado resultado da ação).

---

<sup>14</sup> Bucholtz e Hall (2005) cunham o termo para abarcar um campo que incorpora diferentes áreas que se interessam pelas interseções entre linguagem, cultura e sociedade, como a linguística antropológica, a análise da conversa, análise crítica do discurso, sociolinguística, entre outras.

O autor explica que a propriedade (i) está intimamente ligada à noção de intencionalidade e também às outras propriedades como poder (implícito na segunda propriedade) e avaliação (terceira propriedade). Já a propriedade (ii) envolve uma corrente causativa, na qual as ações dos sujeitos afetam outros e a si mesmos, restando a propriedade (iii), ligada aos conceitos de moralidade e de performance.

Além da definição explicitada, Duranti propõe duas dimensões como constitutivas da agência na linguagem: a performance e a codificação. Apesar da divisão didática, as duas dimensões são mutualmente constitutivas, pois a performance depende e afeta a codificação que, por sua vez, sempre serve a propósitos performativos.

O autor também entende que qualquer ato de fala envolve algum tipo de agência, independente das intenções do falante e do interesse ou colaboração do ouvinte, pois ao falarmos criamos uma realidade com potencial de afetar todos que porventura estejam ouvindo. Ele também propõe algumas generalizações sobre a relação agência e linguagem, dentre elas, a de que todas as línguas possuem formas de representar agência e que tais formas variam não só entre diferentes línguas, mas inclusive em uma mesma língua. Por último, propõe que todas as línguas possuem instrumentos de mitigação da agência, a partir de diversas estratégias gramaticais e discursivas.

### 2.2.1

#### **O paradigma estrutura social x agência**

Além do debate sobre a definição de agência, há também discussões sobre o papel da estrutura social nas ações dos indivíduos. Autores como Durkheim e outros ligados ao estruturalismo francês focalizavam a primazia da sociedade (ou do fato social, na nomenclatura durkheimiana) sobre o indivíduo e suas ações. Por outro lado, interacionistas simbólicos e etnometodólogos, como Goffman e Garfinkel, ressaltavam o caráter reflexivo e criativo dos indivíduos ao agirem no mundo. Uma concepção intermediária dentro do paradigma foi proposta por Giddens (1984), a partir do conceito de estruturação. Segundo o autor, estrutura e ação estão interligadas, uma vez que as nossas ações moldam e são moldadas pela realidade social. Em outras palavras, nesse processo dual, as estruturas existentes em sociedade, comunidades e grupos foram moldadas pelas ações regulares e previsíveis dos indivíduos. Estes, por

sua vez, só conseguem agir com base no vasto conhecimento socialmente estruturado que possuem.

Apesar de entendimentos, nomenclaturas e definições diversas, entendemos, assim como Bucholtz e Hall (2005, p.607), que as interações discursivas, por um lado, constituem as estruturas sociais e, por outro, são constituídas de construtos materiais e ideológicos que produzem relações de poder. Dentro da discussão sobre o papel de estrutura social e ação humana, nos alinhamos a Ahearn (2010), que propõe que entendamos os indivíduos como “frouxamente estruturados”.

### 2.2.2

#### O estudo da agência na/pela linguagem

Ahearn (2010) destaca que estudar a linguagem é uma boa forma de se entender melhor as formas pelas quais as pessoas reproduzem e transformam as estruturas sociais e sugere três perspectivas inter-relacionadas como forma de se analisar a relação entre agência e linguagem. A primeira seria o estudo da estrutura linguística em si, na qual a agência é codificada e moldada. A segunda seria o estudo dos processos sociohistóricos, entendendo a agência dentro de um contexto macro e mais sociológico que linguístico. Por último, o estudo do discurso, tanto em nível micro, com a análise da interação, quanto em um sentido mais amplo, como a visão de discurso foucaultiana como forma de poder ao qual estamos subordinados. Na perspectiva do estudo do discurso, destaca também a análise de discursos meta-agentivos, entendidos pela autora como aqueles nos quais a agência é, de alguma forma, o tópico da conversa, isto é, quando as pessoas falam sobre suas próprias ações e a dos outros, quando atribuem responsabilidades pelos eventos, e como descrevem os processos de tomada de decisões de terceiros e de si mesmos. Tal análise poderia propiciar ao pesquisador uma forma de melhor entender as teorias de agência dos próprios indivíduos.

### 2.3

#### **Accounts**

Definir o que são *accounts* é uma tarefa quase tão complexa quanto escolher uma tradução que seja adequada às diversas ações que estão abarcadas em seus conceitos. *Accounts* possuem relação com ações como descrições, relatos, explicações,

justificativas, e prestações de contas (Garcez, 2008; Corona, 2011), não sendo possível realizar uma tradução que mantenha a mesma amplitude possível de ações sociais dentro de uma mesma “categoria”. Em virtude disso, opto por não realizar a tradução do termo. Assim como as inúmeras possibilidades tradutórias, a revisão da literatura de *accounts* nos fornece diversas perspectivas teóricas nas ciências sociais que apontam para caminhos diferentes, ainda que, de certa forma, complementares. Buttny & Morris (2001, p.285) citam alguns desses caminhos como os estudos de “*accounts* ao reconfigurarem o contexto de um evento, *accounts* como negociação da realidade, *accounts* como narrativas, como exceção à regra, como respostas despreferidas, etc”<sup>15</sup>. Visto que as noções de *account* abrangem uma diversa gama de atividades cotidianas, seu estudo em contextos interacionais situados confirma-se de extrema relevância.

Segundo Sacks (1995), os *accounts* são fenômenos altamente regulados e não ocorrem em qualquer contexto interacional. Geralmente, os interagentes produzem um *account* ou requerem que ele seja feito quando a ação de um dos membros é entendida como incomum ou inadequada (Scott & Lyman, 1968), ou quando o membro se vê em condições de incerteza ou em desalinhamento prático-moral com os outros interagentes (Buttny & Morris, 2001). Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke (2011, p.3) ressaltam que “*accounts* não são apenas algo que fazemos com a linguagem, mas são orientados àqueles com quem interagimos e possuem uma base moral”<sup>16</sup>.

Nessa seção, explorarei as diversas noções de *account* a partir de três vertentes: (i) *accounts* e face, também definidos por Buttny & Morris (2001) como *accounts* para ações; (ii) *accounts* e etnometodologia, definidos por Buttny & Morris (2001) como *accounts* de ações; (iii) *accounts* e retórica.

---

<sup>15</sup> Do original: “accounts as reconfiguring the context of an event, accounts as reality negotiation, accounts as narratives, accounts as an exception to the rule, accounts as a dispreferred response, and so on”.

<sup>16</sup> Do original: “Accounts are not just something that we do with language but they are oriented to others and have a moral underpinning”.

### 2.3.1

#### **Accounts e face**

O uso de *accounts* como ação que busca remediar possíveis atividades e comportamentos problemáticos é, das três vertentes apontadas, a mais comum e com maior literatura. Tendo como uma de suas bases o conceito de face<sup>17</sup> (Goffman, 2011), entende-se que os *accounts* são produzidos quando se tenta evitar ou reparar uma possível ameaça à face de ao menos um dos interagentes em decorrência de algum evento problemático e, assim, proteger/restaurar o equilíbrio social.

Um dos trabalhos mais importantes sobre o assunto é o de Scott & Lyman (1968), que conceituam *account* como “dispositivo linguístico empregado sempre que uma ação é objeto de questões valorativas”<sup>18</sup> (p.46) e “uma declaração feita por um ator social a fim de explicar um comportamento inadequado ou imprevisto”<sup>19</sup> (p.46). Os autores também diferenciam *accounts* de explicações, ao entender que as explicações, diferentemente dos *accounts*, não são produzidos em contextos de ações inadequadas que possam impactar negativamente na relação entre interagentes.

Diversos atos de fala já foram incluídos dentro das noções de *account*, como, por exemplo, confissão/admissão/negação de culpa, negação de responsabilidade (*disclaimer*), entre outros (Buttny & Morris, 2001), mas as desculpas e as justificativas, atos de fala sobre os quais Scott & Lyman (1968) se debruçam em seu artigo, permanecem como ações prototípicas ligadas à noção de *account*. De acordo com os autores, as justificativas constituem-se em um tipo de *account* no qual o interagente se responsabiliza pela ação tomada, mas nega seu caráter negativo ou inapropriado, ao passo em que ao se desculpar, o interagente admite o caráter negativo ou inapropriado de seu ato, mas não se responsabiliza totalmente por ele, conforme podemos perceber pelo quadro abaixo.

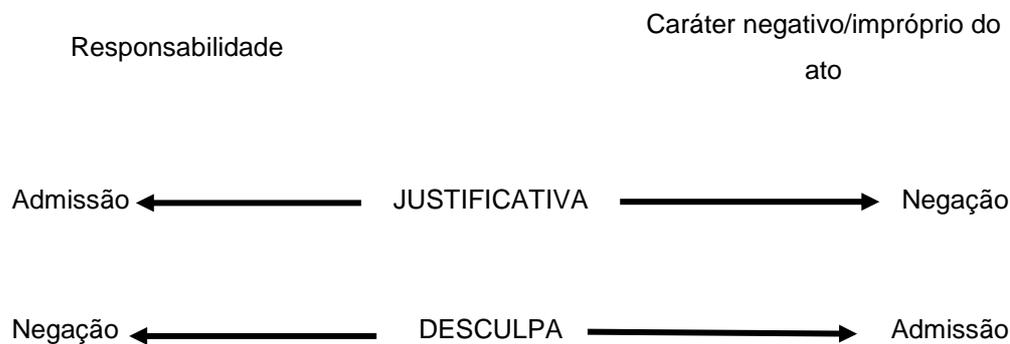
---

<sup>17</sup> Goffman (2011, p.13) conceitua face como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato”

<sup>18</sup> Do original: “linguistic device employed whenever an action is subjected to evaluative inquiry”

<sup>19</sup> Do original: “a statement made by a social actor to explain unanticipated or untoward behavior”

Quadro 1 – Diferenças entre justificativas e desculpas



Fonte: Scott & Lyman (1968)

Os autores, além de diferenciarem os atos de justificativa e desculpa, apresentam diferentes formas pelas quais os atos são performados, desenvolvem como os *accounts* são validados ou não na interação e também discorrem sobre as estratégias empreendidas pelos interagentes a fim de evitar a produção dos mesmos. Embora tais desdobramentos não sejam contemplados nessa seção, é importante perceber o empreendimento taxonômico, descritivo e classificatório ao qual os autores se pretendem em seu artigo, um tratamento muito comum sobre o tema durante as décadas de 70 até o início dos anos 90 (Cody & Mclaughlin, 1988; Buttny & Morris, 2001).

Apesar de o desenvolvimento de descrições e categorias de *accounts* ter sido de vital importância para os estudos sobre o tema, muitas são as críticas sobre a descontextualização dos dados no tratamento do fenômeno de *accounts*, desviando a ênfase original em ações situadas para uma abordagem mais abstrata (Antaki, 1994 apud Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011). O estudo de *accounts* não pode, portanto, ser confinado à identificação de atos de fala e de estruturas linguísticas típicas, pois em nossas interações cotidianas, diversas estruturas podem ser utilizadas e atos de fala diversos podem ser, a depender das circunstâncias, entendidos como *accounts* pelos participantes da interação (Draper, 1988; Buttny & Morris, 2001; Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011). Como salienta Antaki (1994, p.62 apud Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011, p.11) “*accounts* não são reduzíveis a um único ato de fala, mas costumam

‘emprender um coquetel de coisas diferentes de uma só vez’<sup>20</sup>. Buttny & Morris (2011) sugerem que o estudo de *accounts* não seja feito a partir de sentenças isoladas ou estruturas específicas, mas sim a partir das posições sequenciais que assumem nas interações e que permitem que o interagente demonstre o entendimento de determinado turno como um *account*. Hall, Slembrouck e Sarangi (2006, p.16), por sua vez, ressaltam que interacionalmente, os *accounts* podem estar presentes “em uma orientação geral à fala (e.g., um *account* como resposta a uma crítica), em um turno estendido (e.g., uma narrativa ou explicação mais alongada), ou podem fundamentar certo momento de fala”<sup>21</sup>.

### 2.3.2

#### **Accounts e etnometodologia**

A noção de *account* etnometodológica como prática contínua de produção de sentido é muito mais ampla que a apresentada por Scott & Lyman (1968). Garfinkel ([1967] 2009, p.113), responsável pela criação e estabelecimento da etnometodologia, ao falar de práticas de *account*, traduzidas por Gago e Magalhães como práticas relatáveis, nos explica que:

Quando falo de relatável, meus interesses direcionam-se para questo-vel-es como as seguintes: eu quero dizer observa-vel-relata-vel, ou seja, disponível para os membros como práticas situadas de olhar-e-dizer. Quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização sem fim, contínua, contingente; que elas são conduzidas e feitas acontecer sob os auspícios dos mesmos afazeres ordinários que, ao organiza-las, as descrevem.

A *accountability* é, segundo Coulon (1995), um dos conceitos-chave da etnometodologia e está intimamente ligada a outros dois: a reflexividade e a indicialidade. Ao agirmos no mundo social, e ao produzirmos descrições, nos orientamos por regras que, embora não explícitas, são reconhecidas pelos participantes e inteligíveis dentro de uma ordem moral e factual que, por sua vez, é constantemente produzida e mantida durante a interação (Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011).

<sup>20</sup> Do original: “accounts are not reducible to a single speech act but are often ‘doing a cocktail of different things at once’”

<sup>21</sup> Do original: “it may be there in the overall orientation of the talk (e.g. an account as a response to criticism), as an extended turn (e.g. a narrative or a lengthy explanation) or it may underpin the speaking occasion”.

Segundo Sell (2015, p.874), “essas regras são inteligíveis, descritíveis, analisáveis e racionais, ou seja, elas são *accountable*, ou justificáveis, muito embora as pessoas não estejam conscientes desse caráter reflexivo de suas ações”. Heritage (1984), ao falar sobre a obra de Garfinkel, também assinala que os sentidos dos *accounts* são altamente dependentes de seu contexto de produção. Para Garfinkel, portanto, os *accounts*, assim como nossas ações no mundo social, são de natureza indicial e só podem ser entendidos em referência ao local e momento da ocorrência.

É importante ressaltar que a produção de *accounts* também pode ser entendida na interação como uma forma de reparo quando há uma quebra das regras de senso comum esperadas (Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011), aproximando-se assim da noção de *accounts* como função conciliatória da linguagem. Garfinkel, através de seus famosos experimentos de ruptura<sup>22</sup>, nos mostrava que quando havia uma quebra de expectativa das ações de um indivíduo, os *accounts* eram requisitados a fim de que o equilíbrio social fosse restaurado.

Outra perspectiva teórica de base etnometodológica que busca compreender o papel dos *accounts* na interação é a Análise da Conversa Etnometodológica. Sacks (1995), já em sua primeira aula, “regras de sequência conversacional”, ressaltava a importância dos *accounts* na interação e como suas produções constituíam-se em fenômeno altamente regulado.

Boa parte dos pesquisadores que investigam *accounts* segundo a perspectiva da análise da conversa, entendem que eles são produzidos em contextos de ações despreferidas (Pomerantz, 1984), nas quais um dos participantes da interação nega, recusa ou discorda de uma ação anterior da sequência interacional. Quando realizamos um convite, uma oferta ou pedido, por exemplo, esperamos que aqueles a quem tais atos foram dirigidos produzam uma segunda ação que seja afiliativa, i.e., que respondam positivamente ao nosso convite/oferta/pedido. Os *accounts* são geralmente empregados, juntamente de outros movimentos interacionais, quando precisamos romper com a expectativa daquele que realiza o convite/oferta/pedido e realizamos um ato despreferido (Heritage, 1984; Buttny & Morris, 2001). Segundo Heritage (1984,

---

<sup>22</sup> Os experimentos de ruptura (*breaching experiments*) consistem em procedimentos que buscam examinar a reação das pessoas quando normas ou regras sociais são violadas e a reciprocidade de perspectivas quebrada.

p.272) “os accounts, [...] construídos de forma a evitar conflitos e ameaças, servem, de forma geral, para manter a solidariedade social”<sup>23</sup>.

### 2.3.3

#### **Accounts e retórica**

A partir das duas vertentes apresentadas anteriormente, é possível perceber que por mais que a noção de *account* seja expandida e estudada sob outras perspectivas, o foco em sua função conciliatória, através da manutenção da ordem social e restauração de face, ainda possui primazia sobre outros entendimentos. Scott & Lyman (1968, p.46), por exemplo, entendiam como habilidade dos *accounts* “sustentar as vigas de interações sociais fraturadas; criar pontes entre o prometido e o executado, consertar o quebrado e conciliar o afastado”<sup>24</sup>.

Billig (1996), em seu livro sobre retórica e psicologia social, nos apresenta uma abordagem alternativa ao tratamento dado aos *accounts*. Para o autor, os estudos goffmanianos sobre ações remediadoras e a função reparadora dos *accounts* enfatizam uma natureza harmoniosa das interações, entendendo os desequilíbrios e contradições como desvios, em vez de vê-los como atividades regulares das interações sociais (Arribas-Ayllon, Sarangi e Clarke, 2011). De acordo com Billig, quando um indivíduo produz um *account*, ele não está prevenindo uma controvérsia, mas se engajando em uma, a fim de tentar explicar a inconsistência entre suas atitudes e ações. A noção de *accounts* utilizada na análise de dados alinha-se, portanto, com o entendimento de que são produzidos na interação como estratégia argumentativa da qual o indivíduo faz uso durante as interações a fim de realizar *ações* retóricas como persuadir, defender um ponto de vista, contestar sentidos, etc.

---

<sup>23</sup> Do original: “accounts [...], in functioning as threat and conflict-avoidance procedures, serve generally to maintain social solidarity”

<sup>24</sup> Do original: “Its ability to shore up the timbers of fractured sociation, its ability to throw bridges between the promised and the performed, its ability to repair the broken and restore the estranged”.

## 2.4 Moralidade

Há muitos anos o estudo da moralidade e de julgamentos morais têm se concentrado nos campos da filosofia e psicologia. Em tais abordagens, comumente entende-se que há um self moral internalizado no indivíduo e, em grande parte, desconectado do contexto social em que se insere (Barber, 2014). Apesar de a visão de moralidade como “voz interna” ou consciência ser a mais recorrente no senso comum (Bergmann, 1998), entende-se, a partir da abordagem etnometodológica, que a ordem moral não se constitui como um domínio distinto e específico do discurso e da prática social, mas opera, de forma onipresente, nas interações sociais (Jayyusi, 1991; Corona & Ostermann, 2013). Como destacam Corona & Ostermann (2013, p.181), “mesmo que não tornada um tópico da interação, a moralidade se faz presente nas ações diárias e é por meio da fala-em-interação localmente situada que se (re)produzem dimensões morais e as pessoas se constituem como ‘agentes morais’”.

Bergmann (1998) se contrapõe aos modelos abstratos vigentes ao entender moralidade como “contínua conquista interativa” (p. 282), cujos valores mudam entre culturas e com o passar do tempo. Segundo o autor, a moralidade está presente em todas as interações sociais e é tão arraigada a elas que se torna invisível a seus interlocutores, cabendo ao pesquisador, portanto, a tarefa de transformá-la em objeto de estudo e analisá-la empiricamente a partir da fala-em-interação.

Ainda em relação à análise, Stokoe e Edwards (2014) destacam a importância de o pesquisador se basear nas orientações que os próprios participantes tornam relevantes durante as interações, evitando impor uma agenda própria aos dados. Contudo, admitem a dificuldade da tarefa, pois raramente os interagentes categorizam suas próprias falas e ações como morais. De acordo com Jayyusi (1991), assim como não é possível falar de linguagem sem utilizar a própria linguagem, não é possível analisar questões de moralidade de forma neutra, retirando-se da ordem moral em que está inserido, restando ao pesquisador a utilização de seu pertencimento moral (*moral membership*) e seu conhecimento da organização mundana de ordem prático-moral como recursos a serem empreendidos.

Ao tratar da relação entre moralidade e atividade profissional, Bergmann (1998) diz que profissionais que atuam em áreas da saúde, justiça, educação, psicologia e

assistência social desempenham tarefas que, tradicionalmente, envolvem questões morais. Contudo, as instituições em que estão inseridos tentam retirar o caráter moral de suas atividades, racionalizando-as a partir de regras e parâmetros. Situação similar é encontrada pelos policiais no desempenho de suas atividades, quando dilemas morais cotidianamente se apresentam a eles e necessitam prestar contas de suas decisões e ações. Faz-se necessário, portanto, investigar os discursos policiais a fim de enxergarmos (e analisarmos) os valores morais construídos em suas práticas profissionais cotidianas.

Entendo, portanto, que a moralidade é (re)produzida na e pela interação social localmente situada e que é a partir dela que os indivíduos se constituem como agentes morais. Utilizo em minha análise a noção de moralidade mundana (Stokoe e Edwards, 2014, p. 166), que se refere às “práticas cotidianas nas quais os indivíduos misturam avaliações morais, senso de certo e errado, responsabilidade e culpa, etc., com *accounts* comuns e descrições de pessoas, ações e eventos”<sup>25</sup>. Entendo que a moralidade mundana atravessa todo o evento interacional das entrevistas de pesquisa realizadas e, assim, está imbricada não só na produção de *accounts* pelos policiais, mas também nas categorias de pertença que invocam durante suas falas. Se podemos categorizar uma mesma pessoa, objeto ou evento de diversas formas, logo, ao selecionarmos as categorias que utilizaremos em uma dada interação, estamos também realizando um trabalho moral (Jayyusi, 1991; Bergmann, 1998). Os *accounts*, por sua vez, costumam ser produzidos ou requisitados quando há um desalinhamento da ordem moral esperada e ainda, ao realizarmos *accounts*, trazemos à luz as dimensões morais do uso da linguagem quando, por exemplo, relatamos nossas ações ou a de terceiros como próprias ou impróprias, corretas ou incorretas, apropriadas ou inapropriadas, etc. (Drew, 1998).

---

<sup>25</sup> Do original: “practices of everyday life in which people mix moral evaluations, a sense of right and wrong, blame and culpability, etc., with ordinary accounts and descriptions of persons, actions, and events”.

## 3

**Pressupostos Metodológicos**

É provável que: “A procura pelo conhecimento absoluto e certo deva ser abandonada e substituída por uma série infinita de interpretações do mundo”

(Hughes, 1990 apud Moita Lopes, 1994)

Saussure (2006, p. 15), já em 1916, na publicação póstuma do Curso de linguística geral, nos alertava que, diferentemente de outras ciências, no campo da linguística “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. Ouso dizer que não só no campo da linguística, mas em todas as ciências sociais e humanidades, o ponto de vista acaba por criar o objeto de análise. Como diz Moita Lopes (1994, p.331):

O que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e reinterpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.

As várias realidades que nos permitem, como diz a epígrafe do capítulo, “uma série infinita de interpretações do mundo” são construídas, na pesquisa, a partir das leituras, dos questionamentos e interesses, das escolhas teórico-metodológicas, das ferramentas utilizadas, das formas como os dados são tratados, analisados e apresentados. Portanto, nesse capítulo apresento minhas escolhas metodológicas que, acredito, estão em consonância com as teorias apresentadas e empreendidas na análise e, também, com a forma como construí a pesquisa como um todo, ciente, antes de mais nada, de que ela representa uma interpretação possível do mundo que investiguei, e não a única verdade. Além disso, apresento informações contextuais sobre o meu universo de pesquisa, detalho quem são seus participantes e como o processo de geração de dados ocorreu. Justifico minha escolha pelo uso de entrevistas na pesquisa qualitativa e interpretativista e elaboro o processo de tratamento dos dados e os procedimentos analíticos adotados.

### 3.1

#### A escolha pela pesquisa qualitativa e interpretativista

Segundo Denzin & Lincoln (2006, p.16), definir a pesquisa qualitativa é uma tarefa árdua, uma vez que ela é “em si mesma, um campo de investigação” que “atravessa disciplinas, campos e temas”. Além de sua transdisciplinariedade, o que se entende por pesquisa qualitativa dependerá também do momento histórico ao qual se refere<sup>26</sup>. Contudo, uma definição possível, ainda que genérica, oferecida pelos autores é: “A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin & Lincoln, 2006, p.17). Abarcando a pesquisa qualitativa tantas práticas materiais e interpretativas, entende-se que o pesquisador é um *bricoleur*, um confeccionador de colchas que utiliza diversas estratégias, métodos e materiais ao seu alcance a fim de empreender suas análises (Denzin & Lincoln, 2006).

A pesquisa qualitativa e interpretativista é comumente vista como o oposto da pesquisa quantitativa, também categorizada por muitos de positivista<sup>27</sup>. Dentro do paradigma positivista de pesquisa, o mundo social existe independentemente das atividades realizadas por pesquisadores e participantes da pesquisa. Entende-se que os dados são coletados e podem ser categorizados e padronizados, criando-se variáveis que, assim, podem ser alvo de análises estatísticas e suscitar generalizações. O pesquisador precisa descrever e oferecer explicações acerca dos fenômenos que investiga da forma mais neutra e objetiva possível, muitas vezes apresentando seus resultados com status de verdade imutável (Moita Lopes, 1994; Silverman, 2015). A partir da descrição acima, não é difícil perceber que é esse o paradigma a ser seguido a fim de que a pesquisa seja validada como “ciência” pelo senso comum.

Já no paradigma interpretativista, os fatos são (re)construídos pelos seres humanos, que, em interação, (re)criam várias realidades cujos significados podem apenas ser interpretados. Os dados não são coletados, visto que não preexistem no mundo, mas são gerados a partir dos métodos escolhidos pelo pesquisador. Entende-

---

<sup>26</sup> Denzin & Lincoln (2006) elencam 8 períodos pelos quais a pesquisa qualitativa já passou.

<sup>27</sup> Silverman (2015) nos chama a atenção em relação à simplificação feita quando se fala em pesquisas quantitativas. Da mesma forma que a pesquisa qualitativa abarca diversas teorias e métodos, também o faz a sua vertente quantitativa.

se também que a padronização só existe enquanto construção do próprio pesquisador, anulando suas complexidades e a multiplicidade dos significados construídos (Moita Lopes, 1994). Tanto a neutralidade quanto a objetividade não são alcançáveis, e os resultados, como havia adiantado no começo do capítulo, não são entendidos como verdades absolutas, mas uma das interpretações possíveis para os dados.

Entendo, portanto, em consonância com Cicourel (1964, p.80 apud Fontana, 2001, p. 163), que “toda pesquisa social inclui um número desconhecido de decisões implícitas que não são espelhadas nos processos de medição [e análise] utilizados”<sup>28</sup>. Desta forma, minhas escolhas e leituras ao longo do processo estão refletidas em cada uma das páginas que escrevo. Isto não é, de forma alguma, sinônimo de “vale tudo” na pesquisa científica, mas um metaconhecimento do processo de construção da pesquisa e de suas limitações, o que não me isenta de realizar sempre práticas éticas na pesquisa e análises que sejam ancoradas nos dados.

A partir do exposto, creio que a pesquisa qualitativa e interpretativista é a melhor forma na busca para um maior entendimento acerca dos processos de construção de identidade dos policiais entrevistados, bem como de suas visões e ideais sobre a prática policial. Trabalhar com um grupo que se diz estigmatizado e, portanto, podemos presumir, minoritário, poderia ser visto, dentro de uma perspectiva quantitativa, como estatisticamente irrelevante. No entanto, se, como diz Bauman (1992, p.192 apud Moita Lopes, 2004, p. 168), “fenômenos estatisticamente insignificantes podem mostrar ser decisivos”, boas práticas e ideais de polícia não-hegemônicos, por mais restritos que possam ser, podem ser decisivos no processo de (re)construção de um novo fazer policial.

### 3.2

#### O universo da pesquisa

Nesta seção contextualizo o universo em que a pesquisa se insere e apresento maiores informações sobre os participantes de pesquisa.

---

<sup>28</sup> No original: “All social research includes an unknown number of implicit decisions which are not mirrored in the measurement procedures used.”

### 3.2.1 As Unidades de Polícia Pacificadora

Em novembro de 2008<sup>29</sup>, na comunidade do Santa Marta, na zona sul do Rio de Janeiro, foi implementada a primeira base do que viria a ser chamada de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O modelo das UPPs representou um marco nos projetos de segurança pública, não só do Rio de Janeiro, como do país, mostrando, em um primeiro momento, ser um projeto eficaz na queda dos índices de criminalidade e na diminuição do confronto armado com membros do crime organizado<sup>30</sup>. Seu sucesso foi tão grande que foi utilizado como trampolim eleitoral na reeleição do então governador Sérgio Cabral Filho (2010-2014) e na eleição de seu sucessor, Luiz Fernando “Pezão” (2014 - ?).

Antes de mais nada, há de se ressaltar que as UPPs, embora sejam o maior programa de polícia comunitária empreendido no estado do Rio de Janeiro, não são pioneiras nesse estilo de policiamento. O coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Comandante-geral e Secretário de Estado da Polícia Militar nos dois mandatos de Brizola<sup>31</sup> (1983–1987 e 1991–1994), é considerado por muitos o precursor das práticas de policiamento comunitário no Brasil. Segundo Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p.24), “suas ideias e propostas, em conjunto com seus colaboradores, pressupunham não mais uma estrutura voltada para ‘uma situação de guerra’. [...] via na questão dos direitos humanos uma orientação importante para as práticas policiais”. Foram de iniciativa do coronel a criação do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e o Grupo de Policiamento Turístico – hoje Batalhão de Policiamento em áreas turísticas (BPTur). Além das ações citadas, foi nos dois últimos anos de seu segundo comando que houve

---

<sup>29</sup> Há uma discrepância quanto à data exata de implementação da primeira unidade de polícia pacificadora. No site oficial da UPP (<http://www.upprj.com/index.php/historico>) consta o dia 19/12/2008, enquanto no verbete “Unidade de Polícia Pacificadora” da Wikipédia ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Unidade\\_de\\_Pol%C3%ADcia\\_Pacificadora](https://pt.wikipedia.org/wiki/Unidade_de_Pol%C3%ADcia_Pacificadora)) a data registrada é 28/11/2008. Segundo Menezes (2015), a ocupação foi iniciada no dia 19/11, enquanto as primeiras notícias de um novo tipo de policiamento no local começaram a ser veiculadas conforme a data da Wikipédia, 28/11.

<sup>30</sup> Cf. Coelho & Provenza (2016).

<sup>31</sup> Brizola, primeiro governador democraticamente eleito após décadas de intervenção militar, extinguiu a Secretaria de Estado de Segurança Pública e criou três novas Secretarias: a Secretaria de Estado de Polícia Civil, a Secretaria de Estado da Polícia Militar e a Secretaria de Estado da Defesa Civil. Rompeu-se, com a nomeação do Coronel Cerqueira, décadas de ligação direta entre a polícia militar e o exército nos processos de indicação aos altos postos (Leal, Pereira e Munteal Filho, 2010).

a primeira tentativa de implantação de policiamento comunitário, em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro<sup>32</sup>. No ano de 2000, durante o mandato de Anthony Garotinho, começaram a ser implementados os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs)<sup>33</sup>. Algumas das comunidades atendidas pelo programa foram: Babilônia e Chapéu Mangueira, Providência, Gardênia Azul, Rio das Pedras, Cavalão e morro do Estado (as duas últimas em Niterói). Embora haja razões para se diferenciar o GPAE das UPPs<sup>34</sup>, não se pode negar que os dois projetos possuíam também objetivos e características comuns. Assim como as UPPs, o projeto do GPAE demandava a presença constante de policiais nas comunidades e o estabelecimento de uma relação mais amistosa entre policiais e moradores, gerando, assim, benefícios como a redução no número de homicídios e de trocas de tiro<sup>35</sup>.

Em relação ao estabelecimento das primeiras UPPs, Menezes (2015) aponta, com base nas falas de membros do alto escalão policial, que o projeto das UPPs não foi elaborado previamente e posto em prática já em 2008, na comunidade do Santa Marta, e sim sendo construído a partir de questões circunstanciais. O Santa Marta, por exemplo, foi escolhido em virtude do desejo do então governador Cabral em visitar uma creche da comunidade. Além disso, por ser uma comunidade pequena, com poucas entradas e saídas, a atuação dos policiais nesse novo modelo de policiamento desejado seria mais fácil. Já a Cidade de Deus, comunidade bem maior e complexa que o Santa Marta, foi ocupada por iniciativa de um coronel, sem qualquer ligação prévia com o projeto que se tentava estabelecer na zona sul da cidade, relata a socióloga. Assim, é possível perceber que a “marca” UPP só foi estabelecida após as primeiras ocupações, passando por um período em que, na falta de um nome oficial, tentava-se caracterizar a natureza daquele projeto. Segundo Menezes (2015, p.55):

No Santa Marta, no período da ocupação policial, em novembro de 2008, falava-se, primeiramente, que um “Choque de Ordem” iria ocorrer na favela; depois falaram que uma “Companhia de Policiamento Comunitário” seria instalada no morro e, só, posteriormente, o nome “Unidade de Polícia Pacificadora”, com a sigla UPP, passou a ser utilizado. Já na Cidade de Deus, primeiro a

<sup>32</sup> Cf. Muniz et al. (1997).

<sup>33</sup> Segundo Albernaz, Caruso e Patrício (2007), os GPAEs representaram uma grande inovação nas iniciativas de polícia comunitária, pois até então práticas do tipo só eram realizadas em áreas urbanizadas e com ampla disponibilidade de infraestrutura.

<sup>34</sup> Cf. Misse (2014).

<sup>35</sup> ANDREONI, M. **UPP é versão vitaminada do GPAE, que acabou corrompido**. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/12/19/upp-e-versao-vitaminada-do-gpae-que-acabou-corrompido/> > Acesso em 20 janeiro 2017.

ocupação foi chamada “Cidade de Deus é de Deus” (como pode ser visto na reportagem “PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas” publicada no jornal O Globo do dia 12 de novembro de 2008), depois falaram na criação de uma “Companhia Independente de Polícia Militar”, nome que foi alterado para “Companhia de Policiamento Comunitário” para depois, enfim, chegar ao termo UPP, que ganhou destaque quando foi inaugurado o policiamento comunitário na favela em fevereiro de 2010.

Apesar de o projeto explicitar em seu nome um de seus objetivos principais, há uma crítica em relação ao uso do termo *pacificação*, pois ele “aponta para uma visão militar, tutelar e ‘civilizatória’, que se aplica sempre a um Outro percebido como social e moralmente inferior” (Oliveira, 2014 apud Musumeci, 2015, p.34).

Uma vez estabelecida como novo modelo de policiamento em comunidades, a UPP foi então regulamentada a partir do decreto nº 42.787, em 6 de janeiro de 2011. Em seu artigo 1º, § 1º, estipulou-se como “áreas potencialmente contempláveis” comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade e com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados<sup>36</sup>. Já o § 2º do mesmo artigo trata dos objetivos do programa, a saber: a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social como econômico.

De 2008 a 2014, ano de implantação da última UPP até o momento, 38 unidades foram implantadas, mobilizando cerca de 9.500 policiais. O quadro a seguir apresenta, em ordem cronológica, todas as comunidades atendidas pelo programa até o momento.

---

<sup>36</sup> Apesar da definição abrangente de áreas que podem vir a ser contempladas com uma UPP, ficou claro, com o passar dos anos, que houve uma predileção do governo estadual por comunidades próximas a áreas valorizadas da cidade ou que se desejava valorizar. O baixo número de UPPs na zona oeste e na baixada fluminense é particularmente revelador da lógica que subjaz as escolhas de quais comunidades serão atendidas.

Quadro 2 – Relação de UPPs implantadas

ANO	COMUNIDADE	DATA INAUGURAÇÃO	DE LOCALIZAÇÃO
2008	Santa Marta	19/12	Zona Sul
2009	Cidade de Deus	16/02	Zona Oeste
	Jardim Batan	18/02	Zona Oeste
	Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06	Zona Sul
	Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12	Zona Sul
	Ladeira dos Tabajaras e Cabritos	14/01	Zona Sul
2010	Providência	26/04	Centro
	Borel	07/06	Zona Norte
	Formiga	01/07	Zona Norte
	Andaraí	28/08	Zona Norte
	Salgueiro	17/09	Zona Norte
	Turano	30/10	Zona Norte
	Macacos	30/11	Zona Norte
2011	São João, Quietos e Matriz	31/01	Zona Norte
	Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02	Centro
	Escondidinho e Prazeres	25/02	Zona Sul
	Complexo de São Carlos	17/05	Centro
2012	Mangueira	03/11	Zona Norte
	Vidigal	18/01	Zona Sul
	Fazendinha	18/04	Zona Norte
	Nova Brasília	18/04	Zona Norte

	Adeus e Baiana	11/05	Zona Norte
	Complexo do Alemão	11/05	Zona Norte
	Chatuba	27/06	Zona Norte
	Fé e Sereno	27/06	Zona Norte
	Parque Proletário	28/08	Zona Norte
	Vila Cruzeiro	28/08	Zona Norte
	Rocinha	20/09	Zona Sul
2013	Manguinhos	16/01	Zona Norte
	Jacarezinho	16/01	Zona Norte
	Caju	11/04	Zona Norte
	Barreira do Vasco e Tuiuti	12/04	Zona Norte
	Cerro-Corá	03/06	Zona Sul
	Arará e Mandela	06/09	Zona Norte
	Lins	02/12	Zona Norte
	Camarista Méier	02/12	Zona Norte
2014	Complexo da Mangueirinha	07/02	Baixada Fluminense
	Vila Kennedy	23/05	Zona Oeste

Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/historico>

Após ter apresentado o processo de implantação e construção das UPPs, discorro sobre as formas de atuação policial circunscritas ao programa.

### 3.2.2 Formas de Atuação

O mesmo decreto de 2011 que regulamenta as UPPs diz que as unidades “destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação”. Na prática, porém, a filosofia de polícia de proximidade não é formalizada pela instituição, cabendo aos próprios policiais o papel de delimitarem o que entendem por práticas de proximidade. Segundo Musumeci (2015), com base em *survey* aplicada em 2014 a 2.002 policiais, há uma tendência dos policiais atuantes no programa de relacionarem “policiamento de proximidade” com policiais que atuam como “articuladores comunitários”, enquanto o fazer de proximidade, em seu sentido *lato*, seria o de presença contínua e ostensiva nas comunidades atendidas pelo programa. Apesar dos problemas gerados pela falta de delimitação institucional sobre a filosofia de proximidade, Menezes (2015) ressalta, assim como os policiais que entrevistamos, que não é possível falar em uma simples aplicação de um modelo de pacificação a cada nova comunidade ocupada, pois cada uma delas possui suas especificidades, sendo necessário, portanto, que haja, nesse novo ambiente, “uma série de novas verificações e testes” (p.48) a fim de que se possa entender como a pacificação pode ser realizada naquele local.

As singularidades de cada comunidade são tão importantes que cada uma se organiza quanto às práticas e aos grupamentos de formas diferentes, a depender das características da comunidade, do efetivo policial, seus perfis de atuação e até mesmo do perfil do comandante daquela UPP, sendo possível também que, de tempos em tempos, essas configurações sejam modificadas (Menezes, 2015). Alguns dos grupamentos que podem existir nas comunidades são: o Grupamento de Polícia de Proximidade (GPP); o Grupamento Tático de Polícia de Proximidade (GTPP); a Rádio Patrulha (RP); e a Permanência. O GPP é responsável pela construção de laços de proximidade com a comunidade. Segundo Albernaz & Mazzurana (2015, p.69 apud Musumeci, 2015, p.34) o grupamento “descentraliza e personaliza a prestação de serviços de policiamento, permitindo maior aproximação entre comunidade e policiais militares”. Já o GTPP, embora tenha o nome “proximidade”, atua de forma bastante diferente do GPP, pois configura-se como um destacamento operacional fortemente armado com foco na repressão ao uso e venda de drogas, apreensão de armas e drogas e prisão de traficantes. A Permanência é composta por policiais atuantes na base das

UPPs, recebendo ocorrências e as repassando para a RP que, por sua vez, só atua a partir do chamado das ocorrências.

Uma das características mais importantes da atuação policial em contextos de UPP é o caráter dual de suas atividades. Muitas vezes o policial que busca se aproximar dos moradores e estabelecer relações de confiança com eles é o mesmo que, posteriormente, poderá vir a reprimi-los e a cercar suas liberdades. Como Pinc (2011) indaga:

Diante disso as UPPs têm um grande desafio a vencer no que se refere ao desempenho individual do policial, pois buscar a aproximação do público e inibir ações delituosas requerem habilidades diversas. Como preparar um policial para distinguir de quem se aproximar e a quem inibir? Como alternar a conduta diante das diferentes situações, assumindo ora um comportamento de quem oferece ajuda, ora de quem impõe limites e restringe direitos?

Claramente não é uma tarefa fácil e dificulta a construção da legitimidade policial nas comunidades a partir de uma relação de confiança recíproca. Musumeci (2015) aponta que, em 2014, 22,2% dos policiais atuavam em GTPPs, enquanto 25,8% afirmavam realizar algum tipo de prática de proximidade. A autora atenta para a necessidade de não construirmos um entendimento simplista dos grupamentos, especialmente em relação aos GPPs e aos GTPPs. A atuação de um policial em determinado setor não elimina suas possibilidades de trabalho em outras searas. Em verdade, “trabalhar a maior parte do tempo em GTPP não exclui necessariamente o envolvimento em algumas estratégias de proximidade” (Musumeci, 2015, p.12).

As UPPs perduram há quase 10 anos, mas ainda parece haver um elevado grau de indefinição sobre o significado de “policiamento de proximidade” e, principalmente, sobre as possibilidades de atuação dentro desse contexto (Musumeci, 2015).

Tendo abordado a dinâmica das UPPs de forma geral, passo agora a delimitar os participantes da pesquisa e o processo de geração de dados.

### 3.3 Os participantes da pesquisa

Tendo como base os dados estatísticos de Musumeci (2015), que representavam em 2014 cerca de ¼ do efetivo policial atuante nas UPPs, é possível dizer que, em relação aos dados demográficos, os participantes fazem parte do “perfil padrão” de policial de UPP. Segundo a autora, a maioria dos policiais entrevistados é homem (cerca de 90%), com idade entre 24 e 33 anos (78%) e possui ensino superior completo ou incompleto (42%). Em nossa pesquisa, foram realizadas 3 entrevistas semiestruturadas (Fontana & Frey, 2005) com policiais que atuam ou já atuaram de alguma forma no projeto das UPPs. Dois desses policiais são praças<sup>37</sup> e operam majoritariamente em práticas que visam a construção de laços de proximidade com os moradores, relatando também posições de liderança dentro desse setor. Já o oficial entrevistado estava ligado ao setor de educação da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP). É importante também ressaltar que, em termos de correlação entre nível de satisfação e tipo de serviço, Musumeci (2015) percebeu que policiais que atuavam administrativamente ou em tarefas predominantemente de proximidade relatavam maior satisfação que outros policiais. Tal característica também pôde ser observada durante as entrevistas, pois mesmo quando os policiais relatavam problemas e obstáculos em suas práticas, diziam que sabiam que estavam fazendo um trabalho importante para a comunidade e que eram reconhecidos pelos moradores por isso.

Meu primeiro contato com os participantes se deu através da indicação de uma amiga que conhecia o trabalho do policial que aqui chamaremos de Gilmar. O soldado Gilmar tem mais de 30 anos, ensino superior incompleto na área de marketing e atua em contextos de UPP há pelo menos 4 anos. Na época da entrevista, atuava como coordenador de atividades de policiamento de proximidade na comunidade X, em processo de pacificação há 6 anos. Essa primeira entrevista foi feita por mim e pela amiga que o conhecia fora do seu local de trabalho. A entrevista durou um total de 94

---

<sup>37</sup> Cf. anexo para a relação de postos e graduações dentro dos círculos de oficiais e praças da polícia militar.

minutos e me permitiu entender melhor projetos como o Fórum<sup>38</sup>, a mediação de conflitos feita por policiais<sup>39</sup>, PAMESP Escolar<sup>40</sup>, entre outros.

Como inicialmente a pesquisa buscava entender como se davam as relações informais de desenvolvimento profissional entre policiais atuantes em UPPs, a escolha do segundo entrevistado, Almir, me parecia óbvia. Ele havia sido professor de Gilmar em um curso que buscava angariar policiais que pudessem atuar em GPPs. Almir já havia exercido a mesma função de coordenador de atividades de policiamento de proximidade na comunidade X, passando a responsabilidade para Gilmar, e é descrito por Gilmar como um grande inspirador, não só para ele, mas para outros policiais que acreditam em um novo modelo de polícia. Almir é cabo, com mais de 30 anos de idade e ensino superior completo na área do direito, atuando em contextos de UPPs há cerca de 5 anos, boa parte deles na comunidade X. A entrevista, que também durou cerca de 94 minutos, foi realizada por mim e mais duas pesquisadoras em seu local de trabalho, a base da UPP na comunidade Y. Sobre a comunidade Y, pode-se dizer que está em processo de pacificação há tanto tempo quanto a comunidade X, contudo, é descrita por Almir como um desafio às práticas de proximidade, em virtude de constantes conflitos entre policiais e traficantes.

O terceiro e último entrevistado, diferentemente dos dois primeiros, é um oficial da polícia, major Vagner, na época exercendo função crucial no desenvolvimento profissional formal da PMERJ dentro do setor de Ensino e Pesquisa da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP). Assim como Gilmar havia relatado seu aprendizado com Almir, Almir relata que aprendeu muito com o major Vagner, a quem descreve como policial com vasto conhecimento teórico. Vagner, assim como os outros entrevistados, também possui mais de 30 anos, ensino superior completo na área de direito, além do próprio Curso de Formação de Oficiais e de outros diversos cursos de especialização na área de segurança pública. Vagner possui histórico de atuação em pelo menos 3 comunidades atendidas pelo projeto das UPPs, mas em virtude do seu papel na área de ensino da CPP, buscávamos saber a visão de polícia e

---

<sup>38</sup> Segundo Gilmar, o Fórum é um projeto implementado na comunidade X que visa criar elos de parceria entre a polícia e os moradores, a partir de levantamento das demandas sociais da comunidade.

<sup>39</sup> Desde 2011, PMs foram capacitados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a mediar conflitos entre moradores de algumas comunidades. No ano seguinte o Ministério Público passa a fazer atendimentos diretos nas comunidades (Mourão & Strozemberg, 2015)

<sup>40</sup> Também conhecido como ronda escolar, o Patrulhamento Motorizado Especial tem, como alguns dos seus objetivos, a interação com os alunos dentro da área escolar e no seu entorno, tentando romper os estigmas referentes à polícia por parte de crianças e adolescentes.

de proximidade que o major possuía e como isso poderia, talvez, influenciar a formação/reciclagem formal de outros policiais. A entrevista foi realizada por mim e mais duas pesquisadoras em um batalhão de polícia militar e durou 47 minutos.

Abaixo segue quadro com informações sobre os participantes da pesquisa:

Quadro 3 – Informações sobre os participantes

<b>Pseudônimo</b>	Gilmar	Almir	Vagner
<b>Idade</b>	+30	+30	+30
<b>Formação</b>	Ensino Superior Incompleto em Marketing	Ensino Superior Completo em Direito	Ensino Superior Completo em Direito. Diversas especializações em Segurança Pública
<b>Patente</b>	Soldado	Cabo	Major
<b>Tempo de atuação nas UPPs</b>	4 anos	5 anos	6 anos
<b>Atividade exercida na época</b>	Coordenador de atividades de policiamento de proximidade	Relações Públicas	Assessor de Ensino e Pesquisa da CPP
<b>Duração da entrevista</b>	94 minutos	94 minutos	47 minutos

Como havia relatado, os dados foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas. Na seção seguinte, discorro sobre a importância da entrevista na pesquisa qualitativa e como ela é entendida em uma visão pós-moderna.

### 3.4

#### A entrevista na pesquisa qualitativa

Dentro do âmbito da pesquisa qualitativa há várias formas de se gerar os dados que se deseja analisar, mas de todas as formas existentes, inegavelmente é a entrevista a forma mais conhecida de todas e provavelmente a mais utilizada também (Briggs, 1986 apud Gubrium & Holstein, 2001). Segundo Silverman (1997, p.248 apud Gubrium & Holstein, 2001, p.10) “talvez todos vivamos no que podemos chamar de uma ‘sociedade de entrevistas’, na qual as entrevistas parecem ser centrais no processo de significação de nossas vidas”. Se alguém nos diz que fará uma entrevista ou que será entrevistado, rapidamente imaginamos como o evento ocorrerá, geralmente em uma díade – entrevistado e entrevistador -, com o entrevistador dominando o piso conversacional, delimitando as perguntas, o tempo de resposta, etc. Embora já se tenha visões de entrevista que se diferem da clássica, não há dúvidas de que o evento *entrevista* não desperta grandes dúvidas sobre o que deve ser esperado.

A entrevista em seus mais diversos tipos está entremeada em nossas vidas e com a popularização dos meios digitais passou a ganhar ainda mais força. Hoje temos não só pesquisas de opinião, entrevistas na rua ou em programas de televisão, entrevistas de trabalho ou para admissões em outros tipos de funções, mas também pesquisas feitas online, vídeos no *Youtube* nos quais artistas e *youtubers*<sup>41</sup> respondem às perguntas enviadas a eles, ou até mesmo redes sociais baseadas no formato de perguntas e respostas como o *Formspring* e o *Ask.fm*. Tudo isso reforça a ideia de que, de fato, vivemos em uma sociedade de entrevistas. Contudo, o conceito de entrevista é considerado relativamente novo. De acordo com Benney e Hughes (1956 apud Gubrium & Holstein, 2001), os indivíduos não eram vistos como fontes importantes de conhecimento sobre suas próprias experiências. Foi apenas a partir da 2ª Guerra Mundial que a dita entrevista moderna ganhou popularidade, a partir das *surveys*. Desde então, viemos nos acostumando cada dia mais a compartilharmos nossos dados, informações e opiniões sobre os mais diversos assuntos. A entrevista, portanto, não só é parte do que hoje somos, mas também é elemento constitutivo na transformação daquilo que seremos.

---

<sup>41</sup> Nome dado a pessoas que possuem canais de vídeo no *Youtube*.

Assim como a sociedade, a entrevista e o que entendemos por seu papel também foi se modificando com o tempo. Em uma visão mais clássica/positivista, os sujeitos entrevistados são vistos como “recipientes de respostas” passivos nos quais fatos, sentimentos e experiências habitam e que podem ser facilmente “coletados” pelo entrevistador, a partir de métodos adequados de entrevista. Visto como facilitador, o entrevistador controla toda a entrevista a fim de retirar as informações necessárias do entrevistado. Para tanto, precisa anular sua personalidade e não emitir quaisquer tipos de opiniões, expressões faciais ou gestos que possam levar o entrevistado a uma resposta parcial. A neutralidade é almejada a todo custo e as entrevistas, portanto, bastante controladas (Gubrium & Holstein, 2001).

Atualmente já coexistem diferentes visões de entrevista, uma delas teve como precursor o professor de psicologia social Elliot Mishler. Segundo Mishler (1986), as entrevistas, tal como vinham sendo realizadas, desconsideravam o contexto social em que estavam inseridas, eliminavam as complexidades identitárias de entrevistados e entrevistadores, assim como a própria complexidade interacional em jogo durante o processo de entrevista. Segundo o autor, a ideia de neutralidade é uma utopia, uma vez que mesmo ao tentar minimizar seu papel ao de “extrator de informações”, o entrevistador precisa interagir e produzir ao menos marcadores discursivos como *aham* e *uhum* para sinalizar que está ouvindo e interessado. Nenhuma entrevista é possível sem que haja um processo inexorável de coconstrução de conhecimento e informações situadas. O psicólogo propõe, então, que entendamos a entrevista não como mera técnica, mas como um evento de fala situado. Desde então já se pensa, no âmbito da pesquisa qualitativa, em entrevistas pós-modernas, nas quais a neutralidade já não é mais almejada, os papéis de entrevistado e entrevistador não são tão rígidos e os participantes não são vistos como passivos, mas como sujeitos que colaboram ativamente na realização da entrevista ao coconstruírem conhecimento. Entende-se também que as entrevistas atuam como propiciadoras de construções identitárias e, durante elas, segundo Baker (2001 apud Rollemberg, 2013, p. 43) “os participantes estabelecem e restabelecem processos discursivos de pertencimento a diversas categorias identitárias”, sejam elas institucionais, profissionais ou familiares.

No que diz respeito ao tipo de pesquisa, foi empregada por nós a entrevista semiestruturada (Fontana & Frey, 2005; Dörnyie, 2007). Nesse tipo de entrevista há uma lista prévia de perguntas e temas a serem abordados, mas no decorrer do processo,

muitas perguntas podem ser omitidas, modificadas, outras podem ser adicionadas, de acordo com as necessidades e a própria forma como a interação é desenvolvida pelos participantes. Na seção *anexos* há, por exemplo, o guia inicial utilizado por mim para realizar as perguntas, mas muitas outras foram sendo inseridas conforme novas informações vieram à tona, outras foram propostas pelos demais membros do grupo que estavam durante a entrevista, e algumas haviam sido especificamente propostas a alguns policiais, em virtude de já sabermos o tipo de trabalho que cada um deles vinha realizando.

### 3.5

#### O tratamento dos dados

Após a gravação das entrevistas, os dados foram transcritos e nomes e referências que pudessem identificar os participantes, seus locais de trabalho ou colegas de profissão foram alterados. A transcrição foi feita com base nos símbolos utilizados por Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003)<sup>42</sup>. Ressalto, em consonância com Gago (2002), e Garcez, Bulla e Loder (2014), que entendo o processo de transcrição como atividade analítica, assim como a seleção dos trechos que utilizarei na seção de análise. Por essa razão, a frase de Oswald de Andrade (2007, p.48), “a gente escreve o que ouve – nunca o que houve”, se encaixa perfeitamente com o entendimento que possuo do processo de transcrição, nada mais que uma representação (dentre tantas possíveis) da realidade, diferente do aqui-e-agora interacional entre os participantes da interação e passível de problemas de representação geral.

Além de ser uma representação de uma dada interação, a transcrição nunca deve ser tomada como um “produto final, acabado, perfeito” (Gago, 2002, p.91), visto que podemos, a cada audição, por exemplo, notarmos mais características na conversa que haviam passado despercebidas anteriormente.

---

<sup>42</sup> Cf. anexo

### 3.6 Procedimentos analíticos

Tendo em vista o alcance do objetivo geral (contribuir para um entendimento do que seja um policiamento de proximidade, a partir da voz de policiais que atuam ou já atuaram no programa das Unidades de Polícia Pacificadora) e dos objetivos intermediários (identificar os discursos atrelados à categoria de polícia, e identificar como os policiais que se alinham ao modelo de policiamento de proximidade se sentem vistos por seus pares), buscou-se, em um primeiro momento, identificar os temas recorrentes nas falas dos policiais entrevistados. Em uma segunda etapa, localizamos as categorias de pertença policial que embasaram a fala dos entrevistados e entrevistadores, identificamos os atributos e os discursos ligados às categorias invocadas e analisamos de que formas estão ligados às categorias de polícia e quais são seus efeitos no discurso que produzem. Tendo feito isso, buscamos entender o papel dos *accounts* como estratégia argumentativa na sustentação de posições às quais os policiais entrevistados se alinhavam. Por último, identificamos que elementos linguístico-discursivos corroboraram a construção da ordem moral subjacente à produção das categorias de pertença e dos *accounts*. Embora as etapas tenham sido descritas em termos analíticos, os capítulos de análise foram construídos em torno de unidades temáticas recorrentes nos dados, a saber: o modelo de atuação policial vinculado ao combate e sua relação com o modelo de proximidade, e as formas como os policiais entrevistados projetam identidades estigmatizadas.

## 4

**“Conquistar mentes e corações” – a lógica de guerra e o modelo de polícia de proximidade**

Neste capítulo, analiso a ineficácia da lógica de guerra no fazer de policiais que atuam em UPPs e, ainda que possa parecer contraditório, sua presença nos discursos de construção de proximidade. O tema da lógica de guerra não havia sido contemplado nas perguntas de pesquisa feitas aos participantes, mas foi possível perceber, em um momento posterior, que todos, de alguma forma, invocavam a categoria *guerra* para falar sobre mudanças nas suas práticas policiais ou para ligá-la a um tipo de modelo policial ao qual não se alinham.

Historicamente, a polícia sempre construiu suas práticas a partir de uma lógica de guerra, com inimigos a serem combatidos e vencidos, fossem eles abstratos, como a falta de ordem, a vadiagem, o comunismo, as drogas, ou materializados em categorias reificadas, como o vagabundo, o rebelde, o traficante, bandido, etc. Apesar de tantos séculos de luta e de tantos “inimigos” combatidos, não vemos uma melhora significativa na percepção de segurança dos moradores do Rio de Janeiro e as batalhas parecem ser intermináveis.

A constatação da ineficácia de uma lógica de guerra não é atual. Holloway (1997) relata que em 1821, D. Pedro I estabeleceu uma política de liberação dos escravos presos por capoeira<sup>43</sup>, porte de armas ou desordem caso não houvesse acusações formais contra eles. Até então, os escravos pegos em alguma dessas situações costumavam receber, como punição, 300 açoites e eram devolvidos aos seus donos. A medida gerou revolta entre a Guarda Real, que acreditava que o açoite era uma punição eficaz no processo de intimidação e terror daqueles que porventura tentassem cometer atos ilícitos. João Inácio da Cunha, intendente de polícia da época, então responde às reclamações da Guarda. Segundo Holloway (1997, p.56), o intendente “fez uma referência irônica à futilidade do castigo físico como meio de

---

<sup>43</sup> Segundo Holloway (1997, p.25) “a capoeira enquadrava-se na categoria das ‘ofensas à ordem pública’, que em si mesmas não atentavam contra o indivíduo nem contra a propriedade, mas que aqueles que ditaram as regras e criaram a polícia julgavam inaceitáveis”.

dissuasão, afirmando que, se o chicote fosse a solução para o problema, não haveria mais um capoeira sequer no Rio de Janeiro. Como se pode ver, desde aquela época já havia o reconhecimento de que a repressão, por si só, não era garantia de resolução daquilo que os policiais entendiam como questões de segurança. De lá para cá, muito pouco daquela lógica foi alterada. Os inimigos e os instrumentos de combate foram modificados, mas há ainda na cultura organizacional da polícia um forte senso do ser policial atrelado à visão combativa de um inimigo maior que deve ser vencido mediante o uso da força.

Por mais que os discursos caminhem contra ações mais atreladas ao militarismo e a favor de uma polícia que tenha como foco o atendimento ao cidadão, na história, a prática se constrói de outra forma. Isso fica evidente quando o então cônsul dos Estados Unidos, Dennis Hearne, em material disponibilizado pela *Wikileaks*<sup>44</sup>, compara o processo de pacificação nas comunidades com “características da doutrina e estratégia americana de contrainsurgência no Afeganistão e no Iraque”. O então secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, responsável pela implantação das UPPs desde o seu começo, em 2008, até 2016, revela ao cônsul: “Nós estamos em guerra”.

Percebe-se, então, que a lógica de guerra não é deixada de lado, apesar de ser um modelo que “vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública”<sup>45</sup>, e que declara oficialmente que “os policiais da UPP não são policiais de confronto e ‘guerra’, e sim de mediação de conflitos e de relação com as comunidades”<sup>46</sup>. Ações de proximidade e combate convivem em um mesmo espaço, realizadas, muitas vezes, pelo mesmo policial, que precisa construir confiança com os moradores e também cercar suas liberdades (Pinc, 2011). Segundo Teixeira (2015, p.78 apud Menezes, 2015, p.156):

Os policiais que têm essa dupla atuação têm que lidar, por um lado, com “o tradicional repertório da guerra, que prioriza o conflito violento com as quadrilhas de narcotraficantes”; e, por outro, com “o repertório do social, que prioriza a ação preventiva, através do

---

<sup>44</sup> FARAH, T.; AZEVEDO, C. **WikiLeaks: EUA comparam táticas de contrainsurgência usadas no Afeganistão a UPPs**. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/mundo/wikileaks-eua-comparam-taticas-de-contrainsurgencia-usadas-no-afeganistao-upps-2914297>> Acesso em 27 janeiro 2017

<sup>45</sup> O que é a UPP? Disponível em: < [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp) > Acesso em 27 janeiro 2017

<sup>46</sup> FAQ. Disponível em: < <http://www.upprj.com/index.php/faq>> Acesso em 27 janeiro 2017

desenvolvimento de atividades que visam, dentre outros objetivos, à diminuição do envolvimento das pessoas com a criminalidade”.

Assim como as práticas, os discursos de proximidade e guerra coexistem e muitas vezes se misturam, como veremos adiante. A frase que dá título ao capítulo foi dita por um dos policiais entrevistados, quando falava sobre um dos majores que primeiro pensou o grupamento de polícia de proximidade. Ao ser ressignificada no contexto de polícia de proximidade, o lema do major nos mostra que se opera uma extensão da lógica de guerra mesmo em contextos de proximidade. Diferentemente das outras guerras, essa não se ganha com armas ou força, mas com diálogo e ações que paulatinamente tentam instaurar nas comunidades uma nova percepção do fazer policial que não seja embasada em incompreensões, humilhações e traumas.

#### 4.1

#### A ineficácia da lógica de guerra

No excerto abaixo, dividido em duas partes, destacamos um trecho de uma narrativa na qual Almir nos conta suas primeiras experiências em comunidades em processo de pacificação. Ele nos relata que atuou primeiramente na comunidade A, no começo do processo de pacificação, e que tudo era muito calmo. Desejoso em “ser policial”, Almir pede para ser transferido à comunidade B, famosa por seu tamanho e numerosos conflitos.

#### Excerto 2a

- 1 Almir amigo eu fiquei lá um ano (0.3) com seis meses lá  
 2 (0.7) eu falei (0.5) “gente (1.4) isso aqui não  
 3 existe (1.3) isso é guerra sem fim” é
- 4 Rony uhum
- 5 Almir (1.9) é difícil até de explicar o que você encontra  
 6 ali né porque você vê pessoas que a-a-algumas você  
 7 vê que o cara tem inteligência pô elevada ali o  
 8 cara tem um grau intelectual muito bom (0.6) só que  
 9 por o cara não ter perspectiva de sair dali (0.7)  
 10 ele acaba se iludindo com a realidade porque senão  
 11 ele não consegue viver >o cara vai baixar  
 12 psiquiatria irmão< se você não acreditar que existe



consequências morais, formulada por Almir como “efeitos psicológicos” (l.14). Dentro de um contexto de guerra, o policial está autorizado, ao menos moralmente, a matar seus inimigos, a fim de conquistar seus objetivos e as eventuais baixas são em prol de um bem maior. A criação do par relacional padronizado *bem* e *mal* (l.16) também corrobora o *account* de Almir quanto à necessidade de se entender as operações policiais naquele local como guerra, bem como avalia as ações policiais dentro daquele contexto. Como explicita em seu *account*, a relação entre bem e mal é antagônica. Se o bem deve extirpar o mal (e aqui entendemos que, para Almir, os policiais personalizariam o bem), então as ações que poderiam ser moralmente julgadas e criticadas, acabam por ser justificáveis naquele contexto específico.

Passemos à segunda parte do excerto 2:

### Excerto 2b

- 23 Almir a guerra ↑“é a guerra é a guerra é a guerra” (0.5)  
 24 só que chegou um momento que eu falei assim-cara 6  
 25 meses (0.4) quase todo dia trocando tiro quase todo  
 26 serviço trocava tiro
- 27 Rony isso depois já da-do processo=
- 28 Almir = >dois anos de polícia (quase, formado já)< aí eu  
 29 pedi pra ir pra comunidade B pra-quase todo dia  
 30 trocando tiro (0.7) eu falei “gente isso não pode  
 31 ser normal”
- 32 Aline tá a mesma [coisa
- 33 Almir [você troca tiro troca tiro troca tiro  
 34 prende prende prende mata mata mata e tá a mesma  
 35 ↑coisa (1.0) ↑só piora as pessoas te olham cada vez  
 36 mais com a cara virada (0.6) e isso vai mudar  
 37 quando? (1.1)

Nesse segundo momento do excerto 2, Almir formula as atividades realizadas na comunidade B, i.e., trocar tiro (l.25, 26, 30, 33), prender (l.34) e matar (l.34). Ações autorizadas dentro do contexto de guerra. Ao repetir tais ações por diversas vezes, o policial as intensifica, as avalia, e constrói uma imagem muito mais vívida e envolvente de sua história (Tannen, 2007). O policial poderia ter dito, por exemplo, que trocava

muitos tiros, prendia e matava muitas pessoas. Contudo, a forma como narra as atividades acaba por criar em nós, ouvintes de sua história, a sensação de que as ações naquele contexto constituem uma rotina, parte de um ciclo tedioso e interminável. Sua fala posterior à descrição das atividades corrobora esse entendimento. Almir produz avaliações negativas sobre as atividades que havia relatado (“tá a mesma ↑coisa”, l.34-35; “↑só piora as pessoas te olham cada vez mais com a cara virada”, l.35-36), ressaltando a ineficácia da lógica de guerra (“isso vai mudar quando?”, l.36-37).

Apesar de nos relatar as ações em contexto de guerra na comunidade, mais uma vez percebemos o uso de estratégias de impessoalização do discurso. As únicas ocorrências da dêixis de primeira pessoa do singular nos excertos ocorrem junto aos verbos dicendi *falar* e *pedir*. Almir mitiga sua agência em contextos em que uma identidade moral negativa poderia ser projetada aos participantes da interação. O policial oculta o sujeito da oração (“quase todo dia trocando tiro”, l.25; “quase todo serviço trocava tiro”, l.26) e utiliza, assim como no excerto anterior, a dêixis de pessoa *você* de forma impessoal (“você troca tiro troca tiro troca tiro prende prende prende mata mata mata”, l.33-34).

O próximo excerto, também dividido em duas partes, foi produzido pelo Major Vagner, quando falávamos sobre a necessidade de ouvirmos, em meios midiáticos, as vozes dos policiais sob uma perspectiva diferente dos contextos já esperados, como a lógica de guerra, casos de desacato à autoridade, extorsões policiais, etc. Uma narrativa é então gerada espontaneamente, na qual Vagner nos conta sobre sua mudança de postura em relação à sua prática policial.

### Excerto 3a

1 Vagner quando eu aceitei ser-comandar a UPP (1.2) a  
 2 minha frase ela-ela foi muito simbólica pra mim  
 3 né porque eu falei assim “é:”-nós temos uma  
 4 expressão na polícia que é baixar o mato (1.2)  
 5 baixar o mato é entrar num lugar muito  
 6 conflagrado e (0.9) ((bate as costas de uma de  
 7 suas mãos na palma da outra)) cair pra dentro  
 8 (0.7) e de todas as formas que vocês imaginarem  
 9 combate o tempo inteiro (0.8) com todos os

10 resultados que o <combate traz né> homicídio em  
 11 decorrência de intervenção policial morte de  
 12 °policiais°↓ apreensão de drogas armas e e °pá pá  
 13 pá° ↑quando eu chegue-quando eu fui convidado  
 14 pra::-pra:: UPP foi bem ao acaso mas eu tinha ido  
 15 pro # batalhão (0.7) recentemente pra continuar  
 16 comandando as equipes de confronto que são os  
 17 GATs e PATAMOS (0.7) que era o que as pessoas me  
 18 davam nota dez na polícia pra eu fazer né “esse  
 19 garoto é bom fazendo esse negócio e tal” é: (0.7)  
 20 “não tem muita noção do perigo vamos deixá-lo lá  
 21 fazer isso” e aí eu falei assim “gente eu preciso  
 22 parar de baixar o mato e usar esse terreno pra  
 23 alguma coisa útil eu vou pra UPP” (1.7)

Vagner inicia sua narrativa destacando a importância de uma frase que teria dito ao aceitar comandar uma UPP, representada na narrativa como um momento de virada em sua prática policial. Contudo, a frase iniciada na linha 3 só é finalizada no final do excerto, nas linhas 21-23. A narrativa é, portanto, suspensa para que Vagner, consciente de nosso pouco conhecimento da cultura policial, pudesse nos explicar o sentido do termo nativo “baixar o mato”. Ao fazer isso, o policial habilmente antecede um possível pedido de esclarecimento sobre o termo, mantendo o piso conversacional para si e, conseqüentemente, o fluxo narrativo.

Ao nos explicar o sentido atribuído pelos policiais à expressão, Vagner demonstra certo desconforto, marcado em seu discurso por recursos linguísticos e paralinguísticos. Pode-se perceber, das linhas 4 a 9, uma maior presença de pausas entre as sentenças, marcando prosodicamente os pedaços de informação que o major vai nos informando sobre a expressão. Primeiramente, após uma pausa de 1.2 segundos (1.4), Vagner explica que “baixar o mato é entrar num lugar muito conflagrado” (1.5-6). Tal descrição da atividade apaga completamente a natureza combativa e violenta ao qual está circunscrita. Segue-se à primeira descrição, mais silêncio (1.6), acompanhada de um gesto manual que incorpora a noção de embate ligada à expressão e uma nova descrição (“cair pra dentro”, 1.7). O gesto que realiza e a nova descrição que nos oferece mitigam o impacto que uma possível verbalização dos atos que compreendem “cair para dentro” trariam. Segue-se, a esse momento, uma nova pausa (1.8) acompanhada de explicação do que seria “cair para dentro”. Contudo,

Vagner invoca o senso comum e reserva aos demais participantes da interação o trabalho de acionarem as atividades que estariam atreladas a “cair pra dentro” e, por conseguinte, “baixar o mato” (“de todas as formas que vocês imaginarem”, l.8). É somente após todos esses movimentos discursivos que o policial finalmente produz uma formulação que evidencia a natureza violenta da expressão (l.9-12), com ações e consequências similares ao contexto de guerra mencionado por Almir.

A noção de ações cíclicas intermináveis também está presente na fala de Vagner e é evidenciada pela própria natureza da metáfora utilizada pelos policiais, ao tratarem os “inimigos” como mato que precisa ser controlado, “cortado”, mas cientes de que não conseguem erradicá-lo. Baixar o mato pressupõe trabalho contínuo de tempos em tempos, sabendo que sempre haverá terreno a ser trabalhado e mato a ser controlado.

Outro aspecto que deve ser observado no excerto 3a é sua orientação moral. Segundo Drew (1998, p.295):

Na medida em que descrições são inexoravelmente incompletas e seletivas, elas são concebidas para propósitos interacionais específicos e locais. Portanto, pode-se entender que estão sempre realizando trabalho moral – ao fornecer uma base para que possamos avaliar o “certo” ou “errado” do que estivermos reportando.<sup>48</sup>

Logo, os silêncios e a forma como Vagner nos explica o sentido de “baixar o mato” também realizam um trabalho moral.

A orientação moral também pode ser evidenciada a partir de outras estratégias discursivas. Na linha 3, ao suspender a narrativa, uma série de sentenças construídas com o pronome *eu* são interrompidas, invocando uma noção de coletividade, a partir do pronome *nós*, no uso da expressão “baixar o mato”. Contudo, um olhar mais atento nos mostra que o uso de *nós* é também impessoalizado no contexto, indexando não Vagner e outros policiais, mas a instituição policial como um todo. Se modificássemos a sentença, por exemplo, e disséssemos que “há uma expressão na polícia” em vez de “nós temos uma expressão na polícia”, o sentido pouco mudaria.

---

<sup>48</sup> Do original: “Insofar as descriptions are unavoidably incomplete and selective, they are designed for specific and local interactional purposes. Hence they may, always and irretrievably, be understood as doing moral work – as providing a basis for evaluating the ‘rightness’ or ‘wrongness’ of whatever is being reported.”

Outra estratégia empreendida é o uso de diálogo construído (Tannen, 2007). Vagner projeta uma identidade de policial eficiente em ações de confronto, mas o faz atribuindo às “pessoas” as avaliações positivas que recebe por sua atuação em um contexto inerentemente violento (1.17-21). Por último, o diálogo construído é utilizado por ambos, Vagner e Almir, a fim de evidenciar a ineficácia da lógica de guerra na prática policial.

Passemos à segunda parte do excerto 3:

### Excerto 3b

24 Rony interessante

25 Vagner porque você corta o mato mas no outro dia ((bate  
26 levemente na mesa)) ele cresce você tem que  
27 trabalhar aquele terreno ((bate levemente na  
28 mesa)) ali aquele terreno é que precisa ser  
29 trabalhado (1.2) e assim eu tenho muito orgulho  
30 de dizer que todos os lugares onde eu passei eu  
31 cuidei das pessoas sabe (1.4) meu discurso na UPP  
32 sempre era o seguinte “eu estou aqui pela maioria  
33 boa ((bate levemente na mesa)) e não pela minoria  
34 ruim ((bate levemente na mesa)” (0.8) a  
35 comunidade é feita de uma maioria boa gente boa  
36 trabalhadora oprimida psicologicamente oprimida

Se nas últimas linhas do excerto 3a, Vagner operacionaliza um entendimento de que a UPP é o contexto apropriado para “parar de baixar o mato e usar esse terreno pra alguma coisa útil” (1.22-23), no começo desse novo excerto produz um *account* (1.25-26) que, utilizando a metáfora empregada, nos explica a necessidade de uma mudança de postura em sua prática policial. Se a natureza da metáfora não nos era clara até então, Vagner, com seu *account*, explicita a noção de prática infindável inerente à expressão.

Outra questão que deve ser levada em conta nesse excerto é a construção das noções de terreno e comunidade. Ao analisar o uso desses dois vocábulos, utilizo como base o trabalho de Muniz e Mello (2015, p.49), que perceberam, nos discursos de policiais ligados ao projeto das UPPs, os contextos de uso dos vocábulos mencionados. Segundo as autoras:

A noção de *território* aparece com mais ênfase quando se situa a necessidade de garantir a soberania estatal e a sua instrumentalidade policial, expressas sob a forma de uma operação especial ou militar para a retomada de áreas com governos autônomos ilegítimos. [...] Já a noção de comunidade é acionada quando se exalta a soberania popular e suas singularidades, expressas sob a forma de ações sociais em complemento a atuação ordinária e tutelar da polícia como um instrumento de empoderamento dos moradores e de aceitação de algum nível de autogoverno legítimo.

Pode-se perceber que as noções de território (invocada nos dados pelo vocábulo *terreno*) e comunidade também estão presentes na fala de Vagner. Vagner nos diz que o terreno precisa ser trabalhado (l.27) e a própria metáfora utilizada pelo policial já possui em si a conotação de lugar abandonado, mas que precisa ser retomado e limpo, mediante o uso da força policial. Há, contudo, um processo de amálgama das noções circunscritas ao terreno e a comunidade. Se o terreno representa a lógica de guerra vigente há tantos anos na instituição, a comunidade aciona um novo modelo de polícia, centrada no serviço ao cidadão. Como Pinc (2011) salienta, o modelo de policiamento nas UPPs é, em muitos casos, dual, uma vez que o policial precisa combater o crime e também criar laços de proximidade com os cidadãos. Nesse contexto de natureza aparentemente paradoxal, terreno e comunidade também passam a se entrelaçar. Diante do contexto da fala de Vagner, um terreno a ser trabalhado passa por práticas que tenham como foco o cidadão (“eu cuidei das pessoas”, l.31) em detrimento da lógica de guerra e combate.

Na seção seguinte analiso como as atividades de serviço ao cidadão, ligadas ao modelo de polícia de proximidade, e as ações de combate à guerra, historicamente atreladas à própria noção de fazer/ser policial, passam a conviver não somente na prática, mas também no discurso dos policiais entrevistados.

## 4.2

### **Guerra e proximidade – relações antagônicas ou complementares?**

No primeiro excerto dessa seção, mais uma vez as noções de território (terreno) e comunidade são invocadas. Antes do trecho destacado, Almir falava sobre a importância de se ter o apoio da população na construção da legitimidade de suas

ações dentro da comunidade (no excerto 15, seção 5.3, Almir exemplifica algumas das formas pelas quais os policiais construir confiança com a população).

#### Excerto 4

1 Almir não existe a possibilidade de você entrar num  
 2 terreno totalmente (0.2) conflagrado igual numa  
 3 comunidade e você não (0.5) investir forte em guerra  
 4 psicológica(0.9) se você não fizer isso cara não tem  
 5 condições de ganhar a batalha não dá (0.6) não dá e  
 6 a gente esqueceu de fazer isso há oito anos

Se no excerto 3b as noções de terreno e comunidade começavam a se entrelaçar, no discurso de Almir elas se tornam equivalentes (“terreno totalmente (0.2) conflagrado igual numa comunidade”, 1.2-3). Nesse contexto, não “se exalta a soberania popular e suas singularidades” quando se fala em comunidade, mas “a necessidade de garantir a soberania estatal” (Muniz & Mello, 2015, p.49), sob a forma de práticas que contribuam para a criação de laços de proximidade entre policiais e moradores. Almir aciona a subcategoria *guerra psicológica* para realizar um *account* que argumenta a importância do apoio popular na ação policial em contexto de UPP. “ganhar a batalha” (1.5), nesse contexto, é então ressignificado a ações que busquem modificar a percepção dos moradores quanto aos policiais e assim “conquistar mentes e corações”.

O próximo excerto, *account* produzido por Gilmar no qual reporta sua motivação para entrar na polícia, nos mostra como a lógica de guerra e de serviço ao cidadão convivem nos discursos de policiais.

#### Excerto 5

1 Rony com relação agora-voltando um pouco mais sobre a  
 2 sua formação. o que que fez você entrar pra  
 3 polícia ↓assim qual foi o momento que você pensou  
 4 “vou fazer a prova pro concurso da polícia e acho  
 5 que vai ser interessante”  
 6 Gilmar: eu pensei que eu poderia (1.0)hhh eu pensei que eu  
 7 poderia servir as pessoas (1.2) é: fazer parte de  
 8 uma guerra

Primeiramente, prefacio o tema da pergunta com uma referência a um tópico já explorado na entrevista (“voltando um pouco mais sobre a sua formação”, l.1-2). A pergunta é então formulada (“o que que fez você entrar pra polícia”, l.2-3) e seguida de uma reformulação na qual animo a voz de Gilmar (“vou fazer a prova pro concurso da polícia e acho que vai ser interessante”, l.4-5), a fim de aproximar a pergunta de uma possível realidade do entrevistado. Gilmar parece selecionar a primeira formulação da pergunta para orientar sua resposta e produzir um *account* (l.6-8) que ratifica a presença concomitante de dois modelos de polícia, um voltado ao serviço ao cidadão e o outro com foco no combate ao crime.

Misturam-se em seu *account* dois planos distintos, porém coexistentes. O primeiro possui relação com o lema da PMERJ, “Servir e Proteger” e diz respeito ao plano teórico, das ações que deveriam estar no cerne da prática policial e que se pretendem ser mais presentes dentro do modelo de proximidade. Já o segundo plano está ligado ao senso comum do fazer policial, construído com base no histórico de ações sob as quais as práticas policiais se estabeleceram.

O próximo excerto, produzido por Almir, nos evidencia a visão que o cabo tem de um modelo de polícia que acredita não ser o seu, assim como seu entendimento quanto à coexistência desses modelos.

### Excerto 6

- 1 Rony e qual é essa ideia do-do ser policial que não é a  
 2 sua que você justamente quer fugi-gera esses embates
- 3 Almir ↑guerra
- 4 Clara guerra
- 5 Almir guerra só funciona as coisas através de imposição de  
 6 medo e de guerra não pode ser assim não cara não  
 7 existe guerra que se ganhe através de-de-de medo de  
 8 imposição de medo não existe (0.5) se você não tiver  
 9 respeito e confiança pra ter apoio popular (0.6)  
 10 você não consegue ganhar guerra nenhuma então se se  
 11 você for na lógica da guerra (0.4) de implantar  
 12 (0.5) tiro porrada e bomba (0.5) não adianta cara

13           (0.3) vai secar gelo (0.4) vai lá vai entrar e vai  
 14           prender 100 (0.4) e não vai adiantar nada

15 Rony       (0.5) perfeito

16 Almir     entendeu (0.3) não estou falando que não tem que  
 17           existir (0.5) o combate o confronto tem que existir  
 18           (0.3) mas não ser o prioritário não ser o primordial  
 19           (0.4) entendeu? existem outras coisas a serem feitas  
 20           antes disso entendeu?

Antes do trecho destacado, Almir falava sobre sua visão de polícia, voltada a aspectos preventivos, em que o sucesso de atuação não se baseia em quantas apreensões, prisões ou trocas de tiro são realizadas, mas nas inúmeras vezes em que seu trabalho evitou que quaisquer dessas situações ocorresse. Em minha pergunta, peço então para que ele esclareça o que entende por esse outro modelo policial ao qual não se alinha (l.1-2). Sua resposta, rápida e concisa (“guerra”, l.3), faz uso da regra de economia, ao produzir uma descrição inteligível com apenas uma categoria. A categoria *guerra*, como já dito, traz em si um conjunto de características e ações socioculturalmente construídas que são acionadas por todos os participantes da interação que compartilham uma mesma cultura.

Nas linhas 5 e 6, Almir expande o que entende pelo modelo policial ao qual não se filia, invocando as noções de “imposição de medo e de guerra”, (l.5-6), estas contrastadas com as noções de “respeito e confiança” (l.9), consonantes ao modelo de polícia ao qual se alinha. A partir da linha 6, produz um *account* no qual nos explica o porquê de entender a lógica de guerra como ineficiente. Almir constrói o modelo policial de guerra, baseado em “tiro porrada e bomba” (l.12), como ineficaz à própria guerra (“não existe guerra que se ganhe através de-de-de medo de imposição de medo não existe”, l.6-8) e, como em excertos anteriores, um trabalho sem fim (“não adianta cara (0.3) vai secar gelo (0.4) vai lá vai entrar e vai prender 100 (0.4) e não vai adiantar nada”, l.12-14). Portanto, para o policial, mesmo em contexto de UPP, ainda há “inimigos” a serem combatidos e uma guerra que precisa ser vencida, mas cujo êxito necessariamente pressupõe uma mudança no modelo de atuação policial, baseada na construção de “respeito e confiança pra ter apoio popular” (l.9).

Após minha demonstração de que estava satisfeito com sua resposta (l.15), Almir busca uma confirmação de que eu havia entendido sua explicação (l.16) e rapidamente produz um novo *account* a fim de evitar um possível mal-entendido (“não estou falando que não tem que existir”, l.16-17) e ratificar sua visão de que os dois modelos de polícia devem coexistir, ainda que relegue “o combate o confronto”(l.17) a uma posição secundária, assinalada em seu discurso pela marcação prosódica em “tem que existir (0.3) mas não ser o prioritário” (l.17-18) e “existem outras coisas a serem feitas antes”(l.19-20). Assim, o policial demonstra que a prioridade, mesmo em contextos de UPP, ainda é o confronto armado a fim de que o processo de pacificação seja concretizado. Contudo, advoga a favor de uma mudança na lógica da construção desse processo, entendendo que é preciso, antes de se pensar em combate, trabalhar as relações de confiança entre policiais e moradores a fim de gerar legitimidade em suas ações nas comunidades.

O próximo excerto nos apresenta uma visão diferente da necessidade de uma lógica de guerra no contexto da polícia.

### Excerto 7

1 Vagner se você for fazer uma entrevista no curso de  
 2 formação (0.5) e você perguntar pra um soldado  
 3 porque ele está ali ele vai dizer “ah porque eu  
 4 era o melhor atirador combatente do exército”  
 5 (0.4) ↑ tá e você vai pegar um fuzil e vai ser um  
 6 atirador combatente da sociedade? claro que não  
 7 (0.5) mas essas coisas infelizmente ainda estão  
 8 (0.7) meio que mal encaixadas dentro do nosso  
 9 contexto profissional (0.9) pouco se fala sobre  
 10 isso até a constituição de 88 então (0.5) eu  
 11 acho que assim (0.9) só a mudança de gerações  
 12 vai permitir a gente entender realmente qual é o  
 13 papel de uma polícia no estado ↓ democrático  
 14 (0.5) isso não tá bem definido até agora nem no  
 15 contexto da segurança nem no contexto político  
 16 ↓ nem (2.0) °é difícil°

Vagner explicita em sua fala uma relação que não havia nos excertos anteriores, isto é, a forte influência das Forças Armadas na cultura organizacional policial e em suas práticas. O major realiza uma crítica à lógica de guerra aplicada a um contexto

urbano através da invocação de atividade (“pegar um fuzil”, l.5) e competência (“ser um atirador combatente”, l.5-6) que estão ligadas ao dispositivo de categoria de pertença *exército*, mas que não deveriam estar atreladas ao DCP *polícia*. Segundo Muniz (2001, p.179):

as nossas Polícias Militares [...] nem sempre funcionaram como organizações policiais propriamente ditas. Mesmo levando em consideração os distintos percursos históricos das PMs de cada estado brasileiro, pode-se afirmar que, até os dias atuais, foram poucos os períodos em que, de fato, elas puderam atuar como polícias urbanas e ostensivas. Tomando de empréstimo a fala crítica dos segmentos policiais identificados como "progressistas", pode-se dizer que "as PMs foram muito mais uma corporação militar do que uma organização policial", sendo, ao longo de suas histórias particulares, mais empregadas para os fins de segurança interna e de defesa nacional, do que para as funções de segurança pública.

Ao levarmos em conta a conjuntura histórica da instituição policial, é possível entender como a lógica de guerra é praticamente onipresente nos discursos policiais e é invocada até mesmo quando se fala no processo de construção de um modelo de proximidade. A influência da cultura militar é tão forte e age em tantos níveis na polícia que não só Vagner (l.11-13), mas todos os entrevistados, em algum momento, relatam que a mudança geracional (acompanhada de paulatina mudança na cultura da instituição) é a única forma de desvencilhar as práticas do exército do fazer policial. Entendem, portanto, como um processo que deve ocorrer a partir da mudança dos próprios policiais que, em tese, refletiriam em suas práticas uma própria mudança de concepção do fazer policial presente na sociedade. Não há menções, por exemplo, ao papel do Estado no processo de vinculação da polícia à estrutura e cultura militar, tampouco das políticas de segurança pública que acabam por promover o modelo de guerra vigente.

Se no excerto anterior Vagner critica a ligação entre a prática policial e a prática militar, entendendo-as como completamente distintas dentro de seus contextos de atuação, no próximo, o major enfatiza a importância de se entender a função do policial militar não como combatente do crime, mas como servidor público.

### Excerto 8

- 1 Vagner eu percebo que eu escuto meu discurso às vezes  
 2 em outra pessoa eu fui dar uma palestra no Viva  
 3 Rio essa semana e o Coronel Ubiratan estava  
 4 falando a minha fala e ele falou assim (0.3) “o  
 5 dono da fala tá lá atrás” e tal
- 6 Clara ah legal
- 7 Vagner e ((risos))que eu falo assim-é uma brincadeira  
 8 que eu faço (0.4) policial reclama que ele quer  
 9 ser operacional e a gente chama aqui qualquer  
 10 ocorrência de atendimento ao cidadão de  
 11 ↑feijoada (1.1) aí eu falo assim “quem não  
 12 gosta de feijoada não tem que tá na PM (0.7)  
 13 porque a PM é uma grande feijoada aqui é o lugar  
 14 de atender à feijoada” (0.4)é de atender ao  
 15 ↑cidadão (0.6) um reclamante um solicitante um  
 16 comunicante (0.7) independente do papel que o  
 17 indivíduo tenha quando ele procura o policial  
 18 (0.6) só há uma coisa a fazer (0.4) bem atendê-  
 19 lo (0.3) ↑ponto final (0.9) e a gente tem que  
 20 aprender isso (0.5) porque meu papel não é  
 21 contra o crime (0.2) é em prol do cidadão (1.2)

O excerto acima inicia-se após termos perguntado a Vagner se ele se via como um guia ou mentor de outros policiais. O major então ressalta que não se entendia de tal forma, mas que conseguia ver seus discursos ecoando por outros policiais e que isso acabava por demonstrar a ele sua importância na prática e ideais de outros membros da corporação. Produz, então, um pequeno relato que exemplifica o que havia falado (1.2-5) e no turno seguinte (1.7-21) explicita seu entendimento sobre a natureza do trabalho policial.

Vagner posiciona-se contrário à visão de senso comum – e dos próprios policiais (“policial reclama que ele quer ser operacional”, 1.8-9) – de que a PM serve ao combate à guerra e postula como atividade principal, a “feijoada”, isto é, o serviço ao cidadão. Segundo Rodrigues & Siqueira (2012, p.40), os policiais

atuantes em UPPs denominam “feijoadá” todas as atividades de menor potencial ofensivo, como mediação de conflitos, socorro e auxílio a pessoas com dificuldades de locomoção, problemas de saúde, etc. Os autores também destacam, com base na pesquisa que realizaram, que:

No imaginário dessa profissão, infelizmente, o atendimento a esse tipo de demanda não é visto como pertinente àquilo que define, por excelência, o trabalho policial. Lidar com a “feijoadá” é algo que parece representar uma tarefa menor no imaginário policial predominante na PMERJ. Pelo que pudemos perceber nas entrevistas com policiais que realizamos na pesquisa, estar, na maior parte do tempo, dedicado a essas ocorrências é uma fonte de constrangimentos; como se isso significasse ser menos policial ou executar um trabalho de menor prestígio dentro da corporação.

É possível perceber, então, que Vagner ressignifica o valor do termo “feijoadá” e passa a utilizá-lo não de forma pejorativa, mas simbolizando a essência do fazer policial em um estado democrático. Seu entendimento do papel do policial “em prol do cidadão” (l.21) vai além das práticas de proximidade e dos programas de UPP e compreende todos aqueles que vestem a farda, sem distinção. Vagner demonstra tal entendimento a partir da invocação do DCP *polícia militar* (l.12-13), que agrega todos os policiais, sem distinção de subcategorias, e também ao invocar a locução pronominal *a gente* (l.19), na qual constrói a mudança de perspectiva do combate à guerra para o serviço ao cidadão como uma necessidade coletiva.

Por último, é interessante notar que seu posicionamento a favor de uma polícia focada no atendimento ao público é também marcado pela intertextualidade (no sentido bakhtiniano) com o discurso de um outro oficial da PMERJ, o coronel Cerqueira, importante pensador das práticas de polícia comunitária no Brasil. Cerqueira ([1991] 2010, p.195) já dizia: “Uma nova polícia? O que seria essa nova polícia, senão uma organização que se entendesse como órgão prestador de serviços que tivesse compromisso com o bem-estar da comunidade, garantidora dos direitos individuais”. Como podemos ver, o desejo de uma “nova polícia” não é recente, mas a necessidade de se advogar a favor desse modelo continua atual.

## 5

**“o trabalho que eu faço é trabalho de polícia entendeu?”  
– Estigma e limites de atuação**

“Eis, aqui, a fortuna de um processo de mudança institucional: ele explicita as tensões, pondo à luz do dia a diversidade de posições e expectativas”.

(Jaqueline Muniz e Kátia Mello)

“O pior de tudo é saber que a sociedade não gosta de mim”. Essa foi a frase dita por um policial em reportagem recentemente publicada pelo jornal *O Globo*<sup>49</sup> sobre licenças psiquiátricas na PMERJ. Trabalho mal remunerado, cargas horárias abusivas, situações de perigo de vida e desvalorização profissional são algumas das razões que levam tantos policiais a receberem licença médica por questões psicológicas. Segundo pesquisa quantitativa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) com policiais atuantes em UPPs no ano de 2012, sentir-se desvalorizado era a quarta maior razão de insatisfação no trabalho em UPPs, estando a razão “não é ou é menos polícia” em terceiro lugar (Musumeci et al., 2013). Apesar de o principal motivo de insatisfação elencado ter sido “condições de trabalho ruim”, percebe-se que há uma grande rejeição do trabalho em UPPs em virtude de falta de alinhamento com os ideais do programa e sentimento de rejeição, seja pela hostilidade dos moradores, já apontada na pesquisa de Almeida (2014), seja por ser considerado “menos polícia” aos olhos de seus pares, foco deste capítulo. Algumas das respostas dadas aos pesquisadores quanto ao último ponto citado, foram: “ ‘aqui a gente não é polícia, é assistente social’; ‘parece que eu não tenho poder de polícia’; ‘não se pode fazer o que é para ser feito’; ‘essa não é a polícia em que eu acredito’; ‘entrei para a polícia para combater mais a criminalidade’ (Musumeci et al., 2013, p.7). Apesar de dados mais recentes indicarem que a rejeição às UPPs por parte dos policiais está diminuindo

---

<sup>49</sup> BRISO, C. B.; BOTTARI, E.; AMIN, J. **Em apenas um ano, PM concedeu 1.398 licenças psiquiátricas**. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028> > Acesso em 31 janeiro 2017

(Musumeci, 2015), ainda há um grande número de policiais que não reconhece o trabalho em UPPs como um trabalho de polícia.

No campo da sociologia, um dos mais importantes pesquisadores a tratar do estigma foi Erving Goffman (2008), em seu estudo sobre os contatos mistos, definidos pelo autor como “os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal” (p.22). Apesar de os participantes da pesquisa terem relatado o estigma que sofrem dentro da corporação, não entendo o contexto da entrevista de pesquisa como um encontro interacional misto. Não houve, como relata Goffman, uma tentativa de neutralizar a diferença entre estigmatizados (policiais) e não-estigmatizados (pesquisadores) ou agressividade por parte deles. Acredito que isso se deve ao fato de que o estigma “é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 2008, p.13). O estigma que os policiais entrevistados relatam está relacionado a uma prática policial mais humanizada, voltada ao atendimento ao cidadão e à importância do caráter reflexivo do policial em sua atuação, atributos que, para certos policiais, estão ligados a um policial “menor” ou “falso”, ao passo que para nós, os pesquisadores (e acredito que para vários outros grupos da sociedade), a invocação dos mesmos atributos estabelecia uma identidade moral positiva dos participantes.

Nesse capítulo abordo a temática do estigma pela ótica daqueles que se posicionam como estigmatizados, i.e., como os policiais que atuam em grupos de proximidade relatam as formas e os mecanismos que os colocam, perante seus pares, em uma posição inferior como policiais. Ligado a isso está a onipresente lógica de guerra como raiz do que pode ser considerado um fazer policial “verdadeiro”. Portanto, discuto também na seção final os limites de atuação policial em contextos de UPP para além das ações de repressão e combate.



Gilmar inicia seu turno na linha 7 com prefácio à sua resposta. Nele, invoca a subcategoria de pertença “polícia de proximidade” (l.7-8) a fim de reportar o status que possuem dentro da instituição, isto é, a desvalorização que sofrem dos próprios policiais. Ainda em relação ao prefácio, notamos a avaliação negativa de Gilmar em relação aos agentes da discriminação. Sabe-se que os policiais são cotidianamente alvos de ofensas e hostilidades por parte de muitos moradores das comunidades em que atuam, contudo não se esperaria que a discriminação também viesse de seus pares. Gilmar marca essa avaliação moral em seu discurso a partir do vocábulo *próprio*, dito duas vezes, uma em relação ao grupo discriminado (l.7) e outra em relação à instituição que os discrimina (l.9), e do reforço prosódico na produção do vocábulo *discriminados* (l.8).

Apesar de iniciar seu turno na linha 11 com a conjunção explicativa *porque*, Gilmar nos relata o como, isto é, as formas pelas quais as discriminações ocorrem entre policiais, demonstrando que orienta seu turno em relação ao pedido de Aline (“você lembra de frases”, l.1). O policial anima as vozes daqueles que não concordam com o modelo de polícia que ele representa, utilizando o discurso construído (l.11-15). A representação das possíveis vozes de seus pares, com mudanças na entonação e qualidade vocal, é também uma estratégia discursiva de natureza avaliativa e que confere dramaticidade ao seu relato, buscando estabelecer um envolvimento emocional entre os participantes da interação.

A construção do estigma é feita com base em representações negativas das atividades ligadas à subcategoria *polícia de proximidade* por parte daqueles que não se alinham à proposta dos grupos de proximidade. Subjazem a tais representações uma dimensão moral que orienta as construções avaliativas de ações consideradas inapropriadas ao fazer policial (“abraçar filho de bandi:do”, l.12; “entregar uma cesta bá:sica”, 14). Segundo Bergmann (1998, p.286), “sempre que o respeito e a aprovação (ou desrespeito e desaprovação) por um indivíduo forem comunicados, um discurso moral ocorre (independentemente dos sentimentos ou pensamentos dos participantes)”<sup>50</sup>. Em nosso caso, o discurso moral de desaprovação é direcionado a um grupo e reportado por aquele que é um de seus alvos. Evidencia-se que o fazer policial calcado em ações sociais é, portanto, visto por alguns não só como uma

---

<sup>50</sup> Do original: “whenever respect and approval (or disrespect and disapproval) for an individual are communicated, a moral discourse take place (regardless of the feelings and thoughts of the participants)”

extrapolação dos limites do mandato policial, mas também um demérito à profissão. Contudo, Bittner (2003, p.247) diz que:

Acreditando que a base real para sua existência seja a busca permanente daqueles criminosos como Willie Sutton [...] os policiais se sentem compelidos a minimizar o significado daqueles exemplos de desempenho em que parecem ter seguido os passos de Florence Nightingale. Temendo o papel de uma enfermeira ou, pior ainda, o papel de uma assistente social, o policial combina o ressentimento contra esse trabalho constante, entra dia sai dia, com a necessidade de realizá-lo. E nisso perde sua vocação verdadeira.

O que Bittner chama de “vocação verdadeira” nada mais é do que o papel que acredita ser o principal do policial e que se alinha às crenças dos policiais entrevistados, isto é, o papel primordial do policial no serviço e apoio ao cidadão.

A partir da linha 15, Gilmar produz um *account*, iniciado pelo marcador discursivo *então*, no qual nos fornece possíveis justificativas para o estigma sofrido pelo grupo de proximidade. A primeira, presente nas linhas 16 a 19, possui relação, mais uma vez, com a lógica de guerra e a noção de prática policial profundamente atrelada ao combate (“P”, l.17-18). A segunda justificativa, analisada na seção 5.2, diz respeito ao papel da mensuração da prática policial e como ela está ligada ao que se entende por um policial eficiente.

Nos próximos excertos, veremos como o medo do estigma pode silenciar as vozes dissonantes na PM de um modelo que fuja à tradição combativa da corporação.

### Excerto 10

- 1 Almir aí você percebe o seguinte (0.8) dentro de uma  
 2 pesquisa que a gente fez na comunidade X a gente  
 3 perguntava assim (0.5) “você acredita no  
 4 trabalho da UPP?” 74.9% da tropa disse que sim  
 5 (1.2) era anônima a pergunta-a pesquisa (1.1)  
 6 ↑cara isso foi-pra mim isso foi algo que eu não  
 7 esperava
- 8 Clara maravilhoso (nós nas entrevistas)=
- 9 Almir =se você for parar pra perguntar (0.5) pra  
 10 qualquer um pode ficar aqui cara te garanto fica  
 11 aqui parado (0.4) junta bolo de quatro ou cinco  
 12 (0.8) e faz a mesma pergunta (0.9) se ↑em cem

13            você conseguir cinco que te responda que  
 14            acredite eu mudo meu nome

15 Clara    verdade

16 Almir    MUDO MEU NOME DÁ uma pesquisa anônima (0.4) 75%  
 17            vai falar que acredita (0.9) sabe por quê? (0.5)  
 18            <porque eles tendem a repetir o mesmo modelo de  
 19            polícia antiga pra serem reconhecidos como  
 20            policiais> (0.3) é só isso

21 Rony     >é uma [questão da identidade]<

22 Almir                [o cara ↑faz                ] o que ele não  
 23            acredita que dá certo (0.3) pra não ser julgado  
 24            (1.1) é ↑só ↑isso é um modelo que você vê o  
 25            tempo todo acontecendo dentro da polícia militar  
 26            (0.4) as pessoas não querem ser taxadas querem  
 27            ser ↓policiais °tá° (0.3) e fazer isso que-isso  
 28            aqui não é ser policial?

Antes do recorte dado ao excerto 10, Almir nos falava sobre como via a adesão de outros policiais ao modelo de proximidade. O policial nos conta que ao posicionar-se de forma diferente da maioria, passou a ser visto de forma hostil por muitos de seus pares, mas que sempre que tinha a oportunidade de trabalhar com alguém que não acreditava em um novo modelo de polícia, tentava mostrar seu ponto de vista e os resultados que as ações, muitas vezes vistas como inúteis por outros policiais, traziam tanto à comunidade quanto aos policiais.

Nos dois primeiros turnos de Almir (1.1-7 e 9-14) do excerto destacado, o policial assinala a possível diferença em resultados de pesquisas sobre a percepção policial sobre o projeto das UPPs. Uma pesquisa feita anonimamente geraria resultados completamente diferentes caso feita na presença de outros policiais. A diferença entre os contextos em que as perguntas são realizadas é importante na construção do *account* que Almir faz (1.18) sobre como os policiais se conformam ao modelo hegemônico de polícia por causa do medo do estigma, como veremos em breve na análise.

Percebe-se na relação entre fala anônima e fala em grupo o que Goffman (2002) denomina de região de fachada (o palco) e região de bastidores. Utilizando a

metáfora dramatúrgica, o sociólogo explica que a região de fachada se refere ao local no qual os atores representam. O autor também diz que “a representação de um indivíduo numa região de fachada pode ser vista como um esforço para dar a aparência de que sua atividade nessa região mantém e incorpora certos padrões” (p.102). Portanto, na presença de outros policiais parece haver um esforço coletivo para que a representação institucionalizada de policial seja mantida. Isso passa por ratificar uma determinada visão, vista como hegemônica, de polícia, na qual apoiar o programa das UPPs significa pôr em risco a fachada de policial que se tenta representar. Já na região de bastidores, “o ator pode descontrair-se, abandonar a sua fachada, abster-se de representar e sair do personagem” (p.107). No contexto relatado por Almir, entendo que a pesquisa em anonimato representaria a região de bastidores, em que o policial não se sente compelido a representar o personagem que esperam dele no contexto policial e pode, assim, opinar sem medo de estigmas.

Logo após traçar as possíveis diferenças de resultados em diferentes formas de pesquisa, Almir produz um *account* (l.18-20, 22-24) no qual nos explica o porquê de acreditar na expressiva diferença de resultados. Segundo o policial, a necessidade de terem suas identidades (representações) como policiais legitimadas por seus pares os levam a atuar na manutenção de um “modelo de polícia antiga” (l.18-19), mesmo que isso signifique fazer “o que ele não acredita que dá certo” (l.22-23). O receio de serem alvo de estigma intraorganizacional leva os policiais, portanto, a se conformarem com um modelo que é sócio-historicamente validado como sendo de um policial “verdadeiro”. Entendo, a partir do exposto, que enquanto o estereótipo institucionalizado de policial não for combatido, o estigma persistirá, atuando na manutenção de um perfil militarista em contextos de atuação urbana, ou na necessidade daqueles que não se conformam a esse perfil de constantemente precisarem legitimar suas práticas profissionais (“e fazer isso que-isso aqui não é ser policial?”, l.27-28).

O próximo excerto, dividido em duas partes, inicia-se no final do encontro com o Major Vagner, quando, terminada as perguntas, Clara comenta uma reportagem que havia lido na qual um americano falava sobre as boas ideias da polícia. Anteriormente, Vagner havia se queixado da linha editorial das mídias cariocas que, em sua opinião, focavam-se apenas no aspecto combativo da polícia.

### Excerto 11a

- 1 Vagner olha eu já fui à Barcelona falar sobre polícia
- 2 Clara pois é
- 3 Vagner eu já fui à Londres [falar sobre polícia ]
- 4 Clara [mas precisa falar aqui]
- 5 Vagner Eu já fui à Stanford falar [sobre polícia ]
- 6 Clara [mas precisa falar]
- 7 AQUI
- 8 Vagner mas aqui ninguém quer ouvir ((risos))

Vagner produz uma estrutura repetitiva do tipo “eu já fui à + local + falar sobre polícia” (l.1, 3 e 5), estabelecendo um ritmo de lista (Tannen, 2007) entre suas sentenças. Segundo Tannen (2007), esse tipo de repetição nos dá a impressão de que a lista é, de fato, mais longa do que os elementos citados. No caso do policial, ao evocar duas cidades europeias e uma importante universidade americana, elenca alguns locais (mas não todos) culturalmente vistos como de prestígio nos quais falou sobre sua visão de polícia militar.

Em termos de função discursiva, percebe-se o caráter avaliativo presente na repetição da estrutura frasal e de sua quebra (l.8), a partir da conjunção adversativa *mas* e do dêitico de lugar *aqui*. Vagner estabelece uma relação na qual entende-se que todos fora do Brasil desejam ouvi-lo para falar sobre polícia, mas que em seu próprio país o interesse é inexistente. Em seu turno, na linha 8, Vagner produz um *account* em que responde aos pedidos de Clara para que venha falar no Brasil. Ao empregar a formulação extrema (Pomerantz, 1986) “ninguém quer ouvir”, o policial legitima sua justificativa em não falar sobre polícia em seu país. Em outras palavras, ele não fala porque ninguém quer ouvi-lo. Seus risos subsequentes também parecem marcar uma avaliação da situação que nos relata, isto é, a ironia de se ter um policial brasileiro que é convidado a falar sobre a polícia militar do Rio de Janeiro em vários países, menos em seu próprio.

Na segunda parte do excerto 11, Vagner explicita o silêncio ao qual são submetidos os policiais que se alinham a um modelo de polícia não hegemônico em nossa cultura.

### Excerto 11b

- 17 Vagner e assim a surpresa é sempre a mesma sabe? todos  
 18 esses lugares onde eu fui falar (0.7) é: (2.2)  
 19 quando eu terminava minha fala eu via o quanto  
 20 as pessoas estavam impressionadas assim “existe  
 21 (0.8) ↑no Rio de Janeiro policiais assim” eu  
 22 falo “olha eu não sou uma exceção” (0.4)
- 23 Clara é ↑mas eu acho que é isso
- 24 Vagner talvez eu seja a maiori:a silenciada

Em relação às linhas 17-22, pode-se observar que Vagner posiciona “as pessoas” (seriam políticos, pesquisadores, policiais?) como continuamente (l.17) descrentes (l. 20) de um modelo de polícia militar no Rio de Janeiro cujo foco não seja apenas o combate. Embora pouco nos seja dito sobre o contexto dessa “surpresa”, como quando ela se deu, de que forma, etc., é de conhecimento público o fato de que a polícia brasileira é a mais mortífera do mundo<sup>51</sup>, estando a PMERJ, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em primeiro lugar no número de policiais mortos e em segundo no ranking dos que mais matam<sup>52</sup>. O uso do dêitico discursivo *assim* (l. 21) assinala, no contexto em que foi enunciado, um modelo de polícia que, embora não tenha sido pormenorizado, relaciona-se com o policial visto como tomador de decisões, com amplo conhecimento tático e que entende como sua função principal o serviço ao cidadão. Vagner se alinha ao tipo de polícia sobre o qual fala, evidenciado a partir do dêitico de pessoa *eu* (l.22), e se constrói como parte de um grupo de policiais que partilham os mesmos atributos e crenças, mas que, por alguma razão, estão calados (l.24).

<sup>51</sup> ARAÚJO, T. de. **Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>> Acesso em 29 janeiro 2017

<sup>52</sup> SANSÃO, L. **Polícia do Rio é a que mais morre no país**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-10-29/policia-do-rio-e-a-que-mais-morre-no-pais.html>> Acesso em 29 janeiro 2017

A noção de “maioria silenciada” é importante para pensarmos como os policiais entrevistados se constroem como membros estigmatizados dentro da instituição à qual pertencem. Primeiramente, é importante perceber que tanto Vagner quanto Almir não se constroem como membros de um grupo minoritário, a despeito do que o senso comum indica. Almir, no excerto 10, nos fala de 75% de policiais que acreditam em um novo modelo de polícia, mas que se silenciam na necessidade de representarem habilmente a identidade de PM. Já Vagner nos fala de uma maioria que também não possui voz dentro da corporação. Ao se construírem como uma maioria silenciada, os policiais minimizam uma projeção identitária de policiais deslocados ou não pertencentes à instituição.

## 5.2 Avaliação e Fazer Policial

Se na seção anterior, o foco analítico recaía sobre a construção do estigma e sua força ao silenciar os policiais que temiam ser marcados negativamente pela corporação, nesta, passo a abordar como os instrumentos de mensuração da prática policial corroboram o ostracismo que sofrem os policiais de grupos de proximidade.

Albernaz, Caruso e Patrício (2007, p.45), em estudo sobre os desafios da implementação do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), já ressaltavam os processos de estigma pelo qual passavam os policiais que atuavam em uma dinâmica de polícia comunitária, assim como a importância dos indicadores de desempenho policial ao ratificar um determinado modelo de polícia, notadamente “tradicional” e voltado ao confronto. Dizem as autoras:

em relação ao ambiente institucional mais amplo, os policiais do grupamento sofrem uma série de estigmatizações: seja por conta da localização de sua sede numa favela, lugar considerado moralmente degradado; seja porque executam o chamado policiamento comunitário, freqüentemente desprestigiado nos meios policiais brasileiros, uma vez que não valoriza a lógica de confronto aberto à criminalidade, que tem na quantidade de prisões e apreensões o principal indicador de avaliação do desempenho policial. Não somente os policiais que atuam no GPAE, como também aqueles

que trabalham nos módulos de policiamento comunitário dos bairros frequentemente são chamados de “policiais cor-de-rosa”<sup>53</sup>.

No excerto abaixo, continuação do excerto 9, Gilmar produz um *account* sobre as possíveis razões que levam os policiais a, em suas palavras, discriminarem os grupos de polícia de proximidade. A primeira razão elencada pelo policial seria a forte presença da cultura de guerra na prática policial e a segunda é reportada abaixo:

### Excerto 12

19 Gilmar um problema que a gente tem dentro dos  
 20 projetos sociais (0.6) é: (1.0) avaliação dos  
 21 resultados (0.4) como que se avalia o  
 22 resultado de uma cesta básica que você dá pra  
 23 uma família? qual o resultado disso? como que  
 24 você avalia um trabalho quando você coloca um  
 25 dentista lá numa sala qual o resultado disso  
 26 pra-pra-PRA polícia? é diferente de uma  
 27 apreensão de dez fuzis

Percebe-se em seu *account* um contraste estabelecido pelas perguntas retóricas (l. 21-27), notadamente atreladas às atividades da categoria *policial de proximidade* e de natureza quantitativa e subjetiva, e sua constatação de que todas as atividades que elenca por meio das perguntas são diferentes “de uma apreensão de dez fuzis” (l.26-27), um dos indicadores de desempenho aos quais os policiais, de proximidade ou não, estão submetidos. O reforço prosódico no sintagma “PRA polícia” é significativo quanto ao ponto principal de seu *account*, pois os moradores beneficiados pelas ações do grupo de proximidade sabem da importância que tais atos possuem e os policiais que atuam no grupo também percebem os resultados, como evidenciado no excerto 13, mas e “pra polícia”? Como a instituição entende essas ações e seus valores dentro da lógica de construção de laços de proximidade com a comunidade?

<sup>53</sup> Embora não faça parte do escopo da seção, é interessante notar como o conceito de masculinidade está profundamente ligado ao fazer de policial tradicional. O policial que não faz uso constante de sua força, que não troca tiros, que não impõe respeito e que realiza funções de cunho social é, desde a época do GPAE, julgado como menos masculino e menos policial que os demais. Embora o termo “policial cor-de-rosa” não tenha aparecido nos dados gerados por nós, ele está ligado à recusa histórica do policial de se ver associado a funções de auxílio ao cidadão, como a assistência social (Bittner, 2003). Dados de Mourão (2013) e Menezes (2015) também mostram que há uma crença generalizada de que as mulheres estariam mais aptas a exercerem as funções de proximidade por possuírem aptidões que, em teoria, estariam ligadas ao gênero feminino e seriam mais alinhadas ao projeto das UPPs.

### Excerto 13

- 1 Gilmar: não hoje em dia a gente não tem ainda um  
 2 método né (0.3) criado pra se fazer uma  
 3 avaliação social(1.1) porque: aí a gente só vê  
 4 um resultado na boca das pessoas (0.5) no dia  
 5 a dia a gente vê o resultado das pessoas  
 6 comentando de um trabalho soci-que a polícia  
 7 fez (0.5) entendeu?
- 8 Rony e como (o seu tenente) falou vai uma coisa que  
 9 é a longo prazo
- 10 Gilmar: é a longo prazo então:o (1.0) pras pessoas esse  
 11 é um trabalho que não dá resultado (0.6) a  
 12 gente avalia (0.7) de uma forma de um  
 13 tratamento que a gente recebe da comunidade  
 14 (1.0) “pô alá aquele policial legal” “alá  
 15 aquele policial bom” “ah a polícia é boa”  
 16 policial também pode ser (0.5) a gente avalia  
 17 ↑no tratamento no olhar de uma criança de como  
 18 que (0.6) todo mundo gosta de um policial ou  
 19 outro que se aproxima (0.4) essa é a forma  
 20 (0.3) quantitativa que a gente mede

Nota-se, a partir do excerto acima, que de fato não há instrumentos de aferição do desempenho de policiais ligados aos grupos de proximidade. Dentro de uma perspectiva que enfatiza uma eficiência quantificável, o boca-a-boca (1.4), o tratamento amigável (1.13) e os olhares sem medo (l. 17) se tornam invisíveis nas estatísticas da instituição. Contudo, é perceptível que Gilmar reconhece suas ações como produtora de resultados importantes no processo de mudança na relação entre policiais e moradores, ainda que ocorram de forma processual, “a longo prazo” (1.10). É interessante também destacar a diferença de visões quanto aos resultados marcadas em seu discurso pela relação *a gente* (1.1, 3, 5, 12, 13, 16, 20) X *as pessoas* (1.10). As pessoas, que aqui entendo como aqueles que não fazem parte do grupo de proximidade, acreditam que o trabalho não dá resultado, isto é, se alinham à mesma lógica numérica de desempenho policial, ao passo em que os policiais que realizam ações sociais na comunidade percebem o resultado positivo de suas práticas policiais nas pequenas mudanças em relação ao tratamento que a comunidade dá a eles.

Muniz, Proença Junior e Diniz (1999, p.6-7) ressaltam que os instrumentos de mensuração da prática policial não são problemas triviais e que o foco em dados estatísticos e quantificáveis é danoso à própria natureza do mandato policial. Segundo os autores:

o falso bom senso predominante vincula as ações da PM exclusivamente ao combate ao crime. Como as consequências e o impacto do policiamento ostensivo na atividade criminal são, em boa parte dos casos, irregistráveis (como registrar um assalto abortado porque havia policiais próximos? Como registrar um homicídio que não ocorreu porque alguém gritou que a patrulha estava chegando?) e o trabalho que não é vinculado à atividade criminal não é percebido pela população e por parcela dos policiais como trabalho policial, a ênfase organizacional tende a ser concentrada nas estatísticas e registros de ações propriamente repressivas ao crime. [...] Com isso, obscurece-se o amplo espectro do trabalho ostensivo em favor das atividades reativas e repressivas, que, num ciclo vicioso, tendem a ser novamente reforçadas organizacionalmente. [...] Como resultado, o provimento de ordem pública e o policiamento ostensivo passam a ser subvalorizados diante da contabilidade das ações repressivas e daquelas que constituem infração penal, com isso prejudicando o trabalho preventivo e subvertendo a destinação constitucional das polícias militares. [...] A inexistência de instrumentos de mensuração adequados à complexa realidade do trabalho ostensivo deixa as PMs na desconfortável situação de, se atenderem bem ao seu trabalho, serem consideradas ociosas, improdutivas, onerosas e, no limite, desnecessárias.

Logo, ao utilizar instrumentos de avaliação de desempenho policial de natureza quantitativa, prezando pelos números de apreensões de armas e drogas, prisões e combates, a polícia militar acaba por: (i) indiretamente delimitar o que entende ser a natureza da prática policial; (ii) legitimar e reforçar ações que “contam pontos” no desempenho de policiais; (iii) reforçar o estigma entre os policiais que não necessariamente orientam suas práticas às métricas utilizadas pela instituição.

### 5.3

#### Limites de Atuação

O que é o trabalho de polícia? Até onde vão os limites de atuação de um policial? Quais são as consequências do “alargamento” da concepção de mandato policial? Muito mais que responder às perguntas apresentadas, essa seção se propõe a

debatê-las, refletindo especialmente sobre o que se entende pelo fazer policial e como são vistos aqueles que não se “encaixam” em um modelo focado no combate.

Primeiramente, é preciso pensar as bases jurídicas que se propõem, de alguma forma, a delinear o poder de polícia<sup>54</sup>. O jurista Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p.853) define a polícia administrativa como:

atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção (“non fecere”) a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo.

Nota-se que aspectos coercitivos e repressores em prol de um bem coletivo são ressaltados como da natureza dos atos da polícia militar (que relaciona-se, mas não é a única a exercer funções de polícia administrativa).

Muniz e Mello (2015, p.55) criticam a definição de poder de polícia brasileira, presente no Artigo 78 do Código Tributário Nacional. Segundo as autoras:

Sua caracterização é tão ampla, e ao mesmo tempo vaga, que se confunde com o próprio exercício de governo, atravessando toda a estrutura estatal: “Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos” (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 28.12.1966).

Apesar de sua vagueza, é perceptível, mais uma vez, as noções de disciplina, ordem, coerção e restrições de direitos como concernentes à prática do policial. É possível perceber, portanto, que os policiais que atuam em grupos de proximidade acabam por navegar em uma área nebulosa, na qual os limites de suas práticas podem vir a se alargar a cada nova situação e necessidade que se instaura em seu fazer cotidiano, em um fazer em que além de não serem vistos por muitos de seus pares como “policiais verdadeiros”, também são invisibilizados pelos instrumentos formais

---

<sup>54</sup> Segundo Mello (2013), a expressão “poder de polícia”, embora comum no Brasil, é infeliz, uma vez que abarca em si duas noções distintas e submetidas a regimes diversos: a de lei administrativa e a de atos administrativos.

de avaliação, instaurando uma realidade profissional na qual precisam constantemente legitimar suas ações como também da natureza policial.

Albernaz, Caruso e Patrício (2007, p.43) já salientavam, no contexto do GPAE, que os policiais atuantes no programa tinham suas competências dilatadas, agindo como “faz-tudo da comunidade”. Logo, percebe-se que tanto o estigma, quanto a expansão do mandato policial não são questões pontuais do programa das UPPs, mas que se instauram na polícia a partir da construção de práticas de polícia comunitária, independentemente dos nomes dados a eles.

Apesar de os dados dessa seção não tratarem explicitamente dos processos de estigmatizações, como veremos adiante, entendo que o debate sobre os limites de atuação do policial é necessário para um melhor entendimento da tentativa de normatização por parte dos policiais do que é ou não o fazer e o ser policial.

Passemos aos dados:

#### Excerto 14

1 Almir as pessoas quando elas avaliam a polícia mili-e  
 2 acaba que a polícia militar no final das contas  
 3 paga por isso (0.3) por uma imagem ilusória que  
 4 venderam lá atrás (0.6)entendeu (0.4) entrou a  
 5 polícia e depois vai entrar tudo então vamos  
 6 estabilizar o terreno para que haja o trabalho  
 7 da prefeitura e do estado e das outras áreas  
 8 (0.4) mentira (0.7)entrou a polícia (0.4) e se a  
 9 ↑gente não fizer (0.3) a área-o trabalho que não  
 10 é nosso (0.5) não vai ficar sem fazer (0.9)

Antes do início do excerto acima, Almir debatia conosco sobre a percepção dos moradores quanto às UPPs. Segundo o policial, quando os moradores reclamavam do programa, em sua maioria estavam pensando não nas ações policiais em si, mas na quebra de expectativas gerada com a falta de investimentos sociais que haviam sido prometidos e ainda não haviam sido cumpridos pelas diversas esferas do governo.

No turno aqui destacado, percebe-se uma questão já assinalada por Albernaz, Caruso e Patrício (2007, p.46), que diziam, à época do GPAE, que “em um ambiente marcado pela fraca disponibilidade de serviços sociais e de infraestrutura urbana, a

polícia vem ocupar um espaço de demandas comunitárias reprimidas, que logo se veem associadas à figura do policial”. Podemos notar que Almir constrói uma diferença entre o trabalho da polícia e “o trabalho da prefeitura e do estado e das outras áreas” (1.6-7). Ao invocar como atividade atrelada à categoria *polícia* “estabilizar o terreno” (1.6), mais uma vez percebemos o uso no discurso das noções de território e comunidade de Muniz e Mello (2015). O papel da polícia seria reestabelecer o controle e a soberania do estado por meio de operações especiais a fim de que os conflitos e as trocas de tiro fossem eliminados ou, ao menos, mitigados, criando assim a estabilidade necessária para que o estado, a iniciativa privada e a sociedade civil pudessem atuar de forma a reestabelecer os direitos sociais dos cidadãos daquelas comunidades. Contudo, na falta de ações sociais por parte dos órgãos que seriam responsáveis, Almir chama à instituição a responsabilidade de ocupar a lacuna deixada pelo estado, ainda que assinale, nesse momento, não ser essa o papel da polícia (“entrou a polícia (0.4) e se a gente não fizer (0.3) a área-o trabalho que não é nosso (0.5) não vai ficar sem fazer”, 1.8-10). Albernaz, Caruso e Patrício (2007, p.47), contudo, fazem uma ressalva quanto à expansão dos papéis exercidos pelos policiais: “O que se observa [...] seria mais a dilatação do papel do Estado, na figura do policial, do que uma efetiva manifestação de participação comunitária”.

No excerto seguinte notamos a necessidade que o policial de UPP possui em realizar ações sociais, apesar de reconhecer não serem essas as socioculturalmente atreladas à sua categoria, no processo de construção de confiança (e por conseguinte de proximidade) entre policiais e moradores.

### Excerto 15

1 Almir dentro da comunidade cara a gente tem que pensar  
 2 em conseguir apoio da comunidade a gente só vai  
 3 conseguir apoio da comunidade se a gente lidar  
 4 com coisas que <não são especificamente de  
 5 polícia> (0.7) entendeu? (0.3) por exemplo (0.3)  
 6 a gente vai criar uma rede de proximidade aqui  
 7 dentro da comunidade Y que a gente vai conseguir  
 8 (0.2) é: não fazer o serviço de outros órgãos  
 9 mas criar (0.2) parce-dutos pra que outros  
 10 órgãos cheguem nessas localidades (0.3) ou então

11 conseguir localizar dentro da comunidade pessoas  
 12 que precisam de determinados serviços que são  
 13 oferecidos (0.3) pelo governo ou pela prefeitura  
 14 e a gente fazer esse encaminhamento (0.4) porque  
 15 não existe pessoas aqui pra fazer esse  
 16 encaminhamento (0.3) quando você consegue fazer  
 17 isso (1.6) de alguma forma (0.3) modifica a  
 18 visão <do morador para com a polícia militar>  
 19 nem que seja para com aquele policial específico

Apesar de serem relativamente parecidos, os excertos 14 e 15 foram produzidos em diferentes momentos da entrevista. Em relação a este, Almir se queixava da falta de apoio ao trabalho policial em suas mais diversas instâncias, como a falta de armamentos, falta de efetivo policial e a falta de apoio da própria população. Ele então seleciona o último item elencado e produz um *account* no qual nos explica como orienta suas ações a fim de obter o “apoio da comunidade” (1.2).

Percebe-se que para ganhar a “guerra” de proximidade, é preciso, na visão de Almir, que essencialmente o policial dilate seus papéis a atividades que ele entende como não especificamente policiais (1.3-5). Constrói-se na fala de Almir uma agência coletiva (Hewson, 2010), marcada no discurso pela locução pronominal *a gente*, que busca “criar uma rede de proximidade”(1.6) e, com isso, “criar (0.2) parce-dutos pra que outros órgãos cheguem nessas localidades”(1.9-10) e “localizar dentro da comunidade pessoas que precisam de determinados serviços”(1.11-12). Tais ações têm um propósito definido (“conseguir apoio da comunidade”, 1.2) e também um resultado. Se na seção anterior falávamos sobre a inexistência de parâmetros avaliativos do trabalho de proximidade e do seu caráter subjetivo, aqui notamos como Almir evidencia o que entende por um dos resultados das ações dos policiais de grupos de proximidade (1.16 – 19).

Assim como no excerto 13, produzido por Gilmar, evidencia-se a construção de laços de proximidade como um processo que ocorre de baixo para cima, na qual mudanças em níveis micro eventualmente gerarão modificações no nível macro quanto à relação entre polícia e comunidade, isto é, a partir das interações de cada policial com os moradores, é possível (re)construir não só um novo modelo de polícia, mas também

um novo modelo de convivência entre policiais e moradores que, em última instância, podem ser efetivos ao que o projeto das UPPs se propõe.

Longe de encerrar a discussão sobre o conceito de mandato policial e suas fronteiras, acredito o processo de construção de confiança entre policiais e moradores e sua consequente contribuição para a legitimação do trabalho e da autoridade policial passam necessariamente pela ampliação das competências policiais. Isso não significa, contudo, que os governos devam se abster do dever de agir em outras frentes, legitimando o policial de UPP como um “faz tudo” (Albernaz, Caruso e Patrício, 2007), mas que enquanto a lógica de guerra e as ações historicamente tidas como tradicionais do fazer policial tiverem primazia, não será possível “pacificar” o território, se aproximar da comunidade ou mitigar o estigma de “policial menor”.

## 6

### Considerações Finais

O presente estudo investigou o que se entende por práticas de policiamento no contexto do programa das UPPs, a partir da visão de policiais que se alinham ao modelo de proximidade e atuam, diretamente ou indiretamente, na formação de grupos de polícia desse modelo. Com base em suas falas, também foi possível investigar como esses policiais constroem o entendimento de suas práticas em relação a um modelo dito mais “tradicional” e como esse modelo acaba por gerar uma visão diferente sobre a identidade policial e seus modos de atuação.

Os resultados indicam que a lógica de guerra sob a qual muitas das práticas policiais se constroem é vista como ineficaz no combate efetivo à criminalidade. Os policiais evidenciam a ineficiência da lógica de guerra a partir do uso de narrativas e, dentro do mundo narrativo, pelo uso de diálogos construídos (Tannen, 2007). A repetição lexical e o uso de metáforas como “baixar o mato” e “enxugar gelo” também são utilizadas na construção de um entendimento da ação policial sob essa lógica como um fazer constante e ineficiente.

Os resultados também apontam para um trabalho moral na forma como os policiais entrevistados orientam suas descrições e relatos de situações que envolvam o uso da força policial (cf. Oliveira & Ron-Rén Jr., no prelo). As construções sintáticas ocorrentes no contexto de ações relacionadas ao uso da força se caracterizam predominantemente pelo apagamento de suas agências, a partir do uso de diversas estratégias de impessoalização, como o ocultamento do sujeito e o uso de pronomes e locuções que expressam coletividade. Recursos paralinguísticos como pausas alongadas e uso de gestos também evidenciaram a sensibilidade do tópico “uso da força policial” e o trabalho moral por eles realizado ao falarem sobre o tema.

No tocante à prática policial em contextos de UPP, sabe-se que mesmo em comunidades em que há diferentes grupos de polícia para diferentes funções, um mesmo policial pode vir a atuar tanto na repressão ao crime quanto na construção de laços de proximidade, atividades que, embora não se tangenciem na teoria, acabam muitas vezes se amalgamando na prática cotidiana. Assim, os discursos dos policiais evidenciam também um entrelaçamento de práticas que perpassam as noções de

território/terreno e comunidade de Muniz & Mello (2015). Fala-se em conquista de território assim como também se fala na conquista dos corações da comunidade. Esta última com ações sociais e humanitárias, aquela com a troca de tiros e o combate. Percebe-se também que esse entrelaçamento, associado à falta de apoio e regulamentação institucional sobre as práticas que abrangem a “filosofia de polícia de proximidade” (Rio de Janeiro, Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011), acabam por revelar uma inconsistência acerca do que significa o fazer de proximidade para os próprios policiais inseridos no programa. Sem parâmetros claramente estabelecidos, são os próprios policiais de ponta que acabam por construir, nas relações cotidianas com moradores e nos atos discricionários de suas práticas diárias, diferentes entendimentos do que constitui o policiamento de proximidade. Apesar da falta de clareza quanto ao fazer de proximidade, notou-se que os policiais entrevistados acreditam na primazia da construção de confiança e legitimidade da ação policial dentro da comunidade como facilitadora da ação policial e elemento vital para a manutenção do projeto das UPPs.

Em relação ao estigma relatado pelos policiais entrevistados, os resultados apontam para uma construção e ratificação do estigma operando em diferentes níveis. Primeiramente, a cultura de guerra e as ações inerentes a ela são constantemente evocadas e reforçadas como missão e razão principais do ser policial. Ela também age como elemento limitador do que se entende pelas atribuições do mandato policial, não abarcando a visão de policiais como agentes sociais. Logo, o fazer policial calcado em ações sociais é visto por alguns não só como uma extrapolação dos limites do trabalho policial, mas também um demérito à profissão.

Percebe-se também que as métricas de avaliação invisibilizam as práticas de proximidade e prevenção, ao mesmo tempo em que reforçam a correlação entre o fazer policial e a lógica de guerra, acentuando a importância de práticas quantificáveis, como número de combates realizados, apreensões de armas e drogas, etc. Os policiais atuantes em práticas de proximidade entendem que o seu fazer não é facilmente quantificável (tampouco rapidamente percebido), mas, ainda assim, produz resultados importantes para suas práticas cotidianas.

Por último, destaco a formação policial. Embora não tenha sido abordada na dissertação, é também um importante aspecto da construção do estigma daqueles que se alinham às práticas humanitárias na corporação. Os policiais são constantemente

expostos a narrativas de combate que os incutem certos valores e ideais do que seja um "policial de verdade". Entrar em combate, passa, então, a ser entendido como um ritual de passagem para se tornarem reais policiais militares (Rodrigues & Siqueira, 2012). A fala de um dos comandantes entrevistados por Rodrigues & Siqueira (2012, p.50), é bastante reveladora quanto a esse aspecto: “Você ouviu muitas histórias de combate. O policial já sai da academia querendo combater, mesmo que ele tenha tido uma outra orientação, na hora da formação”.

A partir da construção de suas identidades como membros estigmatizados pelos próprios pares, percebe-se a necessidade dos policiais em legitimarem suas práticas de proximidade como também um trabalho de polícia, e de se construírem como uma “maioria silenciada” de policiais que acreditam no projeto de polícia de proximidade, mas que por medo do estigma acabam por se silenciar ou se conformar ao modelo vigente.

Ao olharmos para os dados e os resultados da pesquisa de forma geral, conseguimos perceber a importância da cultura militar e, por conseguinte, das práticas voltadas para a guerra na construção de uma identidade de policial militar tradicional, constantemente renovada no fazer calcado em ações combativas. Por mais que a retórica oficial da corporação caminhe na direção de tentar mitigar a figura do policial “de guerra” e tentar constituir, com as UPPs, um ideal de polícia “de paz”, é inegável que a ligação histórica que a PMERJ possui com as Forças Armadas dificulta o processo de construção de um novo paradigma de atuação policial. Como salienta Muniz (2001), dos mais de 200 anos de história da PMERJ, há apenas 34 deles a PMERJ é comandada pelos seus próprios integrantes, sem quaisquer indicações do alto comando do exército. A constituição promulgada em 1934, definia as polícias militares como forças reservas do exército voltadas para a segurança interna e manutenção da ordem e pouco foi alterado nas constituições de 1946 e 1969. Quanto à estrutura organizacional, desde o decreto nº. 192 de 17 de janeiro de 1936, que determinava a estruturação das Polícias Militares segundo as unidades de infantaria e cavalaria do exército regular, que as PMs brasileiras mimetizam as estruturas

existentes no exército<sup>55</sup>. Muniz (2001, p.184), ao analisar o percurso histórico da instituição e a identidade de policial militar, diz que:

Exageros a parte, pode-se constatar que as Polícias Militares foram devolvidas, apenas nos últimos dezoito anos [trinta e quatro anos se considerarmos 2017], à sua condição efetiva de uma agência policial ostensiva que ainda encontra-se estruturada em moldes militares, mas que presta essencialmente serviços civis à população. Vê-se que, como organizações de emprego militar, a tradição das PMs é bicentenária. Mas, em contrapartida, a sua história como Polícia é extremamente jovem. Em verdade, a identidade policial das PMs está por se institucionalizar. Sobretudo, se consideramos que foi somente após a promulgação da constituição democrática de 1988, que as questões de segurança pública e, por sua vez, os assuntos policiais, passaram a receber um tratamento próprio, dissociado das questões mais amplas da segurança nacional.

A construção de um novo modelo de polícia é uma tarefa extremamente complexa e que atravessa múltiplos aspectos do fazer policial, como seu processo de formação, socialização, a perene cultura militar e o que se entende pelos limites de sua atuação. Apesar de ser mais fácil falar do que fazer, não se pode atribuir ao tempo e a uma sociedade que, em teoria, possuiria novos ideais de polícia o papel de agentes de mudança. Não ousou apresentar soluções ou receitas para a questão, mas saliento a importância do trabalho realizado pelos policiais entrevistados na tentativa de construção de um outro fazer policial. Apesar do estigma que relatam sofrer, ao acreditarem no papel de uma polícia menos bélica e mais humana, acabam por se tornarem também modelos para outros tantos policiais que, em alguma medida, já percebem que a prática policial “tradicional”, da forma como vem sendo realizada (há alguns séculos), não condiz com o lema da instituição, “Servir e Proteger”.

A presente dissertação, como todas as outras, é limitada pelo tempo de produção, tipos de dados e as formas como foram gerados, leituras feitas, etc. Contudo, o tema é bastante rico e apresenta muitas possibilidades de investigação. Por isso, na próxima seção, apresento possibilidades de pesquisas futuras que possam expandir o entendimento que possuímos sobre as UPPs e as práticas de polícia de proximidade.

---

<sup>55</sup> Cf. seção *anexo* do artigo de Muniz (2001) para um breve índice de eventos históricos relacionados às PMs.

## 6.1 Perspectivas para futuras pesquisas

Apesar de os dados não terem sido ricos e substanciosos o suficiente para que fossem incluídos na dissertação, acredito que maiores estudos sobre a formação do policial militar propiciarão um melhor entendimento sobre como a cultura de guerra é inculcada em seus profissionais. Já há uma vasta literatura sobre o tema, não só em relação à polícia militar fluminense, mas também sobre outras corporações pelo país<sup>56</sup>. Contudo, não há, até onde sei, produção científica sobre a nova mudança curricular do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMERJ, realizada em 2015. Além do aumento no tempo de formação do policial, de 1.182 para 1.437 horas, foi instituída a disciplina *Polícia de Proximidade* (fusão das disciplinas de *Policimento Comunitário* e *Prática Policial Cidadã*) (Musumeci, 2015), a fim de que os policiais “possam executar um modelo de polícia mais adequado à realidade das comunidades carentes do Rio de Janeiro. [...] que o policial formado tenha conhecimentos e habilidades para administrar conflitos, tendo a capacidade de realizar processos decisórios”, conforme salientou Pehkx Jones da Silveira, subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Segurança, em entrevista ao site da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro<sup>57</sup>. É importante que se realizem pesquisas que busquem entender o papel das modificações do currículo e da formalização da noção de Polícia de Proximidade em uma possível mudança na prática policial, ou se o currículo permanece com seu caráter excessivamente normativo-legal (Poncioni, 2005) e militarista (Araújo Filho, 2003). O antigo Chefe do Estado Maior, coronel Robson Rodrigues, em entrevista concedida ao *Vozerio*<sup>58</sup>, ressalta a importância da formação policial como agente de mudanças no trabalho policial:

No estado democrático, a polícia se sustenta na legitimidade. As instituições brasileiras, de forma geral, não gozam de muita credibilidade. Mas a polícia é a que menos goza, por que está mais na rua, tem problemas de ineficiência, falta de entendimento da

<sup>56</sup> cf. Araújo Filho (2003); Poncioni (2005); Caruso (2006); Caruso, Patrício e Pinto (2010); Silva (2011); Nummer (2014); Cortes & Mazzurana (2015).

<sup>57</sup> BRITO, J. de. **Formação de PMs terá duração ampliada em 2016**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2622455>>, acesso em: 24 janeiro 2017

<sup>58</sup> PAIVA, A. **“A polícia precisa investir em reconquistar a legitimidade”**. Disponível em: <<http://vozerio.org.br/A-policia-precisa-investir-em>>, acesso em: 22 fevereiro 2017

população etc. O caso Amarildo foi um ponto de inflexão. Agora temos de tentar recuperar credibilidade. Credibilidade se perde rápido; conquistar é difícil. Temos de investir na legitimidade da polícia. E isso se faz com uma polícia inteligente, atendida com os anseios do cidadão. As ações policiais precisam estar casadas com os interesses da cidadania. Por isso é que o projeto de ensino e formação policial é estruturante: essa nova polícia com que sonhamos precisa de um novo tipo de liderança, muito mais participativa que a dos modelos reativos com que equivocadamente insistimos atuar nessas últimas décadas.

Além da importância da pesquisa sobre formação policial, destaco também como possibilidades para futuras pesquisas a ampliação do número de policiais entrevistados e atuantes em grupos de proximidade, assim como aumento do número de comunidades abrangidas na pesquisa. Além disso, é extremamente relevante que se faça uma investigação sobre como as práticas de polícia são construídas em comunidades que possuem diferentes grupos de polícia (como o GPP e o GTPP) e naquelas em que tal diferença é inexistente e, portanto, o policial constantemente exerce as funções tanto de repressão quanto de proximidade. Por último, mas sem encerrar as possibilidades de ampliação do escopo de pesquisas, sugiro um estudo com foco na visão dos moradores sobre as práticas dos grupos de proximidade. Embora Oliveira (2016) já tenha apresentado resultados sobre o tema, ao especificarmos a pesquisa para apenas as práticas realizadas pelos grupos de proximidade, poderemos ter um melhor e mais detalhado entendimento sobre suas visões acerca das tentativas de construção de laços de proximidade que vêm sendo empreendida ao longo dos anos em que o projeto das UPPs passou a vigorar.

## 6.2

### **Fechando a dissertação...**

Desde 2013, com o desaparecimento de Amarildo na UPP da Rocinha e conhecimento de que práticas de tortura teriam sido utilizadas pelos policiais, o sucesso do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora está em xeque. Desde então, o número de policiais mortos em trabalho e de combates realizados dentro de comunidades atendidas pelo programa vem crescendo, assim como os índices de criminalidade no estado do Rio de Janeiro como um todo. Passados os grandes eventos internacionais ocorridos na cidade, como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de

2014 e as Olimpíadas de 2016, muitos se perguntam se o projeto terá continuidade e se o governo do estado, na profunda crise financeira em que se encontra, conseguirá manter um modelo tão custoso de policiamento. Para piorar, pesquisadores apontam um aumento gradativo na aplicação de práticas tradicionais de policiamento dentro das comunidades (Musumeci, 2015) e Cano, Borges e Ribeiro (2014, p.4) também destacam que o clima de otimismo sobre o sucesso das UPPs já não é mais o mesmo e que “as UPPs não parecem mais uma ‘nova polícia’, mas uma continuação dos velhos problemas”.

Apesar de todos os problemas estruturais, sociais, culturais e históricos apresentados, foi possível perceber que o modelo de atuação policial que os policiais entrevistados defendem e as críticas realizadas por eles ao modelo tradicional vigente transcendem os limites das UPPs e buscam pensar o fazer policial em todos os seus contextos. Portanto, o policial deve entender sua prática como uma constante busca de aproximação com a população, a fim de melhor atendê-la, independentemente de estar inserido ou não em um programa de proximidade. Como o Major Vagner reiteradamente marca em seu discurso, não deveria haver dois (ou três, quatro...) modelos de polícia, cada um para uma atividade diferente e por muitas vezes contrastantes. Deve-se pensar em um fazer policial mais ético, humano, crítico de suas ações e focado no atendimento ao cidadão em todas as esferas de atuação policial e não apenas àquelas circunscritas às UPPs.

Por último, espero que a dissertação tenha contribuído para a construção de uma outra visão de prática policial e de um entendimento do que é ser policial para além do senso comum. Com base nos discursos aqui trazidos e nas discussões propostas, evidenciou-se que não há um único fazer ou ser policial e que a emergência de outras narrativas contribuirá para um entendimento ao mesmo tempo mais amplo e profundo do trabalho que esses profissionais realizam e de suas identidades, mitigando, espera-se, o perigo da história única.

## 7

**Referências bibliográficas**

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma única história**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>>, acesso em: 11 janeiro 2016.

AHEARN, L. M. Agency. **Journal of Linguistic Anthropology**. vol. 9, p. 12 – 15, 1999.

\_\_\_\_\_. Language and Agency. **Annual Review of Anthropology**. vol.30, p. 109 – 137, 2001.

\_\_\_\_\_. Agency and Language. In: Jaspers, J.; Östman, J.; Verschueren, J. (Eds.). **Handbook of Pragmatics Highlights, n. 7: Society and Language Use**. Amsterdã: John Benjamins, 2010. p. 28 – 48.

ALBERNAZ, E. R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. Tensões e Desafios de um Policiamento Comunitário em Favelas do Rio De Janeiro: O caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. **São Paulo em Perspectiva**, nº.2, vol. 21, 2007.

ALMEIDA, A. D. **Ninguém gosta de policial: o discurso de policiais de uma unidade de polícia pacificadora e seus recursos retóricos**. Rio de Janeiro, 2014, 75p. Dissertação de mestrado em Letras – Departamento de Letras, PUC-Rio.

ANDRADE, O. de. **Serafim ponte grande**. São Paulo: Globo, 2007.

ANDREONI, M. **UPP é versão vitaminada do GPAE, que acabou corrompido**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/12/19/upp-e-versao-vitaminada-do-gpae-que-acabou-corrompido/>> Acesso em 20 janeiro 2017.

ARAÚJO FILHO, W. Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias. In: Instituto de Segurança Pública. **Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública**. Niterói: EdUFF, 2003.

ARAÚJO, T. de. **Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>> Acesso em 29 janeiro 2017.

ARRIBAS-AYLLON, M.; SARANGI, S.; CLARKE, A. **Genetic Testing: Accounts of Autonomy, Responsibility and Blame**. Londres: Routledge, 2011.

BARBER, A. I. Imagining the moral self. **Journal of Applied Linguistics and Professional Practice**, vol. 9, p. 213 – 244, 2014.

BERGMANN, J. Introduction: morality in discourse. **Research on Language and Social Interaction**, vol. 31, p. 279-294, 1998.

BILLIG, M. **Arguing and Thinking: A Rhetorical Approach to Social Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BLOMMAERT, J.; JIE, D. **Ethnographic Fieldwork: A Beginner's Guide**. Bristol: Multilingual Matters, 2010.

BRISO, C. B.; BOTTARI, E.; AMIN, J. **Em apenas um ano, PM concedeu 1.398 licenças psiquiátricas**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028>>, acesso em 31 janeiro 2017.

BRITO, J. de. **Formação de PMs terá duração ampliada em 2016**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article->

id=2622455>. Acesso em: 24 janeiro 2017.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. **Discourse Studies**, vol. 7, p. 585 – 614, 2005.

BUTTNY, R.; MORRIS, G.H. Accounting. In: ROBINSON, W. P.; GILES, H. (Eds.). **The New Handbook of Language and Social Psychology**. Nova Jersey: Wiley, 2001.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. “Os donos do morro”: **Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014.

CARUSO, H. G. C. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial**. Relatório Final. Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, 2006.

CARUSO, H.; PATRÍCIO, L.; PINTO, N. M. Da escola de formação à prática profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ. **Segurança, justiça e cidadania: pesquisas aplicadas em segurança pública**, nº. 4, 2010.

CERQUEIRA, C. M. N. Manejo dos conflitos sociais. Força pública e sociedade civil. In: LEAL, A. B.; PEREIRA, I. S.; MUNTEAL FILHO, O (Orgs.). **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

CODY, M. J.; MCLAUGHLIN, M. L. Accounts on trial: oral arguments in traffic court. In: ANTAKI, C (Ed.). **Analysing Everyday Explanation: A Casebook of Methods**. Londres: Sage, 1988.

COELHO, D.; PROVENZA, M. **Balanço de Indicadores da Política de Pacificação (2007 - 2015)**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2016.

Disponível

em:

<[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/BalancodelIndicadorResdaPoliciadePacificacao2015.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancodelIndicadorResdaPoliciadePacificacao2015.pdf)>, acesso em: 20 fevereiro 2017.

CORONA, M. D.; OSTERMANN, A. C. “Eu não aguento mais! ”: a produção de accounts narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190). **Calidoscópico**, nº. 2, vol. 11, 2013.

CORONA, M. de O. D. **O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação**. São Leopoldo, 2011, 245p., Tese de Doutorado em Linguística Aplicada – Unisinos.

CORTES, V. de A.; MAZZURANA, L. Atualização curricular do CFSd: contribuições para a gestão educacional na área da segurança pública. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 7, n. 6, p. 1-15, 2015.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DÖRNYEI, Z. **Research Methods in Applied Linguistics: Quantitative, Qualitative, and Mixed Methodologies**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DRAPER, S. W. What’s going on in everyday explanation? In: ANTAKI, C (Ed.). **Analysing Everyday Explanation: A Casebook of Methods**. Londres: Sage, 1988.

DREW, P. Complaints about transgressions and misconduct. **Research on Language and Social Interaction**, vol. 31, 1998.

DURANTI, A. Agency in language. In: DURANTI, A. (Ed.) **A Companion to Linguistic Anthropology**. New York: Blackwell, 2004. p. 451 – 73.

FARAH, T.; AZEVEDO, C. **WikiLeaks: EUA comparam táticas de contrainsurgência usadas no Afeganistão a UPPs**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/wikileaks-eua-comparam-taticas-de-contrainsurgencia-usadas-no-afeganistao-upps-2914297>>, acesso em 27 janeiro 2017.

FARIAS, C. de O. **Jovens Policiais Militares do Rio de Janeiro: Um estudo qualitativo sobre a trajetória de vida de soldados PM**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – ESS/UFRJ.

FAUSTINI, M. “**Conflito não pode ser maior que sonhos**”, diz PM do **Morro dos Prazeres**. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/conflito-nao-pode-ser-maior-que-sonhos-diz-pm-do-morro-dos-prazeres-20913629>>, acesso em 15 fevereiro 2017.

FONTANA, A.; FREY, J.H. The Interview: From Neutral Stance to Political Involvement. In: DENZIN, N .K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Califórnia: Sage, 2005.

GAGO, P. C. Questões de transcrição em Análise da Conversa. **Veredas**, vol. 6, n. 2, 2002.

GARCEZ, P. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L.; JUNG, N. (Orgs.). **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. da S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **D.E.L.T.A.**, vol. 30, n. 2, 2014.

GARFINKEL, H. O que é etnometodologia? **Teoria e Cultura**, nº. 1, vol. 4, 2009.

GAROT, R.; BERARD, T. Ethnomethodology and Membership Categorization Analysis. In: WODAK, R.; JOHNSTONE, B.; KERSWILL, P. (Eds.). **The Sage Handbook of Sociolinguistics**. Califórnia: Sage, 2010.

GAZSO, A.; BISCHOPING, K. **Analyzing Talk in the Social Sciences**. California: Sage, 2016.

GIDDENS, A. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALL, C.; SLEMBROUCK, S.; SARANGI, S. **Language Practices in Social Work: Categorisation and Accountability in Child Welfare**. Londres: Routledge, 2006.

HERITAGE, J. **Garfinkel and Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

HESTER, S.; EGLIN, P. Membership Categorization Analysis: An Introduction. In: HESTER, S.; EGLIN, P. (Eds.). **Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis**. Boston: University Press of America, 1997a.

\_\_\_\_\_. The Reflexive Constitution of Category, Predicate and Context in Two Settings. In: HESTER, S.; EGLIN, P. (Eds.). **Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis**. Boston: University Press of America, 1997b.

HEWSON, M. Agency. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G.; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopedia of Case Study Research**, vol.1. California: Sage, 2010.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOUSLEY, W.; FITZGERALD, R. Introduction to Membership Categorisation Analysis. In: HOUSLEY, W.; FITZGERALD, R. (Eds.). **Advances in Membership Categorisation Analysis**. Londres: Sage, 2015.

JAYYUSI, L. **Categorization and the Moral Order**. Boston: Routledge, 1984.

\_\_\_\_\_. Values and moral judgement: Communicative praxis as a moral order. In: BUTTON, G. (Ed.). **Ethnomethodology and the Human Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KRAM, K. E. **Mentoring at Work: Developmental Relationships in Organizational Life**. Glenview: Scott, Foresman and Company, 1985.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo. 30a ed., rev. e atual. até a Emenda Constitucional 71, de 29.11.2012**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MISHLER, E. G. The Analysis of Interview-Narratives. In: SARBIN, T. R. (Ed.). **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. Westport: Praeger, 1986. p. 233 – 255.

MISSE, D. Cinco anos de UPP: Um breve balanço. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, nº. 3, vol. 7, 2014.

MOURÃO, B. M.; STROZEMBERG, P. (Orgs.). **Mediação de conflitos nas UPPs: Notícias de uma experiência**. Rio de Janeiro: CESeC, 2015.

MOURÃO, B. M. **UPPs: Uma polícia de que gênero? Relatório parcial da pesquisa “Mulheres Policiais nas UPPs: Experiências e Representações”**. Rio de Janeiro: CESeC, 2013.

MUNIZ, J. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**. **Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1999, 285p. Tese de Doutorado em Ciência Política – IUPERJ.

\_\_\_\_\_. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, 2001.

MUNIZ, J. de O.; MELLO, K. S. S. Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. **Civitas**, nº.1, vol. 15, 2015.

MUNIZ, J.; LARVIE, S. P.; MUSUMECI, L.; FREIRE, B. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, vol. 9, 1997.

MUNIZ, J.; PROENÇA JUNIOR, D.; DINIZ, E. Uso de Força e Ostensividade na Ação Policial. **Boletim de Análise**, vol. 6, 1999.

MUSUMECI, L. “Eles nos detestam”. Tropeços do policiamento de proximidade em favelas. **Boletim Segurança e Cidadania**, vol. 19, p. 3 – 40, 2015.

MUSUMECI, L.; MOURÃO, B. M.; LEMGRUBER, J.; RAMOS, S. Ser policial de UPP: Aproximações e Resistências. **Boletim de Segurança e Cidadania**, vol. 14, 2013.

NUMMER, F. V. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EdUFF, 2014.

OLIVEIRA, C. V. de. **Prática policial e ordem moral: um estudo da relação moradores-polícia em uma comunidade em processo de pacificação**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação de Mestrado em Letras – Departamento de Letras, PUC-Rio.

OSTERMANN, A. C.; OLIVEIRA, M. do C. L.; SOUZA, J. de. A caixa-preta dos desastres interacionais em teleatendimento. In: OSTERMANN, A. C.; OLIVEIRA, M. do C. L. (Orgs.). **Você está entendendo? Contribuições dos estudos de fala-em-interação para a prática do teleatendimento**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

PAIVA, A. **“A polícia precisa investir em reconquistar a legitimidade”**. Disponível em: <<http://vozerio.org.br/A-policia-precisa-investir-em>>, acesso em: 22 fevereiro 2017

PINC, T. **Polícia Pacificadora: Que policiamento é este?** Site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred and dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J.M.; HERITAGE, J. (Eds.), **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

POMERANTZ, A. Extreme Case formulations: A way of legitimizing claims. **Human Studies**, vol. 9, 1986.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, vol. 20, n. 3, p. 585 - 610, 2005.

RAGINS, B. R.; COTTON, J. L.; MILLER, J. S. Marginal Mentoring: The effects of type of mentor, quality of relationship, and program design on work and career attitudes. **The Academy of Management Journal**, vol.43, n.6, p. 1177 – 1194, 2000.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 5, 7 jan. 2011.

RODRIGUES, A.; SIQUEIRA, R. As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro. **Comunicação do ISER**, vol. 67, 2012.

ROLLEMBERG, A. T. V. M. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. dos. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

SACKS, H. **Lectures on conversation**. Oxford: Blackwell, 1995.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A. e JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas**, vol. 7, n. 1-2, 2003.

SANSÃO, L. **Polícia do Rio é a que mais morre no país**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-10-29/policia-do-rio-e-a-que-mais-morre-no-pais.html>> Acesso em 29 janeiro 2017.

SCHEGLOFF, E. Notes on conversational practice: formulating place. In: SUDNOW, D. (Org.). **Studies in social interaction**. New York: Free Press, 1972.

\_\_\_\_\_. A tutorial on membership categorization. **Journal of Pragmatics**, vol. 39, 2007.

SCOTT, M. B.; LYMAN, S. M. Accounts. **American Sociological Review**, nº. 33, vol. 1, 1968.

SELL, M. A negociação da moralidade por meio da produção de justificativas na reconstrução da narrativa do abuso sexual de crianças e de adolescentes: um estudo situado. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, nº. 3, vol. 15, 2015.

SELL, M.; OSTERMANN, A.C. Análise de categorias de pertença (ACP) em estudos da linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. **Alfa**, vol. 53, 2009.

SILVA, R. R. da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do pato**: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI. Niterói: EdUFF, 2011.

STOKOE, E.; EDWARDS, D. Mundane morality: Gender, categories and complaints in familial neighbor disputes. **Journal of Applied Linguistics and Professional Practice**, vol. 9, p. 165 – 192, 2014.

TANNEN, D. **Talking Voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ZIMMERMAN, D. H. Identity, context and interaction. In: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. (Eds.). **Identities in Talk**. Londres: Sage, 1998.

## 8

### Anexos

#### **Anexo I – Perguntas gerais elaboradas para a entrevista semiaberta**

##### **I – Sobre a sua formação e sobre as ações sobre o seu desenvolvimento como policial**

1. O que fez você entrar para a polícia?
2. O que mais lhe atrai e aborrece na profissão?
3. Quando entrou para a polícia, como foi sua formação?
  - Quais fontes de informação foram mais importantes? O CFAP, os amigos mais experientes, a própria vivência ou outros?
  - Você sente que os policiais em geral constroem conhecimento sobre sua prática a partir do que aprendem no curso? Ou com o que ouvem de policiais mais experientes? Ou só aprendem mesmo quando vão para as ruas?
4. Houve alguém que você reconhece como um policial que influenciou (ou ainda influencie) a sua prática? Serviu de inspiração? Conte algum caso que ilustre essa experiência.
  - Caso afirmativo: De que forma se deu essa aproximação?
5. E você? Acha que hoje é de alguma forma mentor/guia para alguém da corporação? Como?
6. Que dificuldades teve no início da carreira?
  - Como superou esses obstáculos?
  - Como essas dificuldades são abordadas na formação? (Ou não são?)
7. Há alguma ação por parte dos formadores para minimizar problemas que você teve no começo de carreira, por exemplo?
8. Se você tivesse o poder de modificar a formação policial, o que mudaria? Por quê?

9. Os policiais em geral costumam ter relações de amizade entre si ou evitam? Por quê?

- Como é a relação entre os policiais aqui na UPP X?
- Você sente que eles se ajudam, ou não?
- Há alguma história de ajuda por parte sua ou deles em sua vivência profissional?

## **II – Sobre a prática policial e seus papéis na UPP:**

1. Para você, o que é ser um policial da UPP? De que forma essa sua visão é diferente de “ser policial ‘tradicional’”?
2. Em seu dia-a-dia como policial da UPP, quais papéis você acredita exercer? Há outros que você acha deveria exercer e, por algum motivo, acaba não podendo, ou não sendo possível?
3. Tive acesso a uma apresentação feita aos policiais da UPP X, falando sobre quebra de paradigmas e de preconceitos, em especial na interação entre polícia e moradores. Qual é sua opinião sobre essa relação?
  - a. Desde o começo de sua atuação na UPP, você sentiu alguma mudança na forma como os policiais interagem com os moradores?
  - b. E o contrário? Houve mudança na forma como os moradores lidam com a presença dos policiais?
  - c. E no seu caso, quais paradigmas e preconceitos você teve de vencer quando entrou no projeto da UPP?
    - Como foi esse processo?
    - Você teve a ajuda de alguém?

## Anexo II – Hierarquia na PMERJ

### Círculo dos oficiais

CÍRCULOS E INSÍGNIAS	POSTOS	FUNÇÕES
<b>SUPERIORES</b>		
	Coronel	Os oficiais que compõem os círculos superior, intermediário e subalterno são preparados, ao longo de sua carreira, para exercer funções de comando, chefia e direção.
	Tenente Coronel	
	Major	
<b>INTERMEDIÁRIOS</b>		
	Capitão	Na cadeia de comando e controle, os oficiais intermediários - em particular, os capitães destacam-se como o principal elo de comunicação com o círculo das praças.
<b>SUBALTERNOS</b>		
	Primeiro Tenente	
	Segundo Tenente	
<b>PRAÇAS ESPECIAIS</b>		
	Aspirante	Postos designados àqueles que ingressaram no Curso de Formação de Oficiais, mas ainda não se formaram.
	Cadete	

FONTE: Muniz (2001), <https://www.pmerj.rj.gov.br/hierarquia/>

## Círculo dos Praças

CÍRCULOS E INSÍGNIAS	GRADUAÇÕES	FUNÇÕES
<b>SUBTENENTES E SARGENTOS</b>		
	Subtenente	Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer na administração e no emprego dos recursos materiais e humanos, quer na instrução e no adestramento das praças. Devem ainda desempenhar as atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar.
	Primeiro Sargento	
	Segundo Sargento	
	Terceiro Sargento	
<b>CABOS E SOLDADOS</b>		
	Cabo	Os cabos e soldados são, essencialmente, os profissionais que devem executar as tarefas de policiamento.
	Soldado	

FONTE: Muniz (2001), <https://www.pmerj.rj.gov.br/hierarquia/>

**Anexo III - Convenções de transcrição.**

(0.5)	Pausa em décimos de segundo
(.)	Micropausa de menos de dois décimos de segundo
[colchetes]	Fala sobreposta
=	Contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação
-	Auto-interrupção
<u>sublinhado</u>	Ênfase
MAIÚSCULA	Fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	Palavra em voz baixa
>palavra<	Fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
( )	fala não compreendida
(( ))	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um dialogo
hh	aspiração ou riso

Convenções baseadas em Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003) com incorporação de símbolos sugeridos por Tannen (2007).